

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

LETICIA JÓIA RIBEIRO

PRECONCEITO E DESUMANIZAÇÃO: EXPERIÊNCIA DE MATERNAGEM DE
MULHERES-MÃES LÉSBICAS

CAMPINAS

2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

LETICIA JÓIA RIBEIRO

PRECONCEITO E DESUMANIZAÇÃO: EXPERIÊNCIA DE MATERNAGEM DE
MULHERES-MÃES LÉSBICAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensus* em Psicologia da Escola de Ciências da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do título de Doutora em Psicologia

Orientadora: Profa. Dra. Tania Mara Marques Granato

CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Rizziolli Pires CRB 8/6920
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

155.646 Ribeiro, Leticia Jóia
R484p

Preconceito e desumanização: experiência de maternagem de mulheres-mães
lésbicas / Leticia Jóia Ribeiro. - Campinas: PUC-Campinas, 2023.

183 f.

Orientador: Tania Mara Marques Granato.

Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Escola de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas,
2023.

Inclui bibliografia.

1. Pais e filhos - Aspectos psicológicos. 2. Homoparentalidade. 3. Psicanálise. I.
Granato, Tania Mara Marques. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
Escola de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

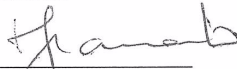
23. ed. CDD 155.646

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

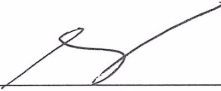
LETICIA JÓIA RIBEIRO

PRECONCEITO E DESUMANIZAÇÃO: EXPERIÊNCIA DE MATERNAGEM DE
MULHERES-MÃES LÉSBICAS

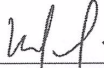
Tese defendida e aprovada em 28 de Junho de 2023 pela Comissão
Examinadora



Profa. Dra. Tania Mara Marques Granato
Orientadora da Tese e Presidenta da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)



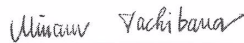
Profa. Dra. Vera Engler Cury
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)



Prof. Dra. Wanderlei Abadio de Oliveira
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)



Profa. Dra. Tania Maria José Aiello-Vaisberg
Universidade de São Paulo (USP)



Profa. Dra. Miriam Tachibana
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

CAMPINAS

2023

AGRADECIMENTOS

À minha querida vizinha Margarida, pelas palavras de apoio e rezas de tranquilidade. Agradeço o amor e o respeito que construímos juntas, diante das diferenças de crenças e pensamentos.

À minha mãe Claudilene, que deu o que tinha e não tinha de si para me fazer existir. Agradeço pelo amor, cuidado e por estar sempre ao meu lado.

Ao meu pai Rogério, pelo apoio incondicional e momentos memoráveis de felicidade. Gritos na avenida para comemorar vestibular. Uma dança. Um momento juntos.

Ao Ju, meu amor, por tudo. Pela vida que criamos juntos com respeito, amor e carinho.

Aos meus pais e Ju pela compreensão de minhas ausências durante o período do doutorado e por embarcarem comigo em minhas jornadas e sonhos.

À minha grande amiga Sofia pela nossa parceria, confiança e apoio.

À minha querida amiga Helena, pela amizade, carinho e apoio seguro desde os tempos da escola.

À minha orientadora Tania Granato, com carinho, pela inspiração acadêmica que me despertou desde que a vi pela primeira vez. Acho que não mencionei isso antes. Eu estava no início da graduação. Estávamos em uma palestra, nos sentamos em roda. Empolgada, e vibrante, você tomava notas em seu iPad. Após alguns anos, tive a grata oportunidade de ser acolhida no grupo de pesquisa, em que seguimos juntas desde a iniciação científica. Agradeço pelo apoio, carinho e pela possibilidade de (des)construir ideias e ideais, pela via do conhecimento e sustentação humana.

Ao grupo de pesquisa, Maria Lydia, Sofia, Mari, Carol, Thaianne, Antonio, Juçara, Matheus, Raquel, Adriana, Marina, Debora e Tomires, pelo suporte e acolhimento.

Ao Ricardo Hirata, por me acompanhar em um período tão delicado. Agradeço pela devoção e cuidado ético que, em um ambiente seguro ao estilo *ser e fazer*, me possibilitou concluir este trabalho e tornar-me *sujeito falante*.

Ao ProAces da PUC-Campinas, especialmente na pessoa da Raquel Soares, que me acompanhou na reta final do doutorado. Agradeço por ter podido criar/encontrar, a partir de nossos encontros, um ambiente emancipatório. A dedicação genuína, palavras de apoio e incentivo. Agradeço ainda pela leitura cuidadosa deste trabalho.

À Vera Cury, coordenadora do programa, pelo apoio e presença humana sempre que foi necessário.

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil

RESUMO

Esta tese teve como objetivo compreender a experiência de maternagem de mulheres-mães lésbicas. Debruçar-se diante desta problemática, a partir de uma perspectiva decolonialista e interseccional em articulação com concepções winnicottianas sobre o cuidado permitiu um olhar ético para a experiência materna de mulheres lésbicas. Para tanto, foi conduzido um estudo qualitativo psicanalítico winnicottianamente orientado, que se organizou em torno de cinco encontros com cada um dos quatro casais de mulheres-mães lésbicas cujos filhos tinham entre cinco meses e 11 anos de idade. Tais encontros se configuraram como Entrevistas Transicionais durante as quais foram usadas Narrativas Interativas (NI). A NI é uma história ficcional produzida pela pesquisadora, na interlocução com seu grupo de pesquisa, como um rabisco inicial que coloca em marcha uma narração a dois. A história se interrompe e o participante é convidado a dar um desfecho para aquela trama. Após cada um dos encontros, foi elaborado o Registro Associativo Inicial (RAI) com a intenção de capturar as primeiras impressões do pesquisador para futura triangulação com seu grupo de pesquisa. Desse processo resultou uma Narrativa Transferencial (NT) para cada um dos encontros como primeira etapa de análise interpretativa do material de pesquisa. O material reunido pelas NI, RAI e NT foram objeto de análise psicanalítica, cujo resultado foi comunicado por meio de Narrativas Psicanalíticas (NP). Como síntese interpretativa, a NP é escrita de forma associativa e visa articular a experiência narrada pelo participante, a experiência vivida pelo pesquisador no encontro e as construções teóricas que iluminam a dramática que é foco do estudo. Foi possível observar nas histórias de vida compartilhadas pelas participantes que a família constituída por casal de mulheres-mães lésbicas desperta reações de estranhamento, hostilidade e preconceito; apresentam capacidade de bem atender às necessidades dos filhos e são capazes de criar novas formas de bem cuidar, dissociando-as do gênero daquelas que assumem a parentalidade e a de que seus filhos devem ser preparados para enfrentar a intolerância social em relação à diversidade. O quadro geral aponta que os casais de mulheres-mães lésbicas se apresentam lúcidos, conscientes e capazes de assumir posturas de enfrentamento e combatividade diante das violências próprias da sociedade cisheteropatriarcal, enquanto ambiente estruturalmente intrusivo e opressor que desfere ataques que visam desumanizar/despersonalizar aqueles que não se submetem às definições socialmente predominantes quanto aos papéis de gênero. Esse posicionamento explica sua preocupação em prover uma educação que favoreça que seus filhos se tornem capazes de encarar e se defender da violência social. O compartilhamento do cuidado se mostrou um desafio aos casais de lésbicas, que são invadidas durante seu cuidar pelo modelo parental heterossexual e sua divisão de funções conforme o gênero do cuidador. Em contrapartida, há claros indícios que esse desafio cria condições propícias de recriação de papéis de gênero, do conceito de família e das próprias práticas parentais. Conclui-se que a experiência de parentalidade das mulheres-mães, que participaram desta pesquisa, converte-se em importante referência para a reflexão crítica sobre os modelos cisheteropatriarcais que norteiam as diversas formas de cuidado e o contexto relacional em que ocorrem.

Palavras chave: Homoparentalidade, LGBTQIA+fobia, Psicologia, Psicanálise, Pesquisa Qualitativa.

ABSTRACT

This thesis aimed to understand the mothering experience of lesbian mothers. Dealing with this issue from a decolonialist and intersectional perspective in conjunction with Winnicott's conceptions of care allows an ethical look at the maternal experience of lesbian women. For this reason, a Winnicottian-oriented qualitative psychoanalytic study was conducted, which was organized around five meetings with each of the four couples of lesbian mothers whose children were between five months and 11 years old. These meetings were configured as Transitional Interviews (IT) during which Interactive Narratives were used. The NI is a fictional story produced by the researcher, in dialogue with her research group, as an initial scribble that sets in motion a shared narration. The story is interrupted and the participant is invited to give an outcome to that plot. After each of the meetings, the Initial Associative Registry (IAR) was prepared with the intention of capturing the researcher's first impressions for future triangulation with his research group. This process resulted in a Transferential Narrative (TN) for each of the meetings as the first stage of interpretative analysis of the research material. The material gathered by IN, IAR and TN were subject of psychoanalytic analysis, whose results were communicated through Psychoanalytic Narratives (PN). As an interpretative synthesis, PN is written in an associative way and aims to articulate the experience narrated by the participant, the experience lived by the researcher in the meeting and the theoretical constructions that illuminate the drama that is the focus of the study. It was possible to observe in the life stories shared by the participants that the family consisting of a couple of lesbian mothers awakens reactions of estrangement, hostility and prejudice; have the ability to meet the needs of their children well and are capable to create new forms of good care, dissociating them from the gender of those who assume parenthood and that their children must be prepared to face social intolerance towards diversity. The general picture indicates that lesbian mother couples are lucid, aware and able to assume postures of confrontation and combativeness in the face of the violence of cisheteropatriarchal society, as a structurally intrusive and oppressive environment that unleashes attacks that aim to dehumanize/depersonalize those who do not submit to the socially prevailing definitions of gender roles. This position explains their concern to provide an education that favors their children to become capable of facing and defending themselves against social violence. The sharing of care proved to be a challenge for lesbian couples, who are invaded during their care by the heterosexual parental model and its division of functions according to the caregiver's gender. On the other hand, there are clear indications that this challenge creates favorable conditions for recreating gender roles, the concept of family and parenting practices themselves. It is concluded that the parenting experience of the lesbian mothers who participated in this research becomes an important reference for critical reflection on the cisheteropatriarchal models that guide the various forms of care and the relational context in which they occur.

Keywords: Same-sex parenting, LGBTQIA+fobia, Psychoanalysis, Psychology, Qualitative Research.

RESUMEN

Esta tesis tuvo como objetivo comprender la experiencia maternal de mujeres lesbianas-madres. Tratar este tema desde una perspectiva decolonialista e interseccional en conjunto con las concepciones de cuidado de Winnicott permitió una mirada ética a la experiencia materna de las mujeres lesbianas. Para ello, se realizó un estudio psicoanalítico cualitativo de orientación winnicottiana, que se organizó en torno a cinco encuentros con cada una de las cuatro parejas de mujeres-madres lesbianas cuyos hijos tenían entre cinco meses y 11 años.

Dichos encuentros se configuraron como Entrevistas de Transición durante las cuales se utilizaron Narrativas Interactivas (NI). El NI es un relato de ficción producido por la investigadora, en diálogo con su grupo de investigación, a modo de garabato inicial que pone en marcha una compartida. Se interrumpe la historia y se invita al participante a dar un desenlace a esa trama. Luego de cada una de las reuniones se elabora el Registro Asociativo Inicial (RAI) con la intención de capturar las primeras impresiones del investigador para una futura triangulación con su grupo de investigación. Este proceso resultó en una Narrativa Transferencial (NT) para cada uno de los encuentros como primera etapa del análisis interpretativo del material de investigación. El material recopilado por NI, RAI y NT fue objeto de análisis psicoanalítico, cuyo resultado se comunica a través de Narrativas Psicoanalíticas (NP). Como síntesis interpretativa, la NP está escrita de forma asociativa y tiene como objetivo articular la experiencia narrada por el participante, la experiencia vivida por el investigador en el encuentro y las construcciones teóricas que iluminan el drama que es el foco del estudio. Fue posible observar en las historias de vida compartidas por las participantes que la familia compuesta por una pareja de mujeres-madres lesbianas despierta reacciones de extrañamiento, hostilidad y prejuicio; son capaces de atender bien las necesidades de sus hijos y son capaces de crear nuevas formas de buen cuidado, desvinculándolos del género de quienes asumen la paternidad y que sus hijos deben estar preparados para enfrentar la intolerancia social en relación a la diversidad. El panorama general señala que las parejas de madres lesbianas son lúcidas, conscientes y capaces de asumir posturas de confrontación y combatividad frente a la violencia de la sociedad cisheteropatriarcal, como un entorno estructuralmente intrusivo y opresor que lanza ataques que pretenden deshumanizar/despersonalizar aquellos que no se someten a las definiciones socialmente prevalecientes de los roles de género. Esta posición explica su preocupación por brindar una educación que favorezca que sus hijos sean capaces de enfrentar y defenderse de la violencia social. Compartir el cuidado resultó ser un desafío para las parejas de lesbianas, que son invadidas durante su cuidado por el modelo parental heterosexual y su división de funciones según el género del cuidador. Por otro lado, existen claros indicios de que este desafío crea condiciones favorables para recrear los roles de género, el concepto de familia y las propias prácticas de crianza. Se concluye que la experiencia de crianza de las mujeres-madres que participaron de esta investigación se convierte en un referente importante para la reflexión crítica sobre los modelos cisheteropatriarcales que orientan las diversas formas de cuidado y el contexto relacional en el que se dan.

Palabras clave: Homoparentalidad, LGBTQIA+fobia, Psicoanálisis, Psicología, Investigación Cualitativa.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	v
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
RESUMEN	ix
COMO UM PONTO DE PARTIDA	11
CAPÍTULO 1. O CUIDADO INFANTIL E O PACTO CISHETEROPATRIARCAL.....	14
1.1 Estudos de gênero na interseccionalidade e perspectiva decolonial.....	16
1.2 A categoria “mulher” e a caça às bruxas	20
1.3 A família patriarcal freudiana encontra Federici	24
1.4 A díade mãe-filha e a reprodução da família patriarcal	28
1.5 O ambiente intrusivo da LGBTQIA+fobia e a agonia de desumanização/ despersonalização.....	33
CAPÍTULO 2. PERCURSO METODOLÓGICO	44
2.1 De onde eu falo?.....	44
2.2 Decidindo pela pesquisa qualitativa.....	46
2.3 Delineamento qualitativo psicanalítico	50
2.4 A Entrevista Transicional como convite ao brincar	54
2.5 Delineando as Entrevistas Transicionais e as Narrativas Interativas.....	60
2.6 Registro Associativo Inicial e Narrativa Transferencial.....	67
2.7 As participantes	69
2.8 Cuidados Éticos	70
CAPÍTULO 3. NARRATIVAS PSICANALÍTICAS	72
3.1 Pelas ruas de Gaia... ..	76
3.2 Entre tetas e beijos... ..	95
3.3 “Mãe é mais que uma palavra”	112
3.4 “As dívidas da mãe são pagas pela filha”	131
E PARA ARREMATAR	153
REFERÊNCIAS	157
ANEXOS.....	177
Anexo I. Desfechos das Narrativas Interativas das participantes.....	177

COMO UM PONTO DE PARTIDA

A realização de um trabalho de pesquisa que aborde preconceito e ataques que visam desumanização/despersonalização (Aiello-Vaisberg, 2017), como vim a saber, não é nada simples. Queira-se ou não, por serem transgeracionais, a exemplo do racismo estrutural (Almeida, 2019), inclui-nos a todos, de um lado e/ou de outro.

A violência cotidiana que mulheres-mães lésbicas experienciam na maternagem nos remete a um terreno desconhecido e, muitas vezes, invisibilizado por parte das pessoas ditas “normativas”. Em outras palavras, aquelas que não enxergam/reconhecem a alteridade do outro como igualmente legítima, assim condenando-o à condição de objeto. Afinal, como Grada Kilomba (2021) sublinha, não nascemos sujeitos, tornamo-nos sujeitos, parafraseando Simone de Beauvoir (1949) em sua célebre afirmação: não se nasce mulher, mas nos tornamos uma.

Como hipótese, formulamos aqui a existência de um ideal de Eu cisheteropatriarcal que decorre de pactos inconscientes seculares (Bento, 2022). Ao mesmo tempo, cada vez mais psicanalistas, sobretudo mulheres, realizam esforços teóricos, clínicos e sociais que nos mostram o quanto o território da interseccionalidade ainda precisa avançar.

O esforço das participantes desta pesquisa de “vir a público”, para contribuir com suas narrativas pessoais em encontros intersubjetivos, demandou tanto um ato de coragem, quanto político. E, sobretudo, uma possibilidade de tornar-se *sujeito falante*, não mais silenciadas pela discriminação social (Kilomba, 2021; Souza, 1983/2021).

Nesse sentido, foi necessário tomar como *um ponto* de partida, uma aproximação entre as questões contemporâneas de raça, classe, orientação sexual, identidade de gênero e diversidade funcional ao pensarmos a respeito da maternagem de mulheres-mães lésbicas. Os

estudos que serviram de referência ao primeiro capítulo evidenciam a existência de um elemento comum, dentre as diversas vivências e intersecções a que uma pessoa está submetida: a agonia de desumanização/despersonalização.

De volta às conclusões da dissertação de mestrado (Ribeiro, L. J., 2018), reencontro as motivações que me instigaram a pesquisar, inicialmente, a experiência parental de casais homoafetivos. À época, concluí o trabalho identificando a necessidade do desenvolvimento de pesquisas empíricas que se proponham a compreender a experiência vivida de famílias LGBTQIA+, a partir de um olhar que se alinhe às demandas de uma sociedade em transformação. Em continuidade a tal percepção, no doutorado, minha orientadora e eu, seguimos ajustando nosso foco com o projeto de compreender a experiência de maternagem de mulheres-mães lésbicas.

Esta tese se insere como produção do Grupo de pesquisa da PUC-Campinas “Atenção Psicológica Clínica em Instituições: Prevenção e Intervenção”, sob a orientação da Profa. Dra. Tania Mara Marques Granato. Alinhados a uma perspectiva clínico-social, desenvolvemos estudos compreensivos na área da parentalidade e do cuidado infantil focalizando ambientes humanos geradores de sofrimento para pais e filhos.

Desde a graduação em Psicologia na PUC-Campinas, tive a grata oportunidade de trabalhar sob a orientação da Profa. Dra. Tania Mara Marques Granato em uma pesquisa de Iniciação Científica sobre o Complexo de Édipo Feminino. Na ocasião, pude conhecer a teoria freudiana e as contribuições/críticas de psicanalistas e psicólogos sociais a respeito do tema, bem como, me aproximar das discussões de gênero tecidas por psicólogas e psicanalistas-mulheres que se fizeram presentes e atuantes em um cenário social marcado pela opressão de gênero. De fato, essa experiência da iniciação científica me aproximou das discussões feministas que, ao questionarem os valores machistas e patriarcais, inclusive da psicanálise

freudiana, criaram um espaço social propício para debates e estudos sobre os temas da orientação sexual e de gênero.

No Mestrado (Ribeiro, L. J., 2018), diante da potencialidade heurística da psicanálise para abordar a experiência emocional de indivíduos e coletivos, decidi estudar a experiência parental de casais homoafetivos, novamente na companhia da Profa. Tania Mara Marques Granato. Pude compreender, a partir da experiência dos casais participantes, a repercussão emocional da discriminação sofrida por configurações familiares que se distanciam do modelo nuclear tradicional — cisheteronormativo. Foi possível evidenciar as estratégias criativas das famílias, para elaborar a experiência vivida e construir uma parentalidade afinada ao projeto de vida familiar e às necessidades dos filhos.

Esta tese foi organizada na seguinte sequência: no primeiro capítulo, apresento formulações teóricas propostas a partir de uma perspectiva decolonialista interseccional em articulação com a psicanálise winnicottiana. No segundo capítulo, explico o percurso teórico-metodológico, que parte do método psicanalítico winnicottianamente orientado na pesquisa qualitativa (Granato, 2000, 2002, 2004). Apresento o enquadre da Entrevista Transicional como um convite ao brincar, a partir das Narrativas Interativas. E, na sequência, defino no que consistem o Registro Associativo Inicial (RAI) e a Narrativa Transferencial (NT), como formas de registro e análise. Por fim, apresento a caracterização das participantes entrevistadas. O terceiro capítulo é composto por quatro Narrativas Psicanalíticas (NP), uma para cada família entrevistada. Considerações finais arrematam a elaboração do trabalho. Como anexo, consta: (1) os desfechos das Narrativas Interativas das participantes.

CAPÍTULO 1. O CUIDADO INFANTIL E O PACTO CISHETEROPATRIARCAL

Relações de dominação de gênero, raça, classe, origem, entre outras guardam muita similaridade na forma como são construídas e perpetuadas através de pactos, quase sempre não explícitos
(Cida Bento, 2022, p. 15)

“Eu era armário para minha família, principalmente para meu pai. Foi ele quem me disse: você não vai ser mãe, vai ser madrasta, não vai sair de sua barriga”. “Parece que nosso quarto (da maternidade) nem existe”. “Como é que eu vou chegar para minha filha e falar que a homofobia é errada se eu continuar no armário?”
(Regina, participante desta pesquisa)

Mitos e devoções espirituais apresentam um papel fundamental na orientação do cuidado em uma pequena comunidade da Costa do Marfim. Em pesquisa realizada em quatro continentes diferentes, foi constatado o seguinte ponto: o que uma criança precisa em termos de cuidado é culturalmente determinado. O mesmo acontece para o modo como esse cuidado vai ser ofertado. O cuidado infantil, portanto, é orientado a partir dos sentidos atribuídos a ele (Gottlieb, 2004; Gottlieb & DeLoache, 2017).

Considerando que vivemos em uma cultura LGBTQIA+fóbica, quais seriam os desdobramentos da mesma sobre o cuidado infantil em famílias de mulheres-mães lésbicas?

As falas encontradas nas narrativas das mulheres-mães lésbicas que participaram deste estudo apontam para aspectos defensivos e violentos da LGBTQIA+fobia. No estudo do preconceito característico do colonialismo patriarcal, o cuidado infantil se mostra atravessado por questões de interseccionalidade. Articular o tema desta tese com os estudos de raça,

gênero e classe se mostrou fundamental para investigar os sentidos da experiência vivida pelas famílias entrevistadas.

Vale destacar o trabalho de Cida Bento (2002, 2022), doutora em psicologia social, pioneira no estudo da branquitude e no combate ao racismo no Brasil, que concebeu o *pacto da branquitude* enquanto um pacto de cumplicidade não verbalizado, inconsciente, entre as pessoas “brancas” para a garantia e a perpetuação de seus privilégios. “*O pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o ‘diferente’ ameaçasse o ‘normal’, o ‘universal’*” (Bento, 2022, p. 18).

De acordo com Bento (2022), a herança histórica da violência e dor são inscritas na subjetividade de indivíduos escravizados, enquanto a exploração e atos de violência permanecem ocultos (segredados) pelos herdeiros brancos. Tal ocultamento se dá através de um pacto que funciona como um contrato subjetivo não verbalizado e que garante lugar de privilégio transmitido enquanto mérito. O pacto da branquitude se presta, desse modo, a um método que extirpa e reprime da sociedade o que é vergonhoso, intolerável e violento, porque associado à escravização. Nesse mesmo processo, os que “não estão incluídos” experienciam o sentimento de estarem sob constante ameaça.

O estudo dos efeitos do pacto da branquitude como um pacto narcísico e denegativo, nos levou a conceber a hipótese de uma vertente desse pacto patriarcal e colonialista, denominada aqui de *pacto cisheteropatriarcal*.

1.1 Estudos de gênero na interseccionalidade e perspectiva decolonial

(...) com frequência, aquilo que é chamado de alma negra é uma construção do branco

(Frantz Fanon, 1952/2020, p. 28)

Partimos das contribuições de Patricia Hill Collins (2022), socióloga norte-americana, no entendimento da interseccionalidade enquanto uma teoria social crítica em construção. Para a autora, a interseccionalidade é compreendida como uma ferramenta que possibilita a transformação social na medida em que é tomada para além de uma teorização distanciada da *práxis*. *“Sem investigar como suas análises críticas e ações sociais se inter-relacionam, a interseccionalidade pode ficar presa em sua própria encruzilhada, ser arrastada em várias direções e se afogar em ideias”* (Collins, 2022, p. 16).

O conceito da interseccionalidade é definido em 1989 por Kimberlé Crenshaw, teórica feminista estadunidense, como:

A conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classe e outras (2002, p. 177).

No cenário brasileiro, o pensamento da interseccionalidade está presente desde a década de 1980 com Lélia Gonzalez, filósofa, antropóloga e militante do movimento negro brasileiro. Embora o termo interseccionalidade não fosse empregado em sua época, a autora teorizava sobre o mesmo fenômeno ao conceber raça, classe e gênero como sistemas de opressões que se combinam para criar vulnerabilidades contra determinadas categorias sociais.

Carla Akotirene (2021), pesquisadora brasileira em estudos de gênero, mulheres e feminismos, nos ensina que o conceito de interseccionalidade parte de um posicionamento do feminismo negro diante das opressões de nossa sociedade cisheteropatriarcal, branca e de descendência europeia tomada como universal. O movimento do feminismo negro, ao contrário de impor barreiras, possibilita a criação de um cenário que abarque a multiplicidade das mulheres, conforme a filósofa feminista Djamila Ribeiro (2018) postula.

A socióloga argentina Maria Lugones (2008) afirma que questões relacionadas às heranças coloniais possuem um lugar central nas opressões de classe, raça e gênero — além de serem essenciais para articular o estudo e a prática política no cenário latinoamericano contemporâneo.

A noção de decolonialidade implica uma visão crítica em relação ao capitalismo colonial e europeu, na medida em que busca desalojar a Europa como ponto de partida que normatiza verdades, valores e produção de conhecimentos supostamente universais (Césaire, 1950/2020). Uma visão da realidade a partir de suas diversas determinações. Para além da exigência ética, pensar a diversidade nos tira da superficialidade ao considerar outras epistemologias do conhecimento (Collins, 2022; Souza, 1983/2021).

Cinzia Aruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, filósofas feministas estadunidenses, elaboram um manifesto, convocando-nos a lutar por um feminismo para os 99%. Denunciam o feminismo liberal que invisibiliza a maioria das mulheres ao lutarem por uma sociedade livre da opressão sexista e da lógica colonizadora. Ao articular raça, etnia, gênero e classe em sua fundamentação, propõem um feminismo antiLGBTQIA+fóbico, antirracista, anticapitalista, ecossocialista e internacionalista.

Em “Feminismo para os 99%: um manifesto” (2019), as autoras assumem o posicionamento de recusa a proteger a liberdade da minoria (mulheres brancas de classe

socioeconômica privilegiada) às custas da perda do bem-estar da maioria (99%) — mulheres pobres, trabalhadoras, migrantes, mulheres *queer*, trans, mulheres com diversidade funcional, mulheres exploradas pela lógica capitalista.¹ Vale notar que Patricia Hill Collins (2022), ao falar de interseccionalidade, inclui outras identidades na intersecção da opressão tais como povos indígenas, pessoas latinas, pessoas com diversidade funcional e minorias religiosas.

Carla Akotirene (2021) destaca que feminismos negros, decoloniais e indígenas se unem aos feminismos que rompem com uma lógica cisheteropatriarcal no sentido de propor reparações históricas por parte dos abusos cometidos pelas dinâmicas colonialistas de poder.

“Conhecer minha história, a história de meus antepassados, me possibilitou romper com a história única e identificar tudo aquilo de negativo que havia sido dito sobre pessoas como eu” (Ribeiro, D., 2018, p. 14). Como *lugar de fala*, Djamila Ribeiro apresenta um lugar ético e crítico que explicita privilégios e opressões em relação à diversidade, pobreza, racismo e sexismo. Com isso, a autora enfatiza que valorizar a experiência emocional daqueles que se encontram em situação de opressão é ético e respeitoso. Histórias e teorias contadas e criadas por quem as representa.

Nesse sentido, Grada Kilomba, em “Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano” (2021), se põe a escrever sobre a violência e o trauma de ser colocada como a “Outra”. Ela nos ensina sobre o silenciamento que coloca em risco o *tornar-se sujeito*:

Escrever este livro foi, de fato, uma forma de transformar, pois aqui eu não sou a “Outra”, mas sim eu própria. Não sou o *objeto*, mas o *sujeito*. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político. (...) enquanto escrevo, me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade

¹ Por sua vez, o termo “deficiência” tem sido substituído por diversidade funcional em decorrência dos problemas do uso da palavra que remete a ideia de falta, erro e defeito (Palácios & Romañach, 2006). A inclusão da diversidade funcional na intersecção das minorias permite uma leitura dessa condição como parte da diversidade humana (Collins, 2022; Gomes, Lopes, Gesser & Toneli, 2018).

na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou (Kilomba, 2021, pp. 27-28).

O preconceito se entranha no processo de formação do ideal de Eu e das identificações, frente a pactos sociais. A pessoa negra cresce com as representações do *ideal de Eu-branco*, como sendo as únicas possíveis e aceitáveis. Ao longo do processo de subjetivação, como será visto adiante, é preciso desconstruir esse ideal, bem como os objetos e as representações com ele introjetados. Uma tarefa que beira o impossível, como afirma Fanon (1952/2020, p. 22):

Existe uma zona do não ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma encosta perfeitamente nua, de onde pode brotar uma aparição autêntica. Na maior parte dos casos, o negro não goza da regalia de empreender essa descida ao verdadeiro inferno.

A psicanalista brasileira Neusa Santos Souza (1983/2021) discute o branqueamento do negro em processo de ascensão social, que foi levado a querer para si a construção de uma identidade branca, o que fornece pistas sobre o processo narcísico teorizado por Cida Bento (2002).

O emblemático discurso “E eu não sou uma mulher?” que Soujourner Truth profere de improviso, em 1851, na convenção dos direitos das mulheres de Ohio (Truth & Gilbert, 2020) ecoa e estilhaça a máscara silenciosa que esconde a negritude (Ribeiro, D., 2018, 2019). Há uma suposta e cruel aceitação que diz que todos somos iguais.²

² A pesquisa de Cida Bento (2022) traz algo que li pela primeira vez, mas vivi há muito tempo. Uma autora negra me ensina sobre a minha branquitude. A herança escondida e desconhecida de nossos antepassados. *O meu bisavô negro não parece negro, no quadro que o meu tio branco pintou*. Por que não falam sobre isso? Seria esta tese minha oportunidade de me (rea)ver com minha própria história e descendência? Somos todos descendentes de europeus, afinal? Parece ser essa a crença que somos levados a acreditar. Recordo-me de uma passeata que minha escola de cidade pequena promoveu. Valorizar a nacionalidade, eles diziam. Fui vestida de italiana. Odiei a roupa. Cutucava. Não tenho eu também descendência africana e indígena? Não sabia à época. Não sabia porque foi silenciado. Seja em palavras, histórias ou pinturas. Branqueadas.

As narrativas das participantes deste estudo justificam a sua inserção dentre os estudos de um feminismo plural, interseccional e decolonial, em especial como decorrência do preconceito e de ataques de desumanização/despersonalização — por si só, um ponto de intersecção (Bento, 2022; Kilomba, 2021). Reflexões acerca das marcas do colonialismo cisheteropatriarcal, na subjetividade de indivíduos e grupos oprimidos irão contribuir para a compreensão da experiência vivida pelas participantes deste estudo.

1.2 A categoria “mulher” e a caça às bruxas

Não se nasce mulher, torna-se

(Simone de Beauvoir, 1949/2006, p. 11)

*Temos um mundo cheio de mulheres que não conseguem respirar
livremente porque estão condicionadas demais a assumir formas que
agradem aos outros*

(Chimamanda Ngozi Adichie, 2017, p. 49)

Judith Butler (2003), filósofa feminista estadunidense, dedicou-se ao estudo da problemática categoria “mulher”. Tão estreita quanto impossível, para que alguém seja representada por “ela”. Partilhamos do questionamento da autora: a criação dessa categoria teria mesmo o objetivo de representar “pessoas reais”? Ou se trata, na verdade, de um mecanismo perverso de poder que perpetua um tipo idealizado e, portanto, inalcançável? Em busca de um lugar para existir, tentamos ser o que não somos, performamos o ideal de gênero, e, de repente, somos todas presas desse ideal.

Retrocessos foram apontados já na década de 1940 pela filósofa feminista francesa Simone de Beauvoir (1949/2006), ao refutar o suposto destino biológico da mulher — criado por opressões que silenciam palavras e desejos.

A *performance* de gênero³ (Butler, 2003) e a *reprodução da maternidade*⁴ (Chodorow, 1978/2002) são proposições teóricas que apontam para a “mulher” como categoria de gênero que, ao se moldar para caber no padrão estabelecido, aliena-se frente ao próprio desejo, se cala enquanto sujeito e se submete a existir apenas como objeto do desejo masculino. bell hooks (2020) fala sobre a natureza do fingimento das mulheres, como resultante da “*máscara de ‘feminilidade’ patriarcal*” (p. 87).

Mulher que se torna a “Outra”, a subalterna, nas palavras de Grada Kilomba (2021). Uma mulher que não pode falar em seu nome, existindo como objeto de teorias que as descrevem não como são, mas como deveriam ser. Desse modo, o pacto cisheteropatriarcal, como projeto político, funda uma artificialidade conveniente ao poder masculino. Tal diferença é criada e cria ideologias que se tornam, progressivamente, invisíveis em meio aos sistemas sociais e as relações de poder.

Com a filósofa italiana, Silvia Federici (2017, 2019, 2021), recuperamos a “história esquecida das mulheres” e seu papel fundante na transição para o capitalismo. A autora localiza os modos de acumulação primitiva medievais, um processo violento de exclusão e submissão que forjou nas fogueiras um ideal excludente.

Na transição para o capitalismo, os *cercamentos*⁵ medievais foram responsáveis pela desapropriação de terra e o empobrecimento de grande parte da população. A partir de então,

³ Judith Butler utiliza o termo *performance* para retratar o conjunto estereotipado de práticas e comportamentos construídos socialmente. Designado como gênero feminino ou masculino. Categorias estanques e binárias, “*uma vez que fixa e restringe os próprios sujeitos que liberta e espera representar*” (Butler, 2003, p. 213).

⁴ A ideia da *reprodução da maternidade* é teorizada pela socióloga e psicanalista norte-americana, Nancy Julia Chodorow (1978), ao fazer uma leitura sociológica da psicanálise clássica freudiana. A autora repensa o papel da mulher na função de reprodução social da família ao questionar a transmissão psíquica no contexto da díade mãe-filha que leva a filha menina a querer ser mãe no futuro. Essa ideia será abordada mais detalhadamente no item “A díade mãe-filha e a reprodução da família patriarcal” (p. 22)

⁵ Silvia Federici retoma o conceito de *cercamento* em sua argumentação sobre a marginalização das mulheres a partir do século XV. As terras, que antes eram de uso comum e se constituíam como locais de convivência social, foram paulatinamente sendo cercadas e privatizadas.

as atividades diárias de trabalho das mulheres foram definidas como não trabalho. “*O trabalho das mulheres começou a se parecer com um **recurso natural**, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos*” (Federici, 2017, p. 192, grifo nosso). Tomada como *recurso natural*, a mulher tem que cuidar dos filhos e tem que se responsabilizar pelas tarefas domésticas, sem qualquer remuneração.

Podemos dizer que a mulher branca conquistou um certo espaço no mundo do trabalho patriarcal, mas a que preço e com quais consequências para o exercício da maternagem? Por sua vez, a respeito da mulher negra periférica se acrescenta um sistema de exploração colonial mantido desde os sequestros de africanos até os dias de hoje. “*Durante o colonialismo, seu trabalho (das mulheres negras) foi usado para nutrir e prover a casa branca, enquanto seus corpos foram usados como mamadouros, nos quais as crianças brancas sugavam o leite*” (Kilomba, 2021, p. 141).

O feminismo plural considera as intersecções que atravessam a vida de mulheres — concebidas aqui também no plural. No entanto, segundo o ideal cisheteropatriarcal a mulher é invariável — “branca, loira e gostosa”. De quem falam, afinal, quando dizem de “uma verdadeira mulher”? (Amia Srinivasan, 2021, p. 10). Os homens continuarão a falar pelas mulheres? Até que ponto essas falas não são, por elas mesmas, *cercamentos*?

Na obra intitulada “Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva”, Federici (2017) fundamenta na perspectiva sociológica as origens dos ideais encontrados na LGBTQIA+fobia. As origens do pacto cisheteropatriarcal remontam aos tempos medievais e se renovam nas perspectivas colonialistas vigentes até os dias de hoje. De uma forma dramática, nos séculos XVI e XVII, a privatização da terra e da agricultura coincidiu com o empobrecimento das mulheres, a caça às bruxas, a deteriorização da condição de vida das mulheres idosas, o nascimento da ciência moderna e a reorganização da vida familiar.

Percebemos que houve um descentramento, portanto, do eixo do cuidado dos idosos e da terra para o cuidado infantil.

A transição para o capitalismo, que se deu de maneira forçosa, violenta, racista e colonial (Arruzza, Bhattacharya & Fraser, 2019; hooks, 2021), confinou as mulheres no trabalho reprodutivo. Financeiramente vulneráveis, tinham menos acesso do que os homens ao dinheiro e ao emprego remunerado. Ainda assim, em diversas ocasiões saíram às ruas para proteger os filhos da fome (Federici, 2019, 2021).

O modo como ocorreu a mercantilização da vida econômica foi um fator fundamental para a exclusão das mulheres dos circuitos de geração de capital. Carla Teixeira (2021) evidencia que a atividade produtiva do trabalho doméstico ainda tende a ser invisibilizado pela lógica capitalista. Remunerado ou não, é considerado “recurso natural”.

O movimento do puritanismo forneceu os valores morais e ideológicos que fundamentaram a burguesia e a transição para o capitalismo, ao situar a sexualidade como condição, sobretudo, para a reprodução da classe operária (Leites, 1987). Os filtros do pudor e da culpa sobre o prazer e a luxúria solidificaram um pacto entre o Estado, a Igreja e a burguesia, ao proibirem a expressão da sexualidade fora do âmbito da reprodução.

A caça às bruxas foi o último e decisivo movimento para degradar e demonizar a figura da mulher e destruir seu poder social. Nas câmaras de tortura e nas fogueiras, foram forjados os ideais burgueses de feminilidade e domesticidade (Federici, 2017, 2019) e com ele os primórdios do pacto cisheteropatriarcal.

1.3 A família patriarcal freudiana encontra Federici

De acordo com as ideias expostas pelas autoras e autores apresentados no item anterior, é possível pensar que os ideais forjados no período dos *cercamentos* deram origem ao modelo de família patriarcal com o qual a psicanálise produziu suas investigações, teorias e tratamentos. Em relação ao presente estudo, quais perspectivas de pesquisa a análise interseccional do pacto cisheteropatriarcal produz ao tratarmos do cuidado infantil de famílias de mulheres-mães lésbicas?

Em seus primórdios, a psicanálise se ocupou do núcleo familiar burguês e vitoriano, as repressões e os possíveis traumas sexuais. Na contemporaneidade, autoras feministas apresentam um pensamento crítico acerca das ideias de Freud, sua obra e seu tempo.⁶

No texto “A moral sexual ‘cultural’ e o nervosismo moderno”, Freud (1908/2016) fala do controle da sexualidade garantido por uma moral que está a serviço da sociedade ocidental. No entanto, se impulsos e desejos desconhecem barreiras para a satisfação, o nervosismo — recalques e sintomas — surgiria como resultado do conflito subjacente. Até que ponto os assassinatos cometidos nas fogueiras teriam participado — de forma traumática — da criação da moral sexual civilizada?

Por moral sexual “natural”, Freud (1908/2016) toma um conjunto de normas que, embora limitem, também possibilitam saúde e um bom relacionamento social. Por outro lado, a moral sexual civilizada seria exercida de forma tirânica e controladora, levando à privação sexual em troca da inclusão na sociedade. É preciso considerar, no entanto, que: “*em suma,*

⁶ O Grupo de Estudos, Pesquisas e Escritas Feministas (GEPEF) (<https://gepef.opara.me>) tem realizado importantes trabalhos nesse sentido, em especial com referência às seguintes autoras: Hannah Arendt (2012), Karen Horney (1967), Monique Wittig (2018), Nancy Julia Chodorow (1978) e Rosi Braidotti (2013).

sem a repressão da sexualidade, não há sociedade nem ética, mas a excessiva repressão da sexualidade destruirá, primeiro, a ética e, depois, a sociedade” (Chauí, 2001, p. 356).

Freud questiona a ideia de que a sexualidade se justifica exclusivamente para fins reprodutivos, ao afirmar a importância da obtenção do prazer, uma posição que confronta os ideais religiosos da Igreja Católica que alicerçam o casamento monogâmico heterossexual. Nessa perspectiva, aqueles que se mostrassem contrários a essa prática seriam considerados pervertidos e punidos severamente.

A respeito do ideal de mulher em sua época, Freud (1908/2016) afirma:

(...) ela reprimirá em si todos os impulsos que tendem a expressar a verdade e que contradizem seu empenho pelo **ideal**, e envidará muitos esforços para fazer o papel de **esposa dedicada, terna e amorosa** (p. 388, grifos nossos).

Federici e Freud parecem convergir tanto a respeito do conflito produzido na perseguição religiosa às “bruxas”, quanto nos ideais introjetados pelas mulheres e famílias “domesticadas” ou “civilizadas”. De sua parte, Freud irá analisar os efeitos dos recalques necessários à mulher para a manutenção desse ideal; enquanto Federici irá historicizá-lo, para melhor desconstruí-lo.

O pacto cisheteropatriarcal estaria, portanto, sancionado pela religião monoteísta a favor da produção de ideais culturais, em troca do seguinte sacrifício: repressão das pulsões, renúncia ao sentimento de onipotência, inclinações vingativas e agressivas (Freud, 1908/2016). Vale dizer, um sacrifício que tende a produzir, para além dos sintomas, uma lógica patriarcal e colonialista igualmente agressiva e preconceituosa.

Ao se questionar a respeito de organizações familiares anteriores à moral sexual civilizada, foi preciso que Freud realizasse um esforço de *construção*, para evidenciar aspectos de repetição presente nas formações grupais originárias. Em “Totem e Tabu”

(1913/2012), Freud especula sobre a formação dos primeiros agrupamentos humanos, os quais tenderiam ao incesto e parricídio, no contexto de uma suposta horda primitiva dominada por um “pai” tirano. No princípio, os irmãos teriam se reunido para assassinar esse líder, passando a ocupar o lugar do pai. Para que a nova condição social prosperasse e os próprios membros se protegessem do mesmo destino do pai produziu-se um recalque originário e um pacto social capaz de interditar o incesto e o parricídio. A proibição seria representada por um tabu e a morte do tirano, por um totem. Tanto o ato de violência, quanto a culpa pelo mesmo produziriam mal-estar suficiente para manter unido o grupo social, desde que, de tempos em tempos, ritos e mitos re-encenassem simbolicamente o acontecimento original, a exemplo dos banquetes totêmicos.

Essa organização teria possibilitado a formação de grupos dotados de uma identificação de origem. Os pactos produzem os *iguais*, que não podem se relacionar sexualmente (mesma tribo); e os *diferentes*, aqueles com os quais seria possível procriar e gerar família (exogamia). No entanto, o que dizer daqueles que não teriam participado do assassinato originário (Endo, 2013) — os *excluídos* ou *banidos* — e qual a implicação dessa exclusão com relação ao preconceito e à fobia? As origens da discriminação remontam à própria produção do pacto social, sobre aqueles que ficaram “de fora”?

Freud supõe (1913/2012) que o assassinato do pai tirano tenha dado origem a um fator que, no decorrer do tempo, gerou “*um extraordinário aumento da ânsia pelo pai*” (p. 226) — uma vez que os irmãos que se uniram para matá-lo, desejavam tornar-se como ele.

Assim, após um longo período pôde se abrandar a irritação contra o pai, que impelira ao ato, o anseio por ele pôde aumentar, e foi possível **nascer um ideal** que tinha por conteúdo o ilimitado poder do pai primevo, outrora combatido, e a disposição de a ele sujeitar-se (Freud, 1913/2012, p. 226, grifo nosso).

Com a origem da família nuclear burguesa, bem como seus sintomas, Freud pode afirmar que a distância entre o ilimitado pai primevo da horda e os “novos pais de família”, ao longo dos tempos, passou a ser grande o suficiente para garantir “*a continuação da necessidade religiosa, a conservação do insaciado anseio pelo pai*” (Freud, 1913/2012, p. 227).

Desse modo, entendemos que os apontamentos de Federici (2017, 2018, 2019), bem como a formação social em Freud (1913/2012), deixam em *negativo* — sem inscrição — o lugar dos excluídos/banidos. O psicanalista brasileiro Paulo Endo (2013) destaca a relação entre: (a) os irmãos que não participaram do assassinato do pai e (b) o *homo sacer*⁷ de Agamben (2007), pessoa tanto temida, quanto matável.

Para a psicanálise, o *homo sacer* revela-se como homem tabu, figura paradoxal definida com a própria instauração da lei e do ordenamento, porque revela a face latente da fratria, na qual **uns são menos irmãos que outros**. Aquele que não deve ser tocado, porque sujo, doente e mal cheiroso pode, todavia, ser eliminado (Endo, 2013, p. 240-241, grifo nosso).

A homofobia tem relação com o *homo sacer* e os irmãos que ficaram “de fora” do pacto totêmico? Se sim, como se dá a experiência de maternagem de mulheres-mães lésbicas em uma sociedade patriarcal? O preconceito e o banimento estão presentes no cuidado infantil dessas famílias?

A formação de um pacto sempre deixa alguém de fora, aquele que o viola, não se enquadra e nem se submete. Nos termos em que Freud analisou o poder totêmico em “Totem e Tabu”, o *homo sacer* pode ser traduzido como a figura a ser perseguida, violada e morta sem que haja penalidade legal para aqueles que estão incluídos no pacto cisheteropatriarcal.

⁷ Para pensarmos o *homo sacer* de Giorgio Agamben (2007), filósofo italiano, na concretude do pacto cisheteropatriarcal, partimos da noção de um paradigma de exceção em que algumas vidas humanas importam e são valiosas, enquanto outras são banidas da humanidade. O *homo sacer*, portanto, se configura como aquele que pode ser assassinado e apagado da humanidade, sem que haja consequências morais, legais e religiosas — “*uma vida insacrificável e, todavia, matável*” (Agamben, 2007, p. 90).

Achille Mbembe (2018), filósofo camaronês, conceitua a necropolítica como uma estratégia que se baseia na utilização sistemática da violência e do extermínio como meio de exercer o poder e manter o controle social. A noção *ficcional* de um inimigo coloca o “Outro” — a contraparte denegada do sujeito supostamente universal — como uma ameaça aos pactos sociais estabelecidos.

Nesse sentido, Agamben (2007), Endo (2013) e Mbembe (2018) costumam o entendimento de que o *homo sacer* resulta de uma necropolítica destinada a manter “mortos-vivos” pessoas consideradas como “fora da Lei”, ou seja, aqueles que são excluídos do banquete totêmico. Em poucas palavras, passíveis de desumanização e assassinato sem investigação e punição dos agressores, por parte das instituições legais.

O que acontece, portanto, com a família de mulheres-mães lésbicas ao questionar/ desafiar o pacto inconsciente formado pela cisheteronormatividade patriarcal? Ao mesmo tempo, as mães lésbicas buscarão se readequar à norma?

1.4 A díade mãe-filha e a reprodução da família patriarcal

Dentre as autoras feministas contemporâneas que questionam o papel da mulher na organização social capitalista, a socióloga e psicanalista norte-americana Nancy Julia Chodorow acrescenta críticas importantes ao pensamento freudiano. Em “*The reproduction of*

mothering: psychoanalysis and sociology of gender” (1978)⁸, Chodorow propõe a seguinte questão: se não há nada que predisponha a mulher a cuidar dos filhos, por que a maternagem continua sendo assumida e reproduzida pela mulher? Dessa perspectiva, produz conhecimento sobre a produção do que chamamos de “feminino” e “masculino” no seio da família nuclear do final do século XX. A autora atribui à díade mãe-filha um papel central na eterna reprodução da maternagem.

Chodorow (1978/2002, 2021) questiona o entendimento clássico da psicanálise ao inserir referências sociológicas na análise das dinâmicas familiares. A autora reinterpreta o *complexo de Édipo* freudiano a partir da sociedade industrial capitalista patriarcal. A divisão *assimétrica* dos cuidados infantis, de modo a recair sobre a mulher-mãe a exclusividade dos trabalhos domésticos, marcaria a díade mãe-filha diferentemente da mãe-filho. A reprodução da maternagem (*mothering*), portanto, estaria implícita nos cuidados infantis da mãe com as filhas mulheres.

Nesse contexto, caberia à mulher “servir”. O homem ocuparia o espaço público, onde seu trabalho é remunerado, enquanto a mulher precisaria se dedicar às tarefas domésticas e ao cuidado infantil, “por amor” e/ou obrigação. Cuidar da casa e dos filhos sem remuneração acaba por servir ao capitalismo e ao patriarcado como mão de obra barata e assujeitada. Assim, a psicodinâmica da dominância do homem sobre a mulher teria sua origem na própria relação entre mãe e filhos (Chodorow, 2021) perpetuando a ideia equivocada de que homens e

⁸ A tradução da obra em português optou pela mudança do título para: “*A psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*” (Chodorow, 2002). Optamos pelo termo corrente na literatura nacional “maternagem” para *mothering*, ainda que a tradução em português tenha optado por “maternação”. Em um capítulo de livro após quarenta anos do texto de 1978, Chodorow menciona as razões que a levaram a manter o termo *mothering*: “Quando *the reproduction of mothering* foi aceito para publicação, meu editor sugeriu que o termo *mothering* não fosse uma boa palavra: eu não poderia chamar o livro *the reproduction of motherhood*? Minha escolha intuitiva foi *mothering*. *Motherhood* parece estático, para fixar a mulher a um estado, para se tornar um status que uma mulher assume, ao invés de uma constelação psíquica, identidade e atividade” (Chodorow, 2021, pp. 54-55, tradução nossa).

mulheres são diferentes psiquicamente, já que o são biologicamente. Aqui, a biologia está a serviço da ideologia.

De modo geral, o resultado dessa dinâmica familiar, se inconscientemente bem estabelecida, é a polarização entre um homem que deixa a casa dos pais o quanto antes para buscar independência sem, no entanto, ter recebido uma formação de cuidador e uma mulher que sonha com um bom casamento, uma família ideal, filhos saudáveis e bem sucedidos.

A psicodinâmica da relação mãe-filha garantiria a *introjeção da mãe no psiquismo da filha* — os modos de ser, sentir e se relacionar, intensificando o trânsito psíquico entre mulheres e suas mães. O que acaba por perpetuar o mecanismo de reprodução que sustenta a dominação masculina, a organização dos gêneros e a estruturação do individualismo e do capitalismo (Chodorow, 2021).

O objeto-mãe introjetado influencia, em grande parte, a formação identitária da mulher, tanto em relação à escolha de se tornar (ou não) mãe, quanto nas futuras relações mãe-filha. A especificidade do termo *mothering*, no gerúndio, representa a natureza ativa e flexível da maternagem, a troca de experiências subjetivas e compartilhadas na relação mãe-filha que se reflete na identidade de ambas.

A combinação da introjeção da mãe no psiquismo da filha somada às relações objetais pré-edípicas mãe-filha dariam origem, segundo Chodorow (1978/2002), a uma *díade interna*. Dentre outros elementos que a compõem, estão: o corpo gestacional, a dosagem da cultura, a tonalidade emocional entre mãe e filha e as fantasias que animam e vitalizam (ou não) a própria transmissão de desejo pela maternagem. Desse modo, a noção de uma díade mãe-filha centraliza as considerações da autora a respeito dos conflitos relacionados com a maternagem, tanto da perspectiva intra quanto intersíquica. Consequentemente, a relação mãe-filha estaria sempre no horizonte da subjetividade das mulheres, independente do gênero e orientação

sexual. *“As mulheres maternam as filhas que, quando se tornam mulheres, maternam”* (Chodorow, 1978/2002, p. 260).

Em função da identificação primária e da simbiose, as mães de meninas tendem a não se perceber como separadas das próprias filhas. Ao invés disso, experienciam uma sensação de unicidade que é *mais forte e dura mais tempo* quando comparada aos filhos meninos. Como resultado, elementos narcísicos da mãe estariam retidos e acentuados no inconsciente das filhas que, por sua vez, se sentiriam como uma extensão da própria mãe.

O que está em questão é o âmbito das relações pré-edípicas entre mães e filhos, sendo que para as meninas a dependência afetiva da mãe e a preocupação se prolongariam, se comparadas aos meninos. Existiriam assim diferenças entre os gêneros que são típicas do período pré-edípico, em função da *“organização assimétrica do cuidado de filhos que fundamenta a nossa estrutura familiar”* (Chodorow, 1978/2002, p. 141).

Em síntese, nos casos em que as mulheres se dedicam exclusivamente e por tempo demais à maternagem, a fase pré-edípica da menina será intensa e excessivamente longa, ocasionando *“sentimentos de identificação primária, falta de separabilidade ou diferenciação, problemas do ego e limite do ego físico, e amor primário isento do tacão do princípio da realidade”* (Chodorow, 1978/2002, p. 143).

Já a relação da mãe com o filho inscreve, por si mesma, uma diferença entre os gêneros. Os meninos são percebidos como absolutamente diferentes, de modo a impulsioná-los a relacionamentos e *“conflitos triangulares”*. No entanto, a diferença entre os gêneros não está separada da divisão do trabalho segundo o sexo, histórica e culturalmente desigual e valorativa, no sentido dos privilégios conferidos aos homens. Nas palavras da autora: *“a divisão do trabalho por sexos e a responsabilidade das mulheres pelo cuidado de filhos estão*

vinculados a uma dominância masculina e geram essa dominância” (Chodorow, 1978/2002, p. 256).

A filósofa francesa Elisabeth Badinter (1980) desmistifica a noção de “instinto materno” em seu argumento de que a maternidade é socialmente construída, e que a pressão sobre as mulheres para serem mães nada mais é que uma forma de mantê-las em papéis subalternos na sociedade. Instinto materno como construção ideológica para manter o *status quo* de ambos os gêneros — o oprimido e o opressor.

Desse modo, o pacto cisheteropatriarcal é reatualizado pela própria organização social de cuidado dos filhos. A desigualdade se faz tanto de ordem sociológica quanto inter e intrapsíquica, além de aspectos inter e transgeracionais. Com relação a possíveis mudanças e alterações dessa condição de assujeitamento da mulher, para Chodorow (1978/2002):

A possibilidade de mudança é indicada não apenas por uma crítica teórica do determinismo biológico, mas pelos aspectos contraditórios da **atual organização do cuidado de filhos**. Embora as formas atuais reproduzam a maternação [a maternagem], ajudam a produzir uma generalizada insatisfação com suas limitações entre as mulheres (e algumas vezes entre homens) (p. 256, grifo nosso).

Chodorow (1978/2002) advoga por cuidados primários realizados por ambos os gêneros, a fim de estabelecer relacionamentos menos assimétricos e, poderíamos dizer, homens e masculinidades com menores níveis de toxicidade, ou até mesmo “potáveis”. Por sua vez, a personalidade feminina estaria menos sujeita à onipotência materna, ao excesso de presença da mãe, à necessidade de “fugir” para se diferenciar da mesma, bem como do prolongamento temporal do auto-sacrifício.

Se para Chodorow o cuidado primário precisa ser partilhado por homens e mulheres, para que uma reorganização fundamental dos cuidados dos filhos ocorra e com ela uma

dinâmica social menos desigual entre os gêneros, podemos também pensar a respeito das configurações familiares de mulheres-mães lésbicas. De que modo elas estão desconstruindo, de forma crítica, os ideais cisheteropatriarcais?

Se a reatualização de um sistema sócio-político-econômico patriarcal pressupõe os ideais cisheteropatriarcais, que são introjetados pelo indivíduo à medida que recebe os cuidados primários, as famílias de mulheres-mães lésbicas nos mostrarão uma saída? Apesar do *ambiente* de preconceitos, fobias e violências produzido por esse pacto, os ideais da família cisheteropatriarcal estariam sendo introjetados pelas mulheres-mães lésbicas, pela via da identificação com o agressor? A voz do preconceito se faria ouvir nas práticas de cuidado infantil dessas mulheres?

1.5 O ambiente intrusivo da LGBTQIA+fobia e a agonia de desumanização/despersonalização

Pensar as contribuições do pediatra e psicanalista inglês, Donald Woods Winnicott, sobre a noção de ambiente suficientemente bom (1967/2021) a partir da realidade de violência sofrida por famílias de mulheres-mães lésbicas, nos ajuda a refletir sobre os desdobramentos do preconceito na experiência de maternagem.

Em uma perspectiva psicanalítica inovadora, Winnicott inaugura o estudo do desenvolvimento emocional humano no contexto das relações concretas entre pais e filhos. Partindo do momento inicial da vida, o ambiente é descrito pelo autor como aquele que oferece condições favoráveis para o desenvolvimento físico e emocional do bebê. Trata-se de um ambiente humano sustentador, com cuidadores sensíveis às necessidades do bebê, o qual

poderá experimentar o sentimento de segurança e a confiabilidade do ambiente que, para Winnicott (1969/1999), estão na base da constituição do Eu.

A noção de ambiente para o autor se refere também a grupos sociais mais amplos, tal como a escola, o bairro e a sociedade — o mundo mais vasto que cerca as crianças (Winnicott, 1957/2020, p. 9). Nesse sentido, viver em uma sociedade mais ou menos preconceituosa influencia a capacidade dos pais de se relacionarem com outras pessoas e se sentirem pertencentes a essa sociedade. O ambiente mais amplo nesse sentido poderia ser tomado como uma “(...) *extensão da facilitação [ou da intrusão] da família*” (Davis & Wallbridge, 1982, p. 165) já que esta não se desenvolve distante da realidade concreta. Nas palavras de Winnicott (1957/2023, p. 80): “*a ‘contribuição’ que os pais podem dar à família que estão construindo depende em grande medida de seu relacionamento geral com o círculo mais amplo que os envolve, ou seja, seu contexto social imediato*”.

Vale destacar que o ambiente concreto toma a devida proporção na teorização winnicottiana, na medida em que se distancia das teorizações freudianas e kleinianas fundamentadas na crença de um estágio de *eu-sou* consolidado *a priori* desde o início da vida. Winnicott (1945/2021) dizia que Freud teorizava sobre aqueles que tiveram um bom começo. Mas até chegar a esse ponto, tinha um longo caminho a ser conquistado pelo bebê.

Winnicott (1952/2021, p. 215) afirma: “*isso que chamam de bebê não existe*”, proposição que aponta para a inexistência do bebê como um ser unitário, um indivíduo-bebê. O que chamamos de “bebê” diz respeito a uma unidade ambiente-indivíduo⁹, que inclui os

⁹ O estudo do ambiente humano inicial é uma área de grande interesse na psicanálise para a compreensão do sofrimento emocional. O uso do binômio mãe-bebê como sinônimo das relações iniciais do bebê com seu cuidador tem se perpetuado há décadas.

Nossa leitura winnicottiana a respeito das funções parentais, no entanto, considera as relações do bebê com seus cuidadores como relações humanas. Trata-se de um ambiente humano gerido por pessoas humanas. O uso indiscriminado de conceitos como *relação mãe-bebê* continua mantendo a mulher no lugar do cuidador primário. Nesse sentido, evitaremos usar tais denominações por entender que as tarefas parentais não devem ser atribuídas ao gênero e/ou ao sexo do cuidador exclusivamente e, portanto, não compactuamos com teorizações que sustentam a reprodução da maternagem e a produção de mão de obra para o capital.

cuidados parentais. Nas palavras do autor: “(...) *antes das relações de objeto as coisas são assim: a unidade não é o indivíduo, a unidade é o arranjo ambiente-indivíduo*” (p. 215, grifo nosso).

Nesse sentido, é especialmente no início da vida que a presença constante dos cuidadores é de vital importância. De acordo com o autor, o cuidador primário tem a tarefa de proteger o bebê de complicações que ele ainda não pode entender, dando-lhe continuidade àquele pedacinho simplificado do mundo que vai conhecer através dele (Winnicott, 1945/2021). O cuidado de uma “mãe suficientemente boa” é descrito pelo autor, em termos de *holding*, *handling* e apresentação de objeto.

O *holding* (Winnicott, 1960/2022a) pode ser compreendido como a oferta rotineira de cuidados em um ambiente humano previsível com a presença empática e amorosa de um cuidador emocionalmente envolvido. O colo sustenta, aquece o bebê, facilita o processo de integração, bem como o protege das intrusões do mundo externo.

(...) o termo *segurar* [*holding*] significa não apenas segurar fisicamente o bebê mas também a **provisão ambiental total** anterior ao conceito de *viver com*. Em outras palavras, se refere à relação espacial ou tridimensional, com o fator tempo gradualmente adicionado (Winnicott, 1960/2022a, p. 53, grifo [destaque] nosso).

Jam Abram (2000) assinala que com o avanço de sua obra, Winnicott parece conceber o ambiente de *holding* em complementariedade à noção de *handling* — entendido enquanto cuidados físicos e psíquicos dispensados ao bebê. A continuidade de um cuidado consistente, bem como as particularidade de *como* o bebê é tocado, *quem* o manipula/maneja e de *como* é o ambiente que o cerca (luz, som, toque, etc.), são fatores essenciais para a experiência da integração psicossomática.

O sentimento de segurança que daí decorre facilita a expressão autêntica, sem defesas excessivas. A repetição de experiências de sustentação e acolhimento fundamenta a capacidade do bebê de sentir-se vivo e real (Winnicott, 1945/2021, 1960/2022b). Granato (2004) evidencia o paralelo que Winnicott (1945/2021) estabelece no decorrer de sua obra ao pensar a postura de um terapeuta suficientemente bom em situações em que se estabelece um *setting* de sustentação como algo mais apropriado ao paciente, à semelhança do *holding* parental, que se adapta às demandas ativas do bebê em desenvolvimento.

A noção do *holding* enquanto provisão ambiental suficientemente boa se estende a contextos sociais mais amplos, de modo a abranger outros fatores para além da figura materna e a percepção do cuidado de modo historicizado e compartilhado com redes de apoio, tais como: a convivência com avós, tios, vizinhos, amigos, profissionais de saúde, etc. (Aiello-Vaisberg & Granato, 2006; Medeiros & Aiello-Vaisberg, 2014).

A apresentação de objeto, por fim, é descrita por Winnicott como a terceira tarefa parental, segundo a qual o cuidador suficientemente bom dosa o contato do bebê com a realidade externa à medida que este se desenvolve. Dosar a realidade permite que o bebê tenha a ilusão de criar o mundo, uma vez que os “objetos e fenômenos” são experienciados pelo bebê na medida em que ele pode concebê-los.

A partir das tarefas parentais acima citadas, entendemos que o cuidado contínuo dos pais favorece a continuidade de ser — condição humana inicial que se estende na vida adulta e que se desenvolve no sentido da *integração, personalização e realização*.

Winnicott (1962/2022a, 1990) concebe a *integração, a personalização e a realização* como conquistas do bebê no progresso do desenvolvimento físico e emocional inicial que continuam a se fortalecer ao longo do ciclo vital (infância, adolescência, vida adulta e velhice):

- (a) *Integração*: partindo do estado de não-integração no início da vida, o bebê tende a alcançar o estado de unidade coesa do *self*, quando sustentado no tempo e no espaço em um ambiente humano de *holding*;
- (b) *Personalização*: esta conquista se relaciona com o cuidado físico e o manejo (*handling*) que configuram um ambiente de *holding*. As experiências da rotina do cuidado (cheiros, ritmos, toque, temperatura, tom da voz, etc.) proporcionam a integração psicossomática e o sentimento de habitar o próprio corpo (sentir-se real). Criar contorno dá origem a uma “membrana limitante” do *self*, o qual irá delimitar o eu e não-eu.
- (c) *Realização*: a realidade externa passa a ser apresentada *em pequenas doses* ao bebê de maneira simplificada e cuidadosa, de modo a não interromper sua continuidade de ser. Nesse momento se inicia o relacionamento de objeto externo (onde há troca), a partir da diferenciação eu e não-eu.

Dessa forma, compreendemos com Winnicott que o ambiente de *holding*, concebido aqui como ambiente humano sustentador, está na base do desenvolvimento emocional humano. É comum pensarmos na imagem de um cuidador segurando o bebê no colo ao falarmos de *holding*. No entanto, a noção de *holding* não se esgota na ideia de um cuidador que “carrega” um bebê. Algo mais precisa ocorrer para existir *holding* — a manutenção da continuidade existencial do bebê no tempo e no espaço, haja vista que a vida do bebê é

experimentada em instantes descontínuos, até formar uma unidade psicossomática (Winnicott, 1962/2022a).

Decorre daí o sentimento de habitar o próprio corpo e relacionar-se com a realidade como diferente de si, de modo que a presença contínua dos cuidadores vai se tornando, pouco a pouco, menos necessária para o bebê. O ego do bebê passa a estruturar-se como uma unidade e o ego de apoio (a mãe concreta) dá espaço à criação de gestos espontâneos.

Centrar a teorização winnicottiana sobre o desenvolvimento emocional da criança (Winnicott, 1952/2021) no contexto de famílias não-normativas contemporâneas, sem contextualizar a época em que a obra foi produzida deixaria pouco espaço para pensarmos as relações sociais concretas que ocorrem, por exemplo, em ambientes persecutórios, como o da LGBTQIA+fobia. À declaração “(...) se vocês me mostrarem um bebê, mostrarão também, com certeza, alguém cuidando desse bebê” (Winnicott, 1952/2021, p. 215), podemos complementar que um casal de mulheres-mães lésbicas, em público, muito possivelmente estará sendo observado com estranhamento, a despeito do cuidado fornecido aos seus filhos. Como entender, portanto, o *arranjo ambiente-indivíduo* nos casos onde há discriminação, perseguição e violência?

É possível supor que, nesse contexto de violência e opressão, o sentimento de insegurança acompanha a vida daqueles que não se “encaixam” nos padrões normativos, pois viver em um ambiente hostil, perseguidor e violento compromete a confiabilidade do ambiente inter-humano e o *vir-a-ser* do sujeito “desadaptado”. Vale lembrar que a tendência inata à integração só se sustentará no contexto de um ambiente de *holding*.

O mesmo ocorre em relação à unidade psicossomática. O bebê existe em vivências descontínuas, ora integradas ora não-integradas, até sua psique se alojar no corpo. Caso isso não ocorra, os espaços temporais e espaciais podem se tornar abismos profundos, fonte de

agonias impensáveis e fantasias de invasão (Almeida & Naffah Neto, 2021). O que pode culminar na aniquilação do ser:

A alternativa a ser é reagir, e reagir interrompe o ser e aniquila. Ser e aniquilação são as duas alternativas. O ambiente, portanto, tem como principal função **reduzir ao mínimo as intrusões** que o bebê precisará reagir, e que resultam na aniquilação do ser pessoal (Winnicott, 1960/2022a, pp. 58-59, grifo nosso).

Reagir a intrusões inibe o *gesto espontâneo* e leva à formação de defesas, como o *falso self*, para a garantia da sobrevivência física e emocional. Em “O medo do colapso”, Winnicott (1963/1994, p. 72) apresenta cinco angústias primitivas e suas respectivas defesas:

- (a) Retorno a um estado não-integrado (Defesa: desintegração)
- (b) Cair para sempre (Defesa: sustentar-se/*self-holding*)
- (c) Perda do conluio psicossomático, fracasso da personalização (Defesa: despersonalização)
- (d) Perda do senso do real (Defesa: exploração do narcisismo primário, etc.)
- (e) Perda da capacidade de relacionar-se com objetos (Defesa: estados autistas [graves], relacionados apenas a fenômenos do self).

As agonias primitivas estão ligadas a uma experiência de falha ambiental precoce e produzem organizações defensivas para evitar um colapso. No entanto, Winnicott destaca que tais defesas podem não ser bem sucedidas quando o ambiente é do tipo atormentador: “*talvez a pior coisa que pode acontecer a um bebê humano*” (Winnicott, 1963/1994, p. 72).

O ambiente atormentador impossibilitaria o amadurecimento, sendo necessário um esforço ativo de integração que demanda estratégias de reconhecimento e políticas de reparação. Por exemplo, a questão do racismo estrutural no Brasil, a discussão citada acima a respeito da negritude, da branquitude e da LGBTQIA+fobia.

Aiello-Vaisberg (2017) tece articulações psicanalíticas a respeito das condições concretas de vida geradoras de sofrimentos sociais, a partir de autores como George Politzer (1928/1998), José Bleger (1963/1984) e Winnicott. Considera as condições concretas de vida geradoras de sofrimentos sociais, que são concebidos como:

(...) padecimentos que têm lugar em contextos de opressão, discriminação e exclusão, causando sentimentos de desamparo, humilhação, culpa e injustiça, que se assentam por **interações desumanizadoras** (Aiello-Vaisberg, 2017, p. 44).

Na articulação entre Winnicott, Granato (2002) e Aiello-Vaisberg (1999, 2017), compreendemos *holding* como um fenômeno que se dá no encontro intersubjetivo de acolhimento, cuidado e consideração ética da pessoa de si e do outro — a sustentação que humaniza e acolhe a diversidade. O *holding* confronta as experiências de desumanização/despersonalização, sofrimento social, abuso e preconceito por meio da valorização da existência, da dignidade e dos direitos humanos. E também, não hierarquiza as diferenças, mas as reconhece como possibilidades válidas de subjetivação e de experiência humana.

O sofrimento de exclusão social, desde que seja reconhecido e adquira um lugar de fala, propicia a formação de conhecimentos diferenciados e necessários para a elaboração e a subjetivação de pessoas que experienciaram a violência do preconceito cotidiano. Torna-se necessário, portanto, problematizar o ambiente humano anti-LGBTQIA+fóbico, fazê-lo “potável”, ao invés de tóxico, a fim de permitir a continuidade da existência na diversidade.

Com relação ao manejo clínico de grupos marginalizados, na interseccionalidade, nos parece relevante lançar mão da noção de *tatear*. Como uma metáfora para a conduta não invasiva de sujeitos marcados por experiências de incorporações, expulsões, introjeções

patológicas, ou seja, um manejo clínico capaz de delinear fronteiras éticas que reconheçam a existência e a dignidade do outro.¹⁰

No caso do pacto cisheteropatriarcal, ao considerarmos necessário o processo de desincorporação de ideais do Eu normativos, se faz preciso ter um ambiente de *holding* presente e seja contínuo. Possivelmente, haverá momentos de agressividade que irão demandar a sobrevivência do analista. A coragem para esse tatear demandará um tempo de espera (Granato, 2004). Tempo de hesitação para a construção de um espaço previsível de confiabilidade que evite a “(...) *quebra da continuidade da linha da vida da criança individual*” (Winnicott, 1969/1999, p. 151).

No caso do ambiente intrusivo da LGBTQIA+fobia, a busca da desconstrução e (des)identificação do ideal de eu cisheteropatriarcal passaria por uma reconstrução de uma membrana de separação eu/não-eu menos adaptativa e submissa, de modo a favorecer a expressão do verdadeiro *self*. Para tanto, é imprescindível um processo de conscientização coletiva que leve ao ato, à transformação social. Na totalidade, um percurso que abrange: negação, culpa, vergonha, reconhecimento e reparação (Kilomba, 2021).

Aiello-Vaisberg (2017) enfatiza que a discriminação, exclusão e opressão social são expressões de interações patológicas despersionalizantes. Propomos que as agonias impensáveis citadas acima podem também compor os efeitos da LGBTQIA+fobia, numa vertente social e concreta que busca desumanizar a pessoa que sofre preconceito. A esse tipo de agonia, chamaremos aqui de *agonia de desumanização/despersionalização*.

¹⁰ O tatear como proposição seria, em última análise, um trabalho intersubjetivo terapêutico que visa a reconstrução dos limites do *eu*. Através de encontros que não conhecem limites, mas que são sustentados, um novo limite, mais genuíno e verdadeiro pode se constituir. Levar essa hipótese adiante demandará trabalhos posteriores. Para as entrevistas desta pesquisa, teremos em mente que a experiência íntima fundada na confiança básica resulta não só da aceitação, como da criação compartilhada, da nomeação e do reconhecimento de si.

A escolha do termo desumanização/despessoalização se justifica pelo movimento descrito por Winnicott (1952/2021), no sentido do indivíduo para o cuidado e que culmina no arranjo ambiente-indivíduo. Em outras palavras, é como se a sensação de existir com dignidade e alteridade deixasse de fazer parte do *self* do indivíduo e passasse às mãos das pessoas responsáveis pelo cuidado (ou descuido), chegando ao ponto de ser objetificado por uma técnica que tanto pode ser higienista, como inquisitorial ou policialesca.

No percurso descendente da desumanização, que se faz na intenção de transformação da pessoa em “coisa”, o indivíduo que sofre esse tipo de ataque está imerso num ambiente que não o reconhece como parte do pacto social garantidor dos direitos humanos. Sentimento de que não se é dono da própria vida, que quem decide o que acontece é um outro que pode fazer o que bem quiser. Desproteção. Imprevisibilidade. Cerceamento. Agonia.

Ou seja, o indivíduo que é vítima de ataques desumanizadores/despessoalizadores vive a agonia correspondente por lhe ser retirada a possibilidade de retornar ao próprio fluxo vital, ao *gesto espontâneo*, ao sentimento de estar intimamente ligado ao próprio *self*. O ambiente que opera visando desumanizar/despessoalizar possui uma especificidade por se tratar, ele próprio, de produzir a violência de raça, classe, gênero, diversidade funcional, etc.

Nesse sentido, pouco efeito existe em dizer ao paciente “(...) *que o colapso, do qual o medo destrói-lhe a vida, já aconteceu*” (Winnicott, 1963/1994, p. 73). Quando a discriminação e os ataques que visam desumanização/despessoalização são parte do cotidiano, a integração do ego não é abrangente a ponto de “*reunir todos os fenômenos dentro da área da onipotência pessoal*” (p. 73).

Um embate entre o ambiente invasivo e os esforços de organização e maturação ocorre no indivíduo, o qual reage de forma defensiva continuamente, o que acaba por interromper o *ser*, o *gesto espontâneo*. Podemos refletir sobre como a organização de defesas contra a

agonia de desumanização se constitui. Não raras vezes, é na introjeção do ideal de Eu normativo, que o *self* se protege, às custas de uma alienação — o *falso self*.

Experiências de ser alvo de ataques que visam desumanização/despersonalização podem mobilizar agonias primitivas, na medida em que não houver espaço para a sua inteireza. Ter que se fragmentar. Mascarar-se para caber. No limite, um despedaçar-se. Vale lembrar que, mesmo uma pessoa bem integrada pode enlouquecer em um ambiente que visa desumanizar e atormentar.

Creio ser importante, nesse ponto do trabalho, retomar nosso problema de pesquisa com a devida clareza. Se até aqui nos debruçamos sobre situações que se caracterizam pelo fato de pessoas se tornarem alvo de ataques que visam desumanização/despersonalização, o que acontece quando essas vítimas buscam ativamente exercer a capacidade humana de acolher, cuidar e proteger filhos próprios? O que acontece, precisamente, quando lésbicas buscam ativamente exercer a parentalidade? Revisões bibliográficas indicam, atualmente, que a parentalidade em família de mulheres-mães lésbicas acontece. Mas como? Como se dá esse processo? Por quais caminhos aquelas que sofrem ataques que visam sua desumanização/despersonalização, que se vinculam à lgbtqia+fobia transitam quando se debruçam sobre o cuidar do próprio filho que, de acordo com Winnicott (1945/2021) poderia ser descrito como criação de condições para que o potencial de tornar-se pessoa humana? Nesse momento, podemos dar mais um passo no sentido da explicitação da importância do objetivo de pesquisa que estabelecemos, vale dizer, o da compreensão da experiência de parentalidade da mulher-mãe lésbica. Vivendo na sociedade cisheteropatriarcal, onde sofre ataques violentos quanto à sua condição existencial de pessoa humana, pode a mulher-mãe lésbica realizar seu potencial como cuidadora parental?

CAPÍTULO 2. PERCURSO METODOLÓGICO

Levando em consideração que o delineamento metodológico de uma pesquisa se dá a partir do fenômeno que se pretende investigar, e que o objetivo deste estudo foi compreender a experiência de maternagem de mulheres-mães lésbicas, apresento o percurso teórico-metodológico adotado nesta pesquisa. Início este capítulo apresentando meu *lugar de fala*, a partir do qual se produziu a construção do conhecimento neste trabalho. Na sequência apresento a pesquisa qualitativa e a psicanálise como método de investigação, salientando a potencialidade do paradigma intersubjetivo que a sustenta (Silva, 1993). Caminho para a explicitação do enquadre de Entrevista Transicional (ET), do uso da Narrativa Interativa (NI) como jogo dialógico, dos procedimentos de pesquisa de registro de análise Registro Associativo Inicial (RAI) e Narrativa Transferencial (NT). Para finalizar, apresento os cuidados éticos e as participantes entrevistadas.

2.1 De onde eu falo?

Tem-se o direito de ser um sujeito (...). Isso só se torna concebível quando existe a possibilidade de expressar a própria realidade e as experiências a partir de sua própria percepção e definição, quando pode (re)definir e recuperar a própria história e realidade
(Kilomba, 2021, p. 82)

Uma pesquisadora não está isenta da própria interseccionalidade ao realizar seu trabalho. De minha parte, esta pesquisa me levou a construções e desconstruções a respeito de privilégios de raça, classe e gênero. Mas, principalmente em relação a um percurso de diagnóstico de neurodivergência ocorrido concomitantemente à escrita da tese. O

reconhecimento da branquitude, das condições da classe média paulista, da bissexualidade e da neurodivergência posicionam o meu pensamento nesta pesquisa de forma singular e inegável. Por exemplo, se eu fosse uma mulher trans, negra e periférica, as minhas narrativas psicanalíticas teriam sido as mesmas? Se eu fosse um homem branco politicamente identificado com um posicionamento de direita conservador, teria sido recebida da mesma forma pelas participantes deste trabalho? Parece óbvio que a subjetividade do pesquisador interfere nas interpretações e discussões que realiza.

Por esses motivos, decidi partir das considerações de Grada Kilomba (2021), por entender que um recorte não normativo, ao questionar o pacto cisheteropatriarcal, se defronta logo de início com um convite à “invisibilidade” e ao silenciamento. Elementos desconstruídos e analisados de maneira reconhecida pela autora. Ou seja, posturas discursivas do tipo “somos todos iguais perante o método científico”, ou “o inconsciente não tem cor”¹¹.

Até que ponto o (des)conhecimento é produzido por uma hegemonia dominante, que lança mão de um discurso supostamente universal e que, ao fazê-lo, silencia vozes e mascara a identidade dos “diferentes”? Poderíamos falar em epistemicídio do conhecimento, racializado e genderizado?

Grada Kilomba (2021) acredita que sim. A respeito do mito da neutralidade científica, ela presta o testemunho de haver sido alvo constante de comentários racistas durante seu doutorado realizado na Alemanha:

(...) performances frutíferas do poder, controle e intimidação que certamente logram sucesso em silenciar vozes oprimidas. Frutífero, de fato, porque lembro de ter **parado de escrever por mais de um mês. Eu me tornei temporariamente sem voz** (p. 57, grifo nosso).

¹¹ Optamos por não adentrar o debate a respeito da ontologia do inconsciente. Sobre esse tema remetemos ao livro “A cor do inconsciente: significações do corpo negro” da psicanalista Isildinha Baptista Nogueira (2021).

De minha parte, posso dizer que ao longo da escrita deste trabalho, também me tornei temporariamente sem voz. No percurso entre o questionamento/desconstrução dos ideais neurotípicos, e a reconstrução a partir da posição neurodivergente, me vi num território sem nome e sem lugar na academia. Espaço criado, pouco a pouco, a partir do respeito à diversidade e possibilidades de inclusão.

2.2 Decidindo pela pesquisa qualitativa

No caminho trilhado nesta pesquisa, que se delinea como qualitativa, é importante considerarmos, além do *lugar de fala*, uma noção crítica e descolonizada do que se tem produzido enquanto fundamento teórico-metodológico que sustenta e legitima uma pesquisa científica.

A pesquisa qualitativa caracteriza-se como o estudo investigativo dos fenômenos humanos em contexto individual ou coletivo. Na descrição de seus estudos, explicitar a fundamentação teórico-metodológica é necessário não apenas por uma questão de rigor científico e do compromisso ético na produção de conhecimento, mas também como forma de resistência às pressões exercidas pelos paradigmas positivista e neopositivista (Aiello-Vaisberg, 2004; Lukács, 1984/2018).

Nesse sentido, desde a pesquisa de mestrado evidenciamos o movimento crescente da pesquisa qualitativa nas ciências sociais como marca do nascimento da ciência pós-moderna, e a crise do paradigma dominante. Ao explicitar este processo, Boaventura de Souza Santos (1985/2008), sociólogo português, apresenta como características do positivismo o controle das variáveis e a tendência a classificar e quantificar os fenômenos em busca de relações causais. Com a emergência de um novo paradigma, o positivismo deixa de ser a única forma

de fazer ciência (Santos, 1985/2008) e, gradualmente, passa a ser criticado como um conjunto de práticas que desconsiderou o conhecimento não-hegemônico, uma vez que a subjetividade (e os interesses conscientes e inconscientes) do pesquisador não cabia à “objetividade” científica (Kilomba, 2021; Nogueira, 2021).

Por nossa parte, alinhados às contribuições de Bleger (1963/1984), Granato (2004), Aiello-Vaisberg (2017) e Kilomba (2021), consideramos que a pesquisa qualitativa cria conhecimento útil e significativo para a compreensão de fenômenos humanos, uma vez que amplia o conhecimento ético e humanizador ao se distanciar da universalização do “mito do homem natural, isolado e abstrato” e se aproximar das condições concretas de vida.

A pesquisa qualitativa marca, portanto, a desconstrução do paradigma sujeito-objeto e o início de um método que favorece encontros inter-humanos a partir da relação intersubjetiva sujeito-sujeito (Silva, 1993), o que implica o pesquisador na produção de seu estudo, em oposição à busca das explicações e generalizações que norteiam as pesquisas quantitativas (Flick, 2014). E ainda assim, cria e mantém abertos espaços de pensamento produzidos no encontro da interseccionalidade, tanto de pesquisadores quanto dos participantes.

Não surpreende, desse modo, que a potencialidade da pesquisa qualitativa seja questionada em função de preconceitos fundamentados em uma epistemologia de conhecimento hegemônico eurocentrado que a considera como um discurso não-científico que “fabrica” realidades, sobretudo quando abrange encruzilhadas identitárias (Kilomba, 2021).

Com Aimé Césaire (1950/2020) e Sueli Carneiro (2005) retomamos a noção, inicialmente apresentada no capítulo anterior, a respeito do epistemicídio de conhecimentos não-hegemônicos. A ciência passa a ser veículo de reprodução de direitos e privilégios ao sustentar pactos inconscientes, tal como os pactos da branquitude (Bento, 2022) e o cisheteropatriarcal.

O termo epistemicídio foi cunhado por Santos (1985/2008) ao falar sobre a produção do conhecimento científico baseado em um único modelo epistemológico. O que se diferenciava das teorizações sobre as humanidades, ou se afastava geograficamente do “centro” era deixado de fora, tomado como selvagem e desumanizado. Nas palavras do autor, o epistemicídio diz respeito à

(...) destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas (p. 183)

É interessante dizer que durante as entrevistas desta pesquisa percebi o entusiasmo das participantes em terem sua experiência de vida valorizada pelo estudo científico. Vale ressaltar, no entanto, que me tratavam como um pessoa normativa e, portanto, diferente delas. Uma pessoa “simpatizante”¹² que se importava com as singularidades de suas vidas “marginais”. Questiono-me se minha orientação bissexual e neurodivergência me permitiram circular entre lugares de poder e de silenciamento, entre cá e lá. Por não ser nem isso, nem aquilo, ou isso e aquilo¹³.

Nesse sentido, considero oportuno apresentar um trecho da epígrafe de abertura do texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira” de Lélia Gonzalez (1983/2020), no intuito de ilustrar a domesticação do conhecimento e a valorização do academicismo:

“Cumé que a gente fica?”: Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente pra uma festa deles, dizendo que era pra gente também. Negócio de livro sobre a gente. A gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até pra sentar na mesa onde

¹² Adjetivo utilizado antigamente para designar pessoas que “não tinham preconceito” contra a orientação sexual não normativa. A sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) deixou de ser utilizada, uma vez que não abrange as demais identidades de gênero e sexualidades e parte de um posicionamento LGBTQIA+fóbico, *a priori*.

¹³ O que me faz lembrar de Neusa Santos Souza (1983/2021), ao mencionar a surpresa dos participantes de sua pesquisa, que eram negros, ao constatarem que ela era negra.

eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi se sentar lá na mesa. Só que tava tão cheia que não deu pra gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. (...) eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo (p. 75, grifo nosso).

A partir das proposições acima costuradas, consideramos a pesquisa qualitativa particularmente adequada quando a experiência humana de “vozes silenciadas” é levada em consideração e protagonismo, em prol da produção de conhecimento emancipatório e da criação de espaços inclusivos não-normativos (Kilomba, 2021). Adotar uma postura ética que humaniza o outro, porque considera sua integralidade e concretude, nos distancia da produção de conhecimento que parte de abstrações e perpetua privilégios (Bleger, 1963/1984; Politzer, 1928/1998).

Considerando, portanto, que o paradigma sujeito-sujeito demanda não apenas que concebamos o outro em sua inteireza e concretude, mas também que o pesquisador se apresente enquanto sujeito nessa relação, questionamos até que ponto o *sujeito do pesquisador* é levado em conta nas questões que produzem hipóteses e interpretações das pesquisas. Em se tratando de grupos que sofrem violência social, ou estão em condição de vulnerabilidade, o que se altera em termos de experiência subjetiva? O pesquisador leva em conta a própria capacidade de empatizar com o sofrimento pesquisado? E mais, no caso de um pesquisador negro, pobre, LGBTQIA+ ou neurodivergente, de que maneira o processo de investigação afeta a própria subjetividade do pesquisador e dos campos de sentidos co-construídos? Todos “saímos” do mesmo jeito que “entramos”, ao longo da pesquisa?

De minha parte, posso dizer que não “saí” como “entrei”. Um campo de ressonância foi criado entre o preconceito narrado pelas mulheres-mães lésbicas e o preconceito sentido

pela pesquisadora. Um pesquisador neurotípico e participante do pacto cisheteropatriarcal chegaria aos mesmos resultados? Percorreria o mesmo percurso?

Acreditamos que não. Logo, consideramos fundamental reconhecer de antemão que a diversidade é necessária, uma vez que enriquece as múltiplas perspectivas de análise da investigação. Reconhecer a importância do pensamento interseccional neurodivergente, negro, feminista, LGBTQIA+ e de classe, como pensamentos válidos complexifica e aprofunda as análises. Em adição, contribuem com o pensamento crítico já existente a respeito do conhecimento científico hegemônico, como sendo o único validado entre os pares.

Em seu percurso acadêmico, Kilomba (2021) evidencia que juntamente ao racismo genderizado do qual foi vítima, viveu um percurso de descolonização do Eu-pesquisadora. Nessa chave de leitura, sua obra “Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano” é ao mesmo tempo uma investigação do preconceito quanto uma ferramenta heurística de afirmação da importância do *tornar-se sujeito*, enquanto pesquisadora. Nem todos os doutorados irão constituir percursos de descolonização, a depender dos grupos participantes e da subjetividade do autor. Mas outros, sim.

2.3 Delineamento qualitativo psicanalítico

Partindo das contribuições de Bleger (1963/1984), Politzer (1928/1998) e Granato e Aiello-Vaisberg (2002) de que todo e qualquer ato humano é dotado de sentido, compreendemos que o método psicanalítico se trata de um modo particular de investigar o significado inconsciente das produções simbólicas da subjetividade humana, tais como palavra, ação, sonho, ato falho, chiste, devaneio, delírio, obra de arte etc. (Freud, 1923/1996).

Aiello-Vaisberg (1999) enfatiza que, em contextos de violência e discriminação, é comum que atos humanos sejam compreendidos como desprovidos de sentido. Essa perspectiva que é ética e, portanto, humanizadora demanda a inclusão do estranho e do bizarro no âmbito do humano, que abrange também o “louco”, o “perverso” e o “degenerado” (Silva, Barcelos & Aiello-Vaisberg, 2022). Pensar a escuta analítica para além de uma abertura sensível e acolhedora, mas como uma ética humanizadora, nos parece ser a única via possível para compreender a experiência humana. Nas palavras de Herrmann (2021, p. 21) o psicanalista pode abordar qualquer manifestação de indivíduos e coletivos humanos, motivo pelo qual afirma que aquilo que “(...) estuda não é tão importante — desde que seja um fenômeno humano”. Tal posicionamento implica aceitar que manifestações humanas que surgem fora do contexto do atendimento psicanalítico, pode ser legitimamente tomadas como objeto de estudo do pesquisador/psicanalista, visão contra a qual se insurgem estudiosos que entendem que a psicanálise corresponde a uma ciência humana e não a um dos referenciais teóricos segundo os quais pode se organizar a psicologia, esta sim uma ciência humana (Bleger, 1963,1984).

Kilomba (2021) destaca a importância de que a pesquisa psicanalítica tenha como foco o que designa como “sujeitos falantes”, vale dizer, pessoas que tecem narrativas que incluem testemunhos, depoimentos, ou seja, relatos em primeira pessoa (Poltzer, 1928/1998). Nas palavras da autora, “o foco não deveria estar na construção de sujeitos como indivíduos, mas sim nas maneiras pelas quais é possível que indivíduos ajam como sujeitos em suas realidades sociais” (p. 74).

A partir de uma análise crítica dos fundamentos da psicologia e psicanálise de sua época, Poltzer (1928/1998) conclui que a psicanálise opera como uma psicologia concreta na medida em que focaliza o drama humano que emerge da narrativa dos pacientes em seus

diferentes contextos históricos e sociais. De acordo com o autor, Freud inaugura uma abordagem compreensiva da dramática humana quando abandona o uso da hipnose em favor da “cura pela fala” (Breuer & Freud, 1895/2016). Com essa proposição, Freud elabora seu método como uma escuta peculiar da experiência vivida por seus pacientes, os quais faziam seus relatos em primeira pessoa. O cotidiano dramático daquelas pessoas era finalmente tomado como objeto de estudo.

Entretanto, adverte Politzer (1928/1998), embora Freud tenha superado em parte o positivismo da ciência de sua época e a relação desigual entre médico e paciente, a sua metapsicologia voltou a distanciá-lo do drama humano, tal como é vivido por pessoas reais em suas situações concretas de vida. O autor advoga pelo abandono de abstrações como aparelho psíquico, pulsão, energia, objetos, os quais que se alinham a uma teorização abstrata, reducionista e desumanizadora, que não leve em conta as relações de poder, desigualdades e explorações envolvidas.

Alinhadas a esta perspectiva, nos aproximamos dos pressupostos de uma psicologia concreta, na concordância de que reduzir a psicanálise à técnica terapêutica de tratamento e um conjunto de teorias abstratas equivale a desconsiderar sua potencialidade na produção de conhecimento compreensivo acerca da experiência humana historicizada (Granato 2004; Visintin, Gallo-Belluzzo, Ambrósio & Aiello-Vaisberg, 2022; Politzer, 1928/1998)¹⁴.

A partir de uma releitura do método psicanalítico, Herrmann (2017) descreve didaticamente seu uso na pesquisa qualitativa em três passos: (1) *Deixar que surja* se refere à postura de receptividade ativa do pesquisador à dramática comunicada pelo participante

¹⁴ Chamo a atenção do leitor para o fato de que muitas vezes os autores se referem a pacientes quando estão fazendo afirmações metodológicas que, a seu próprio ver, tanto valem para pacientes como para participantes de pesquisas qualitativas com método psicanalítico. Outras vezes, o termo paciente é usado porque os autores acreditam que somente pessoas em atendimento, vale dizer, pacientes, podem ser abordados como fonte de material que permite a produção de conhecimento psicanalítico.

durante a entrevista, o que supõe que renunciemos à própria teorização psicanalítica e conhecimentos prévios para deixarmos-nos impressionar pelo encontro inter-humano e acolhermos o inesperado; (2) *Tomar em consideração* pode ser entendida como a atitude do pesquisador que não se apressa em atribuir sentido à narrativa do participante, deixando sua atenção flutuar livremente até que alguma associação se mostre efetivamente significativa e (3) *Completar o desenho* alude ao movimento de criar/encontrar os sentidos afetivo-emocionais que sustentam a experiência intersubjetiva entre pesquisador e participante.

Para Herrmann (1979, 2017) interpretações apressadas, seja na clínica ou na pesquisa, já que o método segue os mesmos delineamentos nessas duas diferentes áreas, podem antecipar a emergência do sentido se não soubermos tolerar o não-saber. Segundo esse autor, a singularidade de cada indivíduo, ou material de pesquisa, deve ser o fio condutor para o manejo e a análise psicanalítica e não as teorias disponíveis. Portanto, sua recomendação é que aguardemos algo como um gesto espontâneo que surge do encontro, a partir do qual será possível criar uma prototeoria feita sob medida para aquela pessoa. Também Winnicott (1960/2022a) já nos advertia sobre sustentar uma postura de espera sensível e observadora que espera acontecer, ao invés de propor interpretações sobre o ocorrido por mera vaidade de fazer uma interpretação certa. Ao usar a metáfora do jardineiro, Granato (2000) nos ensina sobre a importância do terapeuta aguardar o tempo do paciente:

Assim como o jardineiro, o terapeuta deveria ser capaz de adequar sua técnica à necessidade daquele paciente, (...) há plantas que necessitam de muita água enquanto outras morrem, se encharcadas. As interpretações feitas a um paciente, ainda que corretas, devem ser dosadas quanto à forma e ao momento em que são apresentadas e, para isso o terapeuta precisa ser capaz de aceitar sua ignorância e tolerar infinitos períodos de não-saber (p. 72-73).

A partir de um manejo de acolhimento e sustentação, esperar a evolução da construção da confiança do paciente possibilita que o *setting* e o encontro inter-humano favoreça uma experiência gratificante e enriquecedora (Winnicott, 1941/2021, 1969/2019), que se opõe a uma participação submissa e doutrinária.

Ressaltamos que o método psicanalítico orientou todas as etapas da presente pesquisa, desde a escolha do enquadre até a configuração dos procedimentos investigativos de produção, registro e interpretação do material de pesquisa. Isto posto, passamos à descrição da Entrevista Transicional (ET) como enquadre metodológico que se mostrou fecundo na aproximação da experiência emocional das participantes.

2.4 A Entrevista Transicional como convite ao brincar

A entrevista é uma estratégia metodológica usualmente adotada na pesquisa qualitativa como forma de aproximação compreensiva do fenômeno que se pretende investigar (Stake, 2011). Bleger (1980/2019) destaca a importância da entrevista psicológica para produção de conhecimento compreensivo e científico acerca da experiência humana. Para o autor, a entrevista psicológica é definida como uma relação humana privilegiada em que, a partir de uma escuta especializada, o psicólogo se põe a compreender os sentidos não-conscientes do que é comunicado.

Partindo do paradigma intersubjetivo sujeito-sujeito, e da compreensão de que a entrevista psicológica se trata de uma relação humana, Bleger (1980/2019) destaca o potencial desse enquadre na investigação das condutas humanas que se dão em condições “naturais” do cotidiano. Nesse sentido, a entrevista psicológica não tem como objetivo a coleta exaustiva de informações do participante, mas sim em se constituir como um ambiente dialógico. Os

sentidos criados e encontrados a partir da entrevista seriam, portanto, concebidos como produtos subjetivos de uma co-criação.

Ao descrever a natureza das Consultas Terapêuticas como uma forma de atendimento que se diferenciava da terapia e do psicodiagnóstico, Winnicott (1968/1994) elege como principal tarefa do terapeuta, sua capacidade em proporcionar um relacionamento humano, não hierárquico e natural, em que o paciente possa se sentir seguro, *“enquanto (...) gradualmente se surpreende com a produção de ideias e sentimentos que não estiveram anteriormente integrados na personalidade total”* (p. 230).

Com relação à pesquisa no campo interseccional, o estudo realizado por Kilomba (2021) recomenda que as entrevistas não reproduzam a lógica de exclusão que tende a colocar o participante no lugar de “objeto pesquisado”, e nem o emprego de questionários de pesquisa que impeçam o sujeito de se tornar falante. Ao implicar o participante enquanto sujeito, capaz de narrar sua experiência de sofrimento psíquico sem que isso acione mecanismos de defesa, a autora defende o encontro empático, humanizador e criativo.

Kilomba (2021) critica o entendimento do racismo — em si, uma realidade violenta — como um fenômeno periférico, marginal, localizado na superfície de outras coisas como uma camada de tinta que pode ser retirada (ou investigada) facilmente. Essa ideia de superficialidade presente nos preconceitos interseccionais ilustra a fantasia de que o racismo é “algo” presente, mas não determinante das relações: *“de modo tendencioso, o racismo é visto apenas como uma ‘coisa’ externa, uma ‘coisa’ do passado, algo localizado nas margens e não no centro”* (p. 71). Esse aspecto de superficialidade seria responsável por uma falta de aprofundamento nas produções acadêmicas em relação aos temas que envolvem relações de poder desumanizadoras, tendo por resultado um déficit teórico que evidencia, por um lado, a pouca importância dada ao fenômeno do racismo, e por outro, o desrespeito àqueles que o

experienciam. O que podemos entender é que não se trata apenas de preconceito, mas de uma violência estrutural que acaba por determinar tanto as relações, como as subjetividades.

Realizar uma entrevista em contextos de vida habitados pelo preconceito e pela discriminação social, enquanto tentamos manter uma situação natural que permita que os determinantes do fenômeno humano se revelem, é algo sempre desafiador. O risco da ativação de defesas inconscientes implica no fechamento da abertura empática do participante e, conseqüentemente, no afastamento de sua experiência emocional.

Segundo Kilomba (2021), o testemunho funciona para o sujeito como um distanciamento de lugares em que se vivencia o preconceito internamente. Tornar o sujeito um ser falante por meio de uma investigação acadêmica demanda, a nosso ver, uma interação criativa e brincante num espaço potencial.

Tendo em mente as considerações de Bleger (1963/1984), Kilomba (2021) e Winnicott (1968/1994), bem como os trabalhos já realizados pelo grupo de pesquisa aqui representado (“Psicanálise e Narrativa”: subgrupo da linha de pesquisa “Intervenções Psicológicas e Processos de Desenvolvimento Humano” da PUC-Campinas), propomos o enquadre da Entrevista Transicional com o uso da Narrativa Interativa como recurso metodológico, na medida em que propicia e/ou facilita o brincar compartilhado entre pesquisador e participante. Ao instaurar um ambiente que acolha a espontaneidade do outro que, sem medo de ser, pode ocupar o lugar de protagonista da história. O pesquisador, nesse sentido, ocupa o lugar de testemunha de uma história vivida pelo participante e narrada em um espaço de aceitação e respeito pela alteridade.

Em nosso grupo de pesquisa, temos dedicado esforços para o aprimoramento da fundamentação teórica do uso do método psicanalítico winnicottianamente orientado no contexto da pesquisa qualitativa (Granato, 2000, 2002, 2004; Granato & Aiello-Vaisberg,

2011, 2013, 2016). O grupo tem avançado na compreensão e descrição do enquadre da Entrevista Transicional em Carias (2018, 2022), Gomes (2019), Mozardo (2021), Lucas (2022), Bonfatti (2022) e Visintin (2023), dentre outros.

Bonfatti (2022) e Gomes (2019) explicitam o caráter transicional do enquadre proposto, que se baseia na concepção winnicottiana dos fenômenos e objetos transicionais, ou seja, na existência de uma área intermediária de experimentação entre a realidade interna (subjéctiva) e externa (objetivamente percebida). A experiência transicional, que diz respeito ao brincar, ao fantasiar, às experiências culturais e se faz lugar de descanso das tensões e angústias vividas no cotidiano, só é possível a partir do espaço potencial criado entre e o cuidador e seu bebê para que este brinque com a realidade, porém de modo protegido (Winnicott, 1953/2019, 1971/2019).

Para Safra (2021, p. 23), *“é a função simbolizante que permitirá ao indivíduo seu atravessamento nas diferentes modalidades de estar no mundo: do estado subjéctivo à realidade compartilhada”*. Os jogos pertencentes ao espaço transicional realizam, portanto, uma função prévia para tudo o que se tornará compreensão da realidade, uma vez que relacionam as experiências interior e exterior.

De acordo com Winnicott (1953/2019a, 1960/1999, 1968/1994), a experiência transicional possibilita a ilusão de onipotência necessária para que o indivíduo se abra a alteridades. O que antes era subjéctivamente concebido como *eu* passa a ser objetivamente percebido como outro, diferente de si. Em um ambiente suficientemente bom, ocorrerá progressivamente o reconhecimento da alteridade e um viver criativo.

Carias (2022) ressalta a característica acolhedora e respeitosa da Entrevista Transicional, que se configura como uma experiência completa, conforme Winnicott (1941/2021) descobriu em seu Jogo da Espátula com bebês durante as consultas pediátricas.

Atento à aproximação espontânea dos bebês a uma espátula de metal que repousa sobre sua mesa, Winnicott solicitava às mães que não interrompessem aquela experiência. Este ciclo experiencial é inerente à condição humana *“para a vivência de uma experiência completa e satisfatória. Diante de uma nova experiência o ser humano hesita, explora e finaliza (...) a fim de integrá-la ao próprio self”* (Carias, 2022, p. 61).

Quando Winnicott (1968/1994) se pôs a pensar sobre o Jogo do Rabisco que propunha a crianças nas Consultas Terapêuticas (Winnicott, 1971/1984), preocupou-se em diferenciar essa prática de técnicas ou testes, vendo-a como *“um método para estabelecer contato com um paciente infantil”* (p. 231). Sua intenção era, portanto, dar meios para a “auto-revelação” de sentidos inconscientes que pudessem vir à cena por meio do brincar (Abram, 2000). Winnicott (1968/1994) proporcionava um espaço potencial para que o paciente e o terapeuta brincassem juntos, no intuito de sustentar a situação até que a criança descobrisse algo por si própria. Assim explicitava seu jogo:

‘Vamos jogar alguma coisa. Sei o que gostaria de jogar e vou lhe mostrar.’ Há uma mesa entre a criança e eu, com papel e dois lápis. Primeiro apanho um pouco de papel e rasgo as folhas ao meio, dando a impressão de que o que estamos fazendo não é freneticamente importante, e então começo a explicar. Digo: “Este jogo que gosto de jogar não tem regras. Pego apenas o meu lápis e faço assim...” e provavelmente aperto os olhos e faço um rabisco às cegas. Prossigo com a explicação e digo: Mostre-me se se parece com alguma coisa a você ou se pode transformá-lo em algo; depois faça o mesmo comigo e verei se posso fazer algo com o seu rabisco (Winnicott, 1968/1994, p. 232).

Nessa perspectiva de começar um encontro com uma brincadeira, a Narrativa Interativa (NI) foi criada por Granato e Aiello-Vaisberg (2011) com o objetivo de propiciar um espaço potencial na entrevista de pesquisa. A NI é um recurso mediador que pode ser utilizado no enquadre de uma entrevista individual ou coletiva (Bonfatti, 2017; Miranda,

2016), com casais (Diniz, 2020; Gomes, 2019), e também na versão gráfica, adaptada para crianças (Autuori, 2017; Lucas, 2022), cujo objetivo é a aproximação da experiência emocional do participante de forma não invasiva e transicional, operando na articulação entre o subjetivo e o compartilhado (Winnicott, 1971/1984).

A NI consiste em uma breve história fictícia elaborada pelo pesquisador, na interlocução com seu grupo de pesquisa, a fim de retratar uma situação, um problema ou um conflito que alude a seu objeto de estudo. Como história inacabada, a NI se interrompe em determinado ponto da narrativa para que o participante continue o rabisco a seu próprio modo, por escrito ou oralmente, de modo livre e associativo (Granato & Aiello-Vaisberg, 2011). Por meio da ficção, os participantes podem se valer dos personagens para a sua própria narrativa, o que torna a NI uma forma de aproximação lúdica e protegida.

Conforme evidencia Bonfatti (2022) não existe uma NI perfeita, mas sim uma versão suficientemente boa. No processo de criação da NI, o pesquisador, suficientemente ambientado no universo de seus participantes, elabora um primeiro rascunho da história e compartilha com o grupo de pesquisa, como processo de triangulação de pesquisadores (Stake, 2011). Tal processo possibilita que a história tenha um pouco de cada um sendo, no final, a resultante de uma cocriação.

A forma inacabada da NI convida as participantes a fazer uso do lúdico e do ficcional e pode favorecer o vir à cena do não acontecido da história das participantes. A NI, portanto, coloca em trânsito uma situação não acabada (em porvir) que traz tensões e encruzilhadas que “anseiam” *vir a ser* na presença de alguém, no caso a pesquisadora em atitude acolhedora e escuta sensível. Vale destacar, que a construção da NI como uma história inacabada que diz respeito ao universo das relações e vivências pessoais das participantes — famílias de mulheres-mães lésbicas — amplia as possibilidades de narrar a própria história acolhendo as

particularidades de cada família . A “mão” e o “traço” da pesquisadora e seu grupo se fazem presentes no rabisco narrativo da NI.

A partir de um ambiente sustentador, o uso da NI produz um campo de sentidos potenciais, a serem cultivados no encontro intersubjetivo entre pesquisador e participante como possibilidade de criar, fantasiar e sonhar com as diferentes dimensões temporais, provenientes de memórias, fantasias e demais conteúdos transferenciais.

Se o enquadre e o manejo forem suficientemente bons, de modo a favorecer o brincar e a livre associação, os conflitos emocionais das participantes, bem como suas conquistas, com relação ao assunto abordado pela NI serão trazidos de maneira espontânea, por vezes deslocada ou camuflada. O que pode ocorrer tanto na figura das personagens, quanto nas variações do próprio enredo (Granato, Russo & Aiello-Vaisberg, 2009; Winnicott, 1984).

Acreditamos que ao oferecer a NI como um objeto para ser usado pelo participante, facilitamos o gesto espontâneo, a partir de um manejo lúdico e flexível em que a pesquisadora também brinca. Vale ressaltar que a recusa do participante usar a NI para expressar-se está sempre presente no horizonte da pesquisadora que, neste caso, encontrará um outro modo mais apropriado de abordar o tema com aquele participante. Em nossa experiência, essa possibilidade tem sido rara e a NI tem se mostrado uma forma fecunda de convidar os participantes de nossas pesquisas a *brincar para falar sobre as coisas sérias da vida*.

2.5 Delineando as Entrevistas Transicionais e as Narrativas Interativas

O projeto de pesquisa do doutorado se originou a partir de reflexões realizadas na dissertação de mestrado (Ribeiro, L. J., 2018)¹⁵, a exemplo do trecho reproduzido abaixo:

¹⁵ Cujo objetivo era o de compreender a experiência parental de casais homoafetivos.

As narrativas dos participantes comunicam os diversos sentidos da homoparentalidade, os quais se constelam em dois grandes campos. O campo *Que família é essa?*, que comunica o **estranhamento e o preconceito** que a família homoparental desperta em uma sociedade ainda orientada por **valores patriarcais**, anuncia a necessidade de pesquisas empíricas que se proponham a compreender as **especificidades dessas famílias** a partir de uma nova perspectiva, que se pautem na **sociedade em transformação** (Ribeiro, L. J., 2018, p. 120, grifo nosso).

Ainda referente ao mestrado, o campo *“A gente dá conta”* nos ajuda a compreender o movimento defensivo e violento dos participantes em se provarem capazes de cuidar de seus filhos, diante de uma sociedade em que falas como: *“não sabia que por ser lésbica podia também ser mãe”* (Ref. Participante mestrado) são perpetuadas a partir de ideais cisheteronormativos introjetados.

Ao retomar tais considerações da pesquisa de mestrado, e com o objetivo de compreender a experiência de maternagem de mulheres-mães lésbicas, propusemos **cinco** entrevistas transicionais sucessivas com cada casal participante para que pudéssemos explorar momentos emblemáticos da parentalidade. Dentre eles, destacamos: a experiência de construção do projeto parental de cada casal; a experiência da descoberta de novos modos de ser família, agora a três, ou quatro, etc., e as dificuldades que naturalmente acompanham tal processo; a experiência emocional de mulheres-mães na função de cuidadoras; os imaginários e aspirações para o futuro de seus filhos; a experiência de socialização de seus filhos em uma sociedade cisheteropatriarcal.

Considerando a noção de temporalidade relacionada ao amadurecimento emocional (Winnicott, 1971/1984; 1941/2021) e o período de hesitação que antecede qualquer relação intersubjetiva, acreditamos que o delineamento longitudinal das cinco entrevistas sucessivas foi suficientemente bom para que um ambiente de *holding* pudesse se configurar. O brincar e

o gesto espontâneo não se dão de maneira imediata; as pessoas precisam de tempo e previsibilidade para que possam narrar, se ouvir e tomar em consideração a revelação que se dá no brincar (Winnicott, 1971/2019).

Em estudos anteriores, constatamos a potencialidade do reencontro com o participante como facilitador da elaboração psíquica da experiência vivida (Aching, 2017; Bonfatti, 2022; Gomes, 2019; Moraes, 2017). Nas palavras de Bonfatti (2022) que entrevistou adolescentes abrigadas: *“nossa intenção era realizar a aproximação do drama vivido pelas participantes de forma sensível e gradual evitando revitimizá-las com uma abordagem invasiva”* (pp. 187-188). Nesse sentido, compreendemos que a proposta de cinco Entrevistas Transicionais, agendadas segundo o ritmo das participantes e tendo como fio condutor uma cena do cotidiano das famílias (retratada na NI), permitiria essa aproximação cuidadosa.

Para a construção das cinco NI estabelecemos uma espécie de linha do tempo do cuidado em torno da qual se desdobrariam as narrativas das participantes. Também optamos pela utilização dos mesmos personagens de modo a estabelecer uma continuidade narrativa e potencializar a identificação das participantes com o conteúdo dramático. Para a construção do enredo das NI nos inspiramos nos momentos emblemáticos dos relatos das participantes da pesquisa de mestrado (Ribeiro, 2018b), além da literatura científica e de nossa experiência clínica no campo da parentalidade.

A seguir, apresentamos as cinco NI construídas para este estudo:

Primeira Narrativa Interativa

Naquela manhã de domingo, Ana acordou um pouco mais tarde. Era um dia frio e, como de costume, abriu meia janela para admirar a vista com as ruas forradas de folhas caídas das árvores. O outono era, definitivamente, sua estação predileta.

Ao voltar para cama, Ana se aconchegou perto de Júlia debaixo das cobertas. Júlia acordou empolgada e, antes mesmo de dar bom dia, contou para Ana o sonho que recordou logo ao despertar.

— Nossa, eu tive um sonho incrível!

Aos risos, Ana responde:

— Você e seus sonhos! Vai, me conta qual foi dessa vez!

— Sonhei de novo que tínhamos um filho. Mas dessa vez parecia tão real... —

Comenta Júlia com o olhar distante de quem está visualizando a cena.

— Estávamos levando o bebê para a escola em uma manhã gelada, e a criança estava empacotada em blusas...mal dava pra ver o rostinho dela, igual meus pais contam que faziam comigo.

*— Nossa, neste mês já é a segunda vez que você sonha que temos um filho —
surpreende-se Ana.*

Ainda fascinada pela imagem do sonho, Júlia respira fundo e arrisca:

— Pensando bem, o que você acha dessa ideia, meu amor?

Segunda Narrativa Interativa

Ao ouvir o barulho do portão de sua casa que anunciava a chegada de sua companheira Júlia e seus filhos Olívia e Leo, Ana colocava a última xícara na mesa para o café da tarde, não se contendo de alegria por ter finalmente realizado o sonho de ser mãe. Após uma longa espera, Olívia havia chegado em sua família.

Naquela tarde, Alberta veio para tomar café com as amigas e conhecer a pequena Olívia. Como um foguete, Olívia adentra na casa gritando e vai logo em direção ao canto da sala em que suas mães reservaram um espaço para seus brinquedos.

Enquanto tomam café, Júlia e Ana compartilham suas angústias referentes às dificuldades vividas com a chegada de Olívia.

— Ai, Alberta, desde que a Olívia chegou não estamos conseguindo que ela durma sozinha em seu quarto, nem que utilize o banheiro...está sempre fazendo xixi na cozinha. Será que estamos fazendo algo errado?

Alberta percebe o pedido de ajuda das amigas e compartilha sua própria experiência como mãe:

— Imagino como está sendo difícil! Quando meu filho adotivo chegou em casa...

Terceira Narrativa Interativa

Chegou o dia em que Olívia e Leo dançariam quadrilha na Festa Junina da escola pela primeira vez.

Ana e Júlia acordaram os filhos mais cedo para arrumá-los. Enquanto Ana buscava seus pais, Cida e Marcos, que faziam questão de ver a apresentação dos netos, Júlia fazia duas tranças em Olívia e pintava as bochechas de rosa e algumas pintinhas pretas, características. Já Leo, além da bochecha rosa com pintinhas, insistiu para que a mãe desenhasse um belo bigode.

Esta data comemorativa era muito esperada pela família e todos estavam animados para vê-los dançar.

Assim que os professores organizaram as crianças na quadra para iniciar a dança, Ana percebeu que Olívia parecia incomodada.

— Jú, olha a carinha da Olívia...ela não parece muito bem.

— Não é melhor a gente ir lá? — questiona Ana.

Para tentar tranquilizar a menina, a família acena para Olívia e Leo que seria seu parceiro na dança.

Mas assim que a dança inicia, Olívia corre e se esconde atrás da fogueira.

Ao perceber o sumiço da irmã, Leo fica confuso, olha para a família e sai para procurá-la e trazê-la de volta para a dança, quando....

Quarta Narrativa Interativa

Depois de um encontro de ex-alunos da escola em que estudaram, Ana e Júlia despediram-se e foram buscar os filhos Leo e Olívia que estavam na casa da mãe de Júlia, que sempre ficava com as crianças quando era preciso.

Animadas com o reencontro com amigos que não viam há muito tempo, Júlia e Ana comentaram sobre aquela tarde agradável, além dos assuntos e novidades narrados, assim que entraram no carro. Entre todos os temas de conversa, o cuidado com os filhos foi o que mais chamou a atenção do casal.

Indignada com algumas atitudes tomadas por sua amiga Renata, Ana comenta:

— Como é que pode a Renata pensar que está fazendo o melhor para seus filhos, deixando-os com uma babá todos os dias?

— Ué, não tem como julgar, ela não tem com quem deixar a filha e precisa trabalhar — rebate Júlia. O que me preocupou mesmo foi o Jorge que deixa a filha fazer tudo o que quer... Talvez seja tarde quando ele perceber que ela está mimada.

— Olha quem fala! — alerta Ana. Pensando bem, não podemos falar muito, vai saber se estamos cuidando bem de nossos filhos...

Júlia fica preocupada e pergunta:

— Mas, afinal, o que você acha que as crianças precisam?

Quinta Narrativa Interativa

Era uma manhã de sábado especial para Leo e Olívia, que se preparavam para um passeio ao parque ecológico, organizado pela escola em comemoração ao Dia da Árvore.

— Depressa Olívia! Vamos nos atrasar! — apressou Ana pegando a mochila da filha enquanto Julia esperava com Leo no carro.

No final do passeio, todas as crianças receberam sementinhas para plantar em casa. Curiosa, Olivia perguntou para Leo:

— Pra que serve isso?

Leo deu de ombros e correu atrás dos amiguinhos.

Julia não pensou duas vezes. Levou Olívia para perto de uma frondosa árvore bem no meio do parque, abaixou ao lado da filha e cochichou em seu ouvido:

— Tá vendo essa árvore, minha filha? Um dia ela foi uma sementinha como estas que você tem na mão. Você e seu irmão também já foram uma sementinha, e vão crescer como essa árvore!

Ana volta com Leo e todos se sentam ao pé da árvore para descansar. De repente, Ana e Julia começam a vislumbrar os filhos crescidos e uma série de pensamentos e questões as invadem.... Como será Olívia quando for adulta? E Leo? Como poderemos ajudar a realizar os seus sonhos?

Enquanto os filhos olham para cima, sem ver onde a árvore termina, Ana e Julia se entreolham e pensam...

Em decorrência da pandemia de Covid-19, as entrevistas foram realizadas em ambiente virtual por meio de videoconferências, agendadas conforme a conveniência das participantes. Dada a modalidade online dos atendimentos, cuidamos de averiguar se as

participantes tinham acesso às ferramentas tecnológicas, tais como internet e plataformas virtuais, além de um ambiente adequado para nossa privacidade. As entrevistas duraram de uma a duas horas e meia e ocorreram com a periodicidade de acordo com a preferência de cada família.

2.6 Registro Associativo Inicial e Narrativa Transferencial

Em nosso grupo de pesquisa, temos tradicionalmente utilizado a Narrativa Transferencial (NT), criada por Aiello-Vaisberg, Machado, Ayouch, Caron e Beaune (2009) como forma de registro do material de pesquisa, produzido em entrevistas, ou sessões, que se distingue por se prestar como trabalho que já prepara os pesquisadores para a enunciação da análise interpretativa.

Utilizamos, na presente pesquisa, dois procedimentos investigativos de registro do material produzido nas entrevistas transicionais, os quais se caracterizam pelo fato de também se constituírem como fases preparatórias da elaboração dos resultados interpretativos: o Registro Associativo Inicial (RAI) e as Narrativas Transferenciais (NT).

O RAI possui um caráter associativo e espontâneo cujo objetivo é registrar fatos, eventos ou passagens que se mostraram significativas para o pesquisador e seu tema. Desse modo, o RAI pode conter palavras ou falas emblemáticas dos participantes que mostrem o seu ponto de vista, diálogos significativos que comuniquem sua vivência pessoal, além de associações e impressões iniciais do pesquisador sobre aquele encontro.

Quando Mezan (1998) se põe a analisar a narrativa de Freud sobre o caso do Homem dos Ratos (1909/2013), desde a primeira versão do manuscrito até a que foi publicada, conclui que as primeiras anotações de Freud se caracterizam como um documento de trabalho

composto por associações e comentários a serem posteriormente retomados e retrabalhados. Uma das características observadas por Mezan nesse registro preliminar é a tentativa de reproduzir o movimento da análise e sua capacidade para traduzir o clima emocional das entrevistas. Assim, vemos o RAI como registro preliminar com a qualidade de um rascunho ou esboço que alimentará a análise do material narrativo produzido. Assim, vemos o RAI como registro preliminar com a qualidade de um rascunho ou esboço que alimentará a análise do material narrativo produzido.

A Narrativa Transferencial é um procedimento concebido por Aiello-Vaisberg, Machado, Ayouch, Caron e Beaune (2009), que tem sido bastante utilizado em investigações psicanalíticas realizadas e orientadas em nosso grupo de pesquisa¹⁶, tendo sido comparada, por seus idealizadores, como o relato de sonhos, na medida em que contém a descrição de uma cena, dos impactos afetivo-emocionais vividos durante sua ocorrência e, posteriormente, no momento de sua recordação, quando o pesquisador faz sua redação.

Produzida como elaboração associativa, em estado de atenção flutuante, a Narrativa Transferencial corresponde a um modo de registro que se alinha coerentemente com o método psicanalítico durante o encontro com pacientes/participantes (Aiello-Vaisberg et. al., 2009). Assim, posicionamo-nos, do mesmo modo durante encontros psicanalíticos, sejam sessões de atendimento ou entrevistas de pesquisa, e durante a elaboração de Narrativas Transferenciais. Ou seja, não realizamos tais atividades baseando-nos apenas em nossas capacidades intelectuais, mas comparecendo como presença humana, autoconsciente, encarnada e essencialmente vincular, no âmbito da qual se articulam capacidades de pensar, sentir e intuir. Faz-se, portanto, necessária, à pesquisadora dedicada à confecção de Narrativas

¹⁶ O leitor interessado em conhecer pesquisas do grupo que fazem uso de Narrativas Transferenciais podem acessar o lattes de Tania Mara Marques Granato e Tania Maria José Aiello Vaisberg.

Transferenciais, uma postura aberta ao deixar-se afetar por lembranças, sentimentos, impressões, a fim de comunicar ao leitor a experiência vivida no encontro intersubjetivo.

2.7 As participantes

Quatro casais de mulheres-mães lésbicas foram entrevistadas para esta pesquisa. Um de Goiás, um do Rio de Janeiro e dois de São Paulo. As entrevistadas teriam de ser unidas legalmente e ter filhos de até doze anos de idade.

Após autorização do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, CAAE 28795919.9.000.5481, escrevi um convite falando a respeito de meu projeto de pesquisa. Encontrei as participantes a partir da mediação da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH) e referências de meus contatos pessoais/profissionais. Via instituição, os membros da ABRAFH receberam o convite. O primeiro contato com as participantes ocorreu através do aplicativo *WhatsApp*. Em sua totalidade, as participantes me escreveram afirmando o interesse em participar do estudo, após encontrar o anúncio-convite, ocasião em que as principais informações sobre a pesquisa foram prestadas e as dúvidas esclarecidas antes do aceite.

Dentre os casais participantes, consta: Angela¹⁷ e Berta, mães de Rafael e Luísa, de Goiás; Regina e Carmen, mães de Cora, do Rio de Janeiro, Cleusa e Helena, mães de Luis, André e Lúcia, de São Paulo (Litoral/ABC Paulista) e Lurdes e Marlene, mães de Rosa, de São Paulo (Interior). A idade das participantes varia entre 33 e 52 anos e o tempo de união de dez à 16 anos. Seus filhos têm idade entre cinco meses a 11 anos e foram concebidos por Fertilização in Vitro por Angela e Berta, Regina e Carmen e Lurdes e Marlene e adoção por

¹⁷ Destaco que os nomes das participantes e de seus filhos são fictícios como garantia de seu anonimato.

Cleusa e Helena. Em todas as entrevistas as crianças estiveram presentes e contribuíram, de uma forma ou de outra.

Apresento a Tabela 1 com a caracterização das participantes, abordando faixa etária, tempo de união do casal, filhos e estratégia para concretização da parentalidade.

Tabela 1. Caracterização das participantes

Casal		Tempo de união	Filhos		Estratégia parental
Berta	36 anos	10 anos	Rafael	5 anos	FIV
Angela	41 anos		Luísa	1 ano	
Carmen	35 anos	11 anos	Cora	18 meses	FIV
Regina	48 anos				
Cleusa	52 anos	16 anos	Luis	11 anos	Adoção
Helena	48 anos		André	7 anos	
			Lúcia	5 meses	
Lurdes	33 anos	13 anos	Rosa	2 anos	FIV
Marlene	47 anos				

2.8 Cuidados Éticos

A condição de mulheres lésbicas já faz, das participantes da presente pesquisa, pessoas que sofrem violências sociais em sua vida cotidiana. No entanto, como espero ter deixado claro quando abordei o uso da Entrevista Transicional, é legítimo afirmar que as entrevistas realizadas, constituindo-se como encontros pautados na ética profissional do psicólogo e na perspectiva respeitosa, acolhedora, relaxada e brincante, que caracteriza o pensamento winnicottiano, se contrapõem ao que essas mulheres costumam enfrentar. Isso posto, cabe esclarecer que a investigação atendeu plenamente às exigências estipuladas pela Resolução

466/2012 do Conselho Nacional de Ética de Pesquisa (CEP), órgão responsável pela regulamentação das normas de realização de pesquisas com seres humanos em nosso país.

As participantes tiveram seus direitos assegurados pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, confeccionado em linguagem acessível para informar as participantes sobre o objetivo e método da pesquisa, bem como sobre questões éticas, como o sigilo e a divulgação dos achados de pesquisa, antes de concordarem em participar da pesquisa.

Caso fosse identificado algum desconforto psicológico nas participantes, que não pudesse ser acolhido no espaço da pesquisa, estas seriam encaminhadas para um serviço especializado de Psicologia. Entretanto, isto não foi necessário. Vale ressaltar que o método empregado neste estudo e o Código de Ética Profissional do Psicólogo garantem aptidão e manejo da pesquisadora responsável para conduzir entrevistas psicológicas, de modo a criar um ambiente confiável e seguro para que as participantes se sentissem à vontade e protegidas para o compartilhamento de suas vivências.

CAPÍTULO 3. NARRATIVAS PSICANALÍTICAS

Para falar de Narrativa Psicanalítica (NP), peço licença para trazer um sonho. Poucos meses antes do término desta tese, tive um sonho angustiante. Estava próximo ao dia da defesa, mas o trabalho não estava pronto. Nem eu, nem o texto. Não estava suficientemente bom. O sonho não trazia apenas uma comunicação oral e científica a respeito de meus “achados”. Embora eu ainda não entendesse o porquê, me angustiava quando me via treinando canto e violão. Sim. Além de falar palavras-descobertas, eu movia minhas cordas vocais em busca de uma vibração, um som que produzisse sentido. Som da boca e também do corpo. Que nos alcançasse, a mim e aos outros, *verdadeiramente*. E, não. Eu não sei cantar ou tocar violão.

Quando escuto Grada Kilomba, em diálogo aberto com os curadores da 35^a. Bienal de São Paulo, fico intrigada e o sonho retorna à minha mente. Foi lá que ouvi pela primeira vez sobre *Coreografias do Impossível*, bem como a referência ao livro-oferenda “Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela” da poeta, ensaísta, dramaturga e professora Leda Maria Martins (2022).

No sistema colonial, a ênfase na escritura prolonga essa ilusória dicotomia entre o oral e o escrito, este, sim, tornado instrumento das **práticas de dominação** e das desiguais relações de poder e das **estratégias de exclusão** dos povos que privilegiavam as **performances corporais** como formas de criação, fixação e expansão de conhecimento (p. 33, grifo nosso).

Inspirada pela obra citada, encontro em minha “nova” posição subjetiva, um *novo começo* (o *new beginning* de Balint, 1932/1994), a possibilidade de criar/encontrar/validar

conhecimentos não-normativos. Palavras que saem como um sopro. Narrativas orais que surgem com o movimento. Do corpo, dos passos. Surgem como danças. Inscrevo-as no papel antes que elas fujam.

Falo com mulheres-mães lésbicas que gestaram — seja ou não em seus corpos — seus filhos e sonhos. É como se eu gestasse alguma coisa aqui dentro também. As narrativas sonhadas existem porque eu as conto. Saí andando e cuidando da Ayla pelas ruas de Campinas com o gravador de meu celular a postos. Isso organizou meu pensamento. Uma expressão oral válida que me ajudou a comunicar. Tal como o Jogo do Rabisco, as Narrativas Psicanalíticas também foram criadas/encontradas. A um, dois, sujeitos-narradores, depois mais também. Em uma experiência compartilhada e segura que garantiu o *continuum* de ser.

Minha voz me deixa sonhar, a meu próprio modo. Sinto-me (re)vivendo os encontros com as participantes. Agora, com novos olhos e ouvidos. Tomo em consideração, conforme vou dizendo e escrevendo. Me deixo impressionar (Herrmann, 2021).

O texto flui com a fala. Sai, porque tem para onde ir — o reconhecimento do outro, que me legitima a ser. Não sei dizer como, ou se conseguirei repetir o procedimento, do mesmo modo, em outros casos. Sei que é transicional, potencial (Winnicott, 1953/2019a) — não é nem objetivo, nem subjetivo, nem dentro, nem fora, nem só meu, nem só do outro. Nesse “caminho do meio”, onde me encontro sendo e criando, a tese é, frase a frase, alinhavada pelo fio-guia Leticia que se deixa ser na medida das integrações e relaxamentos criativos.

Parafraseando a citação acima, de Leda Maria Martins (2022), penso no *sistema capacitista* e a exclusão das “performances” neurodivergentes. De modo análogo às práticas de dominação colonialistas, que privilegiam saberes e pensamentos neurotípicos, como forma de manutenção das relações de poder — “criar, fixar e expandir o conhecimento” demanda a

inclusão autoral dos saberes marginalizados. Inclusão que abre a possibilidade daqueles que falam se tornarem *sujeitos falantes*, como diria Grada Kilomba (2021).

Em sua tese de doutorado, Granato (2004) denomina uma forma de escrita da experiência vivida na clínica, como Narrativa Psicanalítica (NP). Mais que o mero relato dos encontros com o outro, a NP se constitui como síntese da análise e interpretação alcançada pelo pesquisador. Enquanto relatórios são caracterizados como informativos que almejam o objetivo do ocorrido, a Narrativa Psicanalítica surge como um *relato associativo do analista/pesquisador* que, tendo emergido da relação intersubjetiva com seu paciente/participante, recria a experiência narrada por um, mas revivida a dois. De caráter transferencial, a NP articula as interpretações do pesquisador com o drama e a personalidade do paciente/participante e com os autores que associativamente lhe vêm à mente.

Com a proposta de articular teorizações acerca da experiência vivida nas entrevistas, Granato (2004) apresenta a NP como um caminho do meio entre “delírios intelectualizantes”, por um lado, e o “cientificismo”, por outro. Sobretudo, quando os autores lançam mão de conceitos abstratos e metapsicológicos, ou análises comportamentais, que culminam no distanciamento assético do drama humano (Politzer, 1928/1998).

Nesse sentido, a NP se localiza no espaço do *entre*. Tanto por conta da experiência na qual faz parte, como por articular análises e interpretações possíveis e fincadas no chão da vida. Partindo de Herrmann (2004), Granato enfatiza que o que foi narrado, criado/encontrado é a linha mestre que guiará as argumentações. Ao invés de recorrer, *a priori*, a teorias universalizantes, faremos o caminho contrário. Do paciente/participante para a teoria que, por sua vez, se não der conta do fenômeno é substituída por uma nova teoria – a que emana da experiência vivida por aqueles que nos narra a sua história.

A NP não se propõe como uma verdade absoluta, e nem como um “retrato” do encontro inter-humano. Mas sim, como um processamento da experiência, a partir da personalidade do pesquisador — os textos que leu, as pessoas com as quais convive e conviveu, interações psíquicas, de modo geral, estarão inscritas no papel e serão impressas junto com a narrativa do participante, de modo que nem mesmo o próprio autor tem conhecimento prévio do que irá se revelar. E, nem mesmo, é possível prever se uma NP surgirá ao final. “*Dessa artesanaria pode surgir um vaso, um entalhe, uma colcha, uma escultura, uma história, uma narrativa psicanalítica*” (Granato, 2004, p. 17).

Para concluir, volto a pedir licença. Desta vez, para compartilhar um texto que escrevi em 2022, e que hoje me volta à lembrança como associação livre às palavras de Granato (2004) acima citadas. À ocasião, não tinha percebido o significado, mas acho que era disso que eu falava.

(...) penso nos tempos de cura que experimentamos com nossas perdas-pedras. Quando é breve demais, a massa está amolecida e perde a forma. Quando demora demais, e não retiramos a tempo do molde, vira pedra quebradiça. O tempo de cura é uma janela entre o amolecido e o empedrado, intervalo de tempo em que é possível criar/encontrar a peça de cerâmica. Seja ela um vaso, um prato ou uma elaboração psíquica. Brincar com a massa dos pensamentos e das emoções. Esperar que eles tomem forma. Mas não se exigir demais, para não empedrar e quebrar as ideias. Tomando forma, a palavra sai. Feito uma bela criação.

3.1 Pelas ruas de Gaia...

Meus encontros com Berta e Angela se deram pelas ruas de Gaia, sempre no meio da sexta-feira, enquanto andavam de carro. Era um enquadre pouco convencional que se deu em função da pandemia e da modalidade *online*. Penso no que Winnicott (1969/1999) disse a respeito da imprevisibilidade do ambiente e associo às possíveis inconstâncias da rede de internet móvel do celular de Berta. De repente, o celular se desprende do suporte e a câmera filma o céu da cidade. Me vi imersa. Dentro do carro com elas. Ora parado, ora em movimento, ao som dos pássaros, em meio às folhas dos topos das árvores. Já seca, uma folha cai próxima à janela do carro. Estamos no outono.

*Nós somos assim mesmo, você vai ver, não precisa remanejar.*¹⁸ Diante de minha hesitação com o fato de a entrevista transcorrer no carro, percebo que Angela me tranquiliza. Sintonizo-me a elas. *Logo, logo, você entra no ritmo.*

Aos 36 anos de idade, Berta, sempre ao volante, se mostra com sede de uma vida livre e independente. *Viver com os meus pais sempre foi sufocante.* Ao lado da irmã mais nova, adaptar-se à vida pacata e desinteressante de uma família tradicional mineira era doloroso. Os pais incentivavam os estudos, desde que ela não voasse longe, desde que fizesse o que eles planejavam para ela. Todos os finais de semana deviam se passar na chácara da família.

A vida de Berta era ausente de descobertas interessantes e prazeres fugazes. A rotina monótona a enclausurava, no entanto, sua imaginação criava dias mais divertidos e alegres. Sonhava com uma vida que valesse a pena, mas ainda não podia ser vivida. Não estou certa, no entanto, de que essas experiências tenham lhe roubado a capacidade de brincar, de ser criança e de criar e encontrar uma vida autêntica (Winnicott, 1971/2019).

¹⁸ Os trechos em itálico indicam as falas das participantes

Ou eu estou planejando uma viagem, ou qualquer outra coisa, sempre foi assim. Preciso de movimento e funciono no movimento. Assim como no carro, onde transcorrem nossas entrevistas. Berta se percebe rigorosa e perfeccionista desde a infância, quando já não se reconhecia criança. *Eu falo que nasci velha, eu sempre planejei tudo. Tenho dificuldade com erro. Dou tudo de mim em tudo e sou muito exigente. Na escola eu só tirava 10. Eu sempre quis fazer muita coisa ao mesmo tempo e muito bem feito. Esse é o resumo da minha vida.*

Sempre ao volante, Berta nos conduz por encontros e fantasias: uma vida com sonhos, planos, metas e desafios. Uma vida com sentido. Corredora exímia, Berta corre e mantém um ritmo acelerado que parece não cessar. *Não tem nada de livre, eu não consigo só sair correndo. Eu tenho que ter meta para chegar antes.* Como a paisagem de Gaia através do vidro do carro vai borrando com a velocidade mais acelerada de Berta, reflito se ela consegue estar nos lugares em que “habita”: o corpo, a casa, o casamento, a família. Poder vivenciar a diversão de um jogo, ao invés de torná-lo sempre uma competição.

Desacelerada e contemplativa, Angela, aos 41 anos de idade, está sentada no banco do passageiro do carro. Calma e tranquila, nascida em Gaia, Angela e sua irmã mais nova foram criadas pela mãe e a avó materna. Uma família de mulheres.

O pai a abandonou quando Angela tinha 15 anos. *Mesmo quando ele estava lá, nunca ficava em casa nem se importava com a gente.* O pai de sua irmã, embora nunca tenha morado com elas, parece ter sido uma presença afetiva em sua vida, até a morte dele em 2012.

Em seu narrar, demonstra ter a certeza de que foi amada e pôde experimentar a vida à sua maneira. *O que eu mais tive em casa foi o apoio de minha mãe e minha avó sempre que precisei. Quando procurei meu primeiro emprego, minha mãe me levou pela cidade toda, na garupa da Biz, para eu entregar currículo.*

A avó, com quem ela trocava confidências desde menina, faleceu em 2002. Angela estava com 20 anos de idade. *Minha avó, é certeza que não é desse mundo. Desde os meus doze anos, ela já sabia que eu era lésbica. Acho que descobriu antes de mim.* A mãe nunca perguntou diretamente a orientação sexual da filha, nem Angela contou. Ficou sabendo quando Angela tinha 19 anos. Nesse dia, sua mãe perguntou diretamente à avó, que respondeu: *sim, você está achando certo.* As palavras “lésbica”, “homossexual” ou qualquer outra foi jamais pronunciada.

Mesmo quando a oferta de um ambiente familiar humanizador, que aceita a diversidade esteja presente, a revelação de uma diferença ao ideal normativo constitui um momento de tensão em que o conflito familiar aflora (Freitas, 2022).

Por que haveria de ter uma revelação, afinal? A aceitação incondicional da avó de Angela nos mostra que ser lésbica é entendido com naturalidade de um lado, enquanto de outro pode configurar uma aceitação velada que tanto aceita quanto silencia. Diniz (2020) evidencia o sofrimento emocional de mulheres lésbicas ao revelarem sua orientação sexual aos familiares, bem como casos em que nunca foi verbalizada. O imaginário de avós participantes do estudo de Diniz — *“não dá pra eu te dizer que é normal, porque não é”* — fornece pistas de que distanciar-se da norma hegemônica permanece um conflito sem resolução aos olhos dos pais de casais homoafetivos. Paira entre o tolerável e o aceitável.

Quanto à Berta, a escassez afetiva na relação com os pais e a discriminação explícita ao descobrirem que é lésbica, aos 25 anos de idade, parece ter sido o estopim para o inevitável distanciamento da família.

O encontro das duas se deu em 2012 pelas ruas de Gaia, onde residem — cidade natal de Angela e refúgio de Berta. *Longe de minha família, encontrei em Gaia um lugar para chamar de meu e para fazer família.*

A princípio, elas me pareciam opostos complementares. Puderam se apoiar uma na outra, de forma a compensar o que lhes faltou nas próprias relações parentais. Berta carecia de acolhimento, aceitação, carinho. Por sua vez, Angela, de independência, autonomia, a saída de casa. “Harmonia complementar” que fez surgir com a chegada dos filhos a experiência da maternagem em ambas.

Com cinco anos de relacionamento tiveram Rafael. Quatro anos depois, Luísa. Os filhos se beneficiaram da combinação. *Sabemos que quando está com uma é daquele jeito e pronto. Uma não interfere muito na outra.* Berta sempre desejou se tornar mãe. Angela se via impedida, até certo ponto, em função do preconceito social. Um sonho que não podia ser sonhado. *Para mim, sempre tem uma pessoa que é mais a fim, e a outra vai indo aos poucos. No nosso caso, quem sempre quis fui eu. Angela, não.* Essa questão fica evidente no desfecho criado por elas, para a primeira Narrativa Interativa.

Eu tenho um pouco de medo. O mundo é um lugar violento, tenho medo da intolerância, de nosso filho sofrer.

— *Vamos criá-lo para ele ser uma pessoa forte e saber lidar com os preconceitos, os problemas. Eu não tenho medo. Pode ficar tranquila.*

— *E como faríamos?*

O casal deu continuidade à história, de modo conjunto e por escrito. Ficaram surpresas com a proposta pouco convencional e apreensivas pela liberdade conferida a elas. Durante a criação, desligaram o microfone e mudaram a posição do celular, para não enfocá-las diretamente. *Pronto, terminamos. A gente te envia?* Tiraram foto do texto escrito no papel e me encaminharam. O dilema, por extenso. Retratados, tanto o medo de Angela — de ser mãe

em uma sociedade cisheteropatriarcal —, como a coragem de Berta. *No dia-a-dia, cuidaremos juntas. Criaremos mais fortes*. Mais uma vez, para Berta, o medo não paralisa. A impulsiona.

A narrativa de Angela e Berta sinaliza que é preciso criar os filhos de modo a fortalecê-los, porque terão de lidar com a LGBTQIA+fobia. Como se a coragem pudesse compensar a violência. O percurso da parentalidade de ambas é atravessado pelas marcas do abuso e da agressão — como se o ambiente intrusivo e desumanizador/despersonalizador estivesse presente desde sempre (e para sempre).

Em busca de um lugar seguro para sua família, encontram na convivência com famílias não normativas a possibilidade de existir em meio a repetidas intrusões. O estudo de Wheeler, Horne, Maroney e Johnson (2018) mostra que mulheres lésbicas se beneficiam de uma rede de apoio LGBTQIA+ ao decidirem pela parentalidade. Ao ver no outro a possibilidade de (re)existir, apesar do ambiente intrusivo, mulheres lésbicas podem tornar-se sujeitos.

A maternidade de Angela e Berta foi viabilizada pela Reprodução Assistida. Rafael tem cinco anos de idade e Luísa, um. Foram concebidos por Fertilização *in Vitro* (FIV)¹⁹, uma jornada de desafios e discriminações. Nas clínicas, olhares tortos e falas perfurantes — *vocês poderão mesmo pagar pelo procedimento?* Esperançosas, viajaram para São Paulo, a um centro de reprodução assistida recomendado por um casal de amigas lésbicas.

Foram bem acolhidas e, com sucesso, conceberam o primeiro filho. Quatro anos depois, retornaram para outro procedimento bem sucedido. As duas gestações ocorreram logo na primeira tentativa. Na primeira, Angela cedeu o óvulo e Berta gestou. Na segunda, foi o inverso.

¹⁹ A fertilização *in vitro* (FIV) é uma técnica de reprodução assistida (TRA) de alta complexidade. A fecundação é realizada em laboratório e o embrião é armazenado em baixas temperaturas. Após o preparo hormonal, o mesmo é implantado no útero (Graziuso, 2018).

Com relação ao doador, o casal optou pelo banco brasileiro de sêmen, o qual, segundo elas, disponibiliza as seguintes informações: altura, peso, idade, cor de cabelo, cor de olhos, hobbies e religião do doador. Berta queria que o doador tivesse olhos claros, como ela. Mas não gostaram dos hobbies do homem com essa característica — caminhada e dança de salão. Escolheram um que gosta de corrida, natação, skate e *surf*. Escolheram o movimento.

Ao contar da própria gestação, Berta narra sem sofrimentos a alteração hormonal do procedimento. Sinto um certo desconforto. Parece soar como uma defesa onipotente. Feito máquina, ela mesma desumanizada. Facilidade que parece indicar uma desconexão, entre psique e soma. Ou então, uma defesa que se identifica com algo do tipo “quem é forte não chora” — penso no ideal de excelência cisheteropatriarcal. *Quando estou correndo, mesmo que vá desmaiar, não paro. Vou até o fim, ainda que pareça impossível.* A autoexigência pode tê-la preparado melhor? Ou a teria distanciado do corpo e dos afetos?

Contam do nascimento de Rafael como um momento tranquilo e sem grandes dificuldades. O mesmo, para os meses iniciais. Berta já esperava que fosse assim e se programou com nove meses de licença, do mestrado e do trabalho. *Os desafios da maternidade não foram difíceis, porque eu me propus a ser mãe, então tudo bem, eu sabia que seria difícil e que mudaria toda a vida.*

Angela, por sua vez, conta que a aproximação inicial com o filho se deu de forma cautelosa e pouco natural. Por não ter dado à luz, se culpa por não ter sentido o que sentiu com o nascimento da filha, quatro anos mais tarde. *Quando a Luísa nasceu foi diferente. Hoje, a relação com Rafael mudou. Se eu soubesse, teríamos feito ao contrário.*

O percurso de tornar-se mãe foi diferente para ambas. *Não sei se são os hormônios, mas é muito diferente criar uma criança dentro de você.* Angela se espantou por não se vincular afetivamente a Rafael, seu filho biológico. Elas não se sentiam da mesma forma,

quando seguravam o bebê no colo. *Falávamos que ela era tipo o pai, aquele pai de tempos atrás, distante afetivamente.* Elas se surpreendem com o fato de que, embora tenham planejado a maternidade compartilhada, cada uma tem uma forma de ser mãe. O espanto de Angela e Berta com a vinculação diferente àquela esperada de uma mulher “naturalmente pronta para ser mãe e cuidar” parece nos levar de volta à idealização da capacidade feminina para o cuidado. Em outras palavras, a parentalidade lésbica aproxima mulheres-mães de um ideal para o qual não haveria diferença no amor que ambas sentem pelo bebê (e nem nos cuidados iniciais). Porém, Angela reconhece que ela só experienciou o tipo de relação inicial que Berta sentiu com Rafael, quando gestou e pariu Luísa. Essa é a teoria da Angela e da Berta: precisou passar pelo corpo para ser seu.

Quando Angela nos conta que para ser seu teve que vir de sua barriga, repensamos a questão do vínculo afetivo no contexto da parentalidade biológica. Toda relação é construída, mas para Angela o sentimento de tornar-se mãe demandou uma passagem pelo corpo. Do que diz quando fala sobre o que é ser mãe para elas? O que foi que Angela vivenciou na gestação da filha caçula que pôde alterar a relação com o filho primogênito? Luísa não carrega material genético de Angela, ao contrário de Rafael, mas veio de suas entranhas. Pôde ser gestada e parida. Sentida como sua, independentemente do fator genético. No líquido viscoso da placenta gestacional, nasce filha e nasce mãe. Mãe de Luísa e de Rafael. Evidência de que “ser mãe”, amor materno e maternagem não ocorrem no mesmo tempo. Nem há garantia de que irão ocorrer (Badinter, 1980, 2011; Winnicott, 1945/2021).

Em famílias de mulheres-mães lésbicas, tanto as condições biológicas de fertilidade como o desejo de gestar passam por uma escolha do casal. Óvulo de quem, no útero de quem? Cai por terra, portanto, a naturalização da equivalência mãe-útero-vínculo afetivo. Berta e Angela optaram por uma estratégia que intensifica a vinculação intersíquica conjugal. Uma

espécie de aliança genético-subjetiva, entre óvulo e ventre. *Se cresceu de meu ventre é meu também. Mesmo sem a minha genética*, nas palavras de Angela.

Considerando que as vivências somáticas são elaboradas psiquicamente, de acordo com Winnicott (1945/2021), compreendemos que a experiência de gestar, para Bertha, pode ter favorecido que ela se conectasse a Luísa. Mas, de forma alguma, estamos afirmando que isso se trata de algo natural.

Curiosamente, em minha escuta também percebo a fantasia de que ambas poderiam prover igualmente os cuidados iniciais ao filho. No caso das famílias de mulheres-mães lésbicas, portanto, é preciso estar atento para o ideal de “igualdade” presente nos projetos de parentalidade. Elas sonham em compartilhar tudo da mesma forma em relação aos filhos e uma parte importante dos conflitos iniciais diz respeito às diferenças que surgem, progressivamente, pelo simples fato de serem duas pessoas.

O casal passava por uma crise no momento da segunda entrevista. Horas depois, Angela envia uma mensagem pedindo desculpas. Não fiquei surpresa, o seu silêncio durante a entrevista já sinalizava que uma bomba seria lançada. Contou que Berta havia saído de casa e retornado após uma semana. Tentei acolher.

Me desculpe por hoje. Quando Berta saiu de casa, disse que não sabia se gostava mesmo de mim, disse que voltaria sete dias depois com uma conclusão. Fiquei esgotada. É tudo muito recente. Nos acertamos, mas ainda dói muito lembrar. Dá vontade de chorar. Foi muito pesado. Então hoje, na nossa conversa, ouvi, mas evitei falar sobre a semana em que ela se foi. Meu objetivo foi preservar tudo o que construímos nesses 10 anos. Nossos filhos, nossa casa, nossa vida.

Quis se assegurar de que não tinha estragado “algo”, por ter falado menos. Como se, na fantasia, ela pudesse destruir não apenas a relação conjugal, mas também a que estávamos

estabelecendo. Penso em Winnicott (1969/1999), no que ele diz sobre o analista que não invade, não desorganiza o tempo e nem atravessa o ritmo do encontro. Angela parecia se sentir excluída e saiu de cena. Mudou a posição do celular, para filmar apenas o rosto de Berta.

Surpreendo-me pensando que o conflito do casal e as disputas sobre modos de cuidar dos filhos levam a um desgaste da vida conjugal (Bernardi, 2018; Meletti & Scorsolini-Comin, 2015). Berta dá a impressão de se sentir presa e angustiada, em um relacionamento acomodado e sem movimento. Penso que com a formação da família, ela não se sente atendida da mesma forma e critica a esposa por essa razão. Existe uma tensão no casal que parece contaminar os cuidados infantis, a ponto do casamento terminar anos depois. O desafio maior no exercício parental parece ser o caminhar cotidiano, da oposição de personalidades em direção a uma suposta complementariedade.

Durante a licença maternidade, Berta ficava com o filho seis dias por semana e a Angela, apenas um. *Mas ela ficava mega exausta nesse dia. Angela não acordava de noite, pois tem o sono muito pesado. Falávamos que ela era tipo o pai, aquele pai de tempos atrás, distante afetivamente.* Mas Berta parece estar muito disposta a tudo isso. *É muito exaustivo, passo o dia capengando de sono. Chega a noite fico sem energia, não tenho tido muito tempo para dormir.*

Berta chama a esposa de “acomodada” mas, por outro lado, a tranquilidade e a quietude de Angela parece dar um basta inaudível que acolhe e faz cessar o girar em falso da companheira. Dessa forma, Angela cuidou de Berta para que esta pudesse cuidar de Rafael. O ritmo mais lento e humano de Angela produz uma diferença capaz de “frear/barrar” um caminhar cada vez mais rápido que levaria ambas a se perderem, por não saberem mais para onde ir.

Em casa, eu nunca me senti presa, ué! Quando eu quis sair, eu saí. Minha mãe até me ajudou, inclusive. Angela se defende, quando Berta a critica de ser sossegada. Fico com a impressão de que Angela respeita o próprio ritmo, por ter uma confiança básica bem estabelecida (Winnicott, 1960/2022a).

Ao longo das entrevistas, diferenças no ambiente onde ambas foram criadas — a criança que cada uma delas pôde ser — se tornaram mais evidentes e problemáticas. Angela percebe não ter a ânsia de movimento incessante de Berta. E seu jeito sossegado incomoda a esposa, ainda mais, em relação ao cuidado com os filhos. Uma vez que a parentalidade faz retornar a criança e a “casa” da infância, como uma referência fundamental (Bydlowski & Golse, 2001; Racamier, Seis & Carretier, 1961; Winnicott, 1956/2021), o ideal de igualdade parecia cada vez mais distante. Estava difícil lidar com as diferenças entre as crianças que foram e os cuidados que receberam. O conflito se instalou.

Qualquer coisinha, a Angela desiste logo. Tenho a sensação de que Angela não tem dificuldade para tolerar as vulnerabilidades, de si, do casal e da família. Mas também não pretende carregar o fardo sozinha. Deixar-se afetar poderia envolver a perda do controle, uma entrega ao imprevisível. Aos olhos de Berta, isso é sinal de fraqueza, de descomprometimento.

Berta diz que Angela não lida bem com os conflitos. *Se está difícil, ela pára. Se não consegue, tenta amanhã. Chega por hoje.* Para Berta, a esposa não quer que seus filhos sofram o menor desconforto. O cuidado superprotetor que Angela recebeu, quando criança, pode ter lhe poupado do enfrentamento e de frustrações. Enquanto uma se aproxima tanto que se arrisca a chegar a se fundir com o outro, a outra se afasta para evitar o risco da indiferenciação. Um par que não produz complementariedade e sim, conflito. Penso na

teorização winnicottiana da Preocupação materna primária segundo a qual o cuidador precisa ser saudável o suficiente para se render ao retraimento próprio da “devoção” parental, mas também para se recuperar dela (Granato & Aiello-Vaisberg, 2009; Winnicott, 1956/2021).

Não é que eu não dou conta, mas é que fica um pouco apertado, porque os dois saem da natação ao mesmo tempo, com frio. Eu prefiro que a Luísa saia antes, para eu poder cuidar dos dois sem pressa. Angela queixa-se quando Berta argumenta que é natural passar um pouco de frio: Isso não vai matar ninguém.

Volto a perceber a idealização em minha própria escuta. Gostaria de acreditar que Angela foi amada e descobriu o mundo em pequenas doses, capaz de internalizar a confiança necessária para ver o mundo como um lugar potencialmente bom. Seria, na verdade, a minha adesão à teoria winnicottiana exercendo pressão para nela fazer caber minhas participantes, ou estaria eu sonhando com uma espécie de paraíso perdido?

Ao final, em minha escuta parece haver duas Angelas, uma que prende e outra que respeita o ritmo dos filhos. Como se algo me levasse a querer encontrar/criar um casal de mulheres-mães lésbicas potente e capaz, harmonioso e infalível. Uma maternagem inclusiva, não tóxica e humanizadora. É preciso estar atento às fantasias de um modelo definido a *priori*.

A falta parece ficar associada a Angela, enquanto Berta triunfa: *Eu sou mais maternal. Mas eu sou dura também. Eu não dou tudo o que eles querem. Já a Angela é mais mole e faz as vontades deles.* Berta parece excluir a esposa até mesmo do papel de suporte, como se não precisasse de nada e nem de ninguém. Pôde “ficar” com o pequeno Rafael apenas para si. Haveria alguma onipotência, em relação aos papéis parentais? De sua parte, Angela foi excluída/se excluiu?

Penso na expressão *gatekeeping* — conflito parental que ocorre quando um dos cuidadores assume um papel dominante na criação dos filhos e deixa pouco espaço para o cônjuge se envolver, como se o outro fosse incapaz de cuidar dos filhos adequadamente.

De acordo com Lira, Morais e Boris (2015, 2016), a insegurança e diferentes concepções em torno do que uma criança precisa, em termos de cuidados, pode mobilizar conflitos na parentalidade. Uma mãe pode assumir um papel dominante na criação dos filhos, deixando pouco espaço para a dupla parental se envolver, alimentando a ideia de que é a única que compreende as necessidades de seus filhos.

A exclusão de Angela me leva a pensar na rivalidade instalada em torno de um suposto instinto materno também em casais de mulheres lésbicas. Um lugar que somente uma delas pode ocupar. *Entre nós duas, a Angela era mais o pai*. A manobra: “primeiro o seu óvulo no meu útero e depois o meu óvulo no seu útero” pode ter contribuído para amenizar o conflito interno sobre quem seria a mãe “verdadeira”. Mas, após o nascimento dos filhos, as diferenças se tornaram mais complexas e polêmicas.

Ao longo da história, o lugar sagrado da maternidade foi sendo construído para as mulheres. Mulheres que tiveram que se agarrar ao único “poder” que tinham. Parece que apesar do imaginário de que “*duas mães é ainda melhor*”, sinalizando que excesso de mãe é melhor que excesso de pai não se confirmou na experiência de Berta e Angela.

E quanto ao doador? Por que ele nunca é nomeado? Ficam negadas tanto a sua existência quanto a contribuição do homem. *O Rafael sabe que não tem pai*. O que fazer com a exclusão do terceiro? Faz falta não ter um homem na história? Ou Angela foi excluída desse lugar? Retomo a seguinte fala de Berta, a respeito do filho: *a gente tem que ficar de olho, ele é o único homem da casa e daí você já viu, né?* O que essa preocupação quer dizer?

Rafael é uma criança que demanda. Ele tem muita energia. Até os dois anos, dormia em seu quarto tranquilamente. Mas com a pandemia e a mudança de casa, passou a dormir no meio de nós duas. Agora é difícil tirar. E a Luísa dorme em um colchão no chão, ao lado da nossa cama. Por que dormir no meio das mães é exclusividade do menino? Sinto que a menina é desconsiderada, em relação ao irmão. No entanto, a fala de Berta a respeito da filha caçula tem mais leveza. Luísa é uma criança mais fácil, não dá problema. Come tudo o que vê pela frente e na escola ficou bem de primeira. É algo mais natural dela. Até que ponto as diferenças biológicas entre meninos e meninas são as únicas responsáveis por naturalizações do tipo “as meninas são mais tranquilas”. E, de que modo essa noção coloca os meninos em um lugar de destaque, mais desafiador e potente?

A narrativa do quinto encontro trata da ideia do futuro que as mães querem para os filhos. Como desfecho, ambas as participantes redigiram o seguinte:

... precisamos proporcionar o máximo de experiências, aprender a ouvi-los. Ajudá-los no caminho escolhido, ajudá-los a recomeçar, se for o caso. Deixar que eles saibam que estamos aqui para dar o suporte e que eles podem tentar, errar, e acertar ao longo da caminhada.

Em relação aos valores, presença e verdade estão entre os principais. Querem estar próximas, quando os filhos mais precisarem. E esperam também que eles não precisem mentir, por medo de represália. *Que eles possam contar com a gente sempre.* Nesse sentido, ambas buscam manter aberto o canal do diálogo e incluem os filhos no cotidiano — os dias de iPad, as refeições sem verduras. Pequenas escolhas que fazem a união no dia-a-dia. Uma

estratégia que ajuda a diminuir a rebeldia e os questionamentos de Rafael, as demandas pela possibilidade de fazer as próprias escolhas.

Penso sobre o que faltou e o que foi excessivo na infância das duas. Angela e Berta acham importante criar as condições necessárias, para que os filhos escolham e realizem o que bem quiserem. Ainda assim, vale lembrar que o esporte foi a condição de escolha do doador. O que representam, o esporte e a competição, para elas? Por que é tão importante que o filho seja atlético, ou guerreiro? Haveria relação com a necessidade de combater o preconceito social? *Criá-lo mais forte*, é o que escuto.

O esporte foi importante na infância de ambas, além do fato de Angela ser graduada em Educação Física. Foi nas quadras e piscinas que as famílias de origem puderam exercer o controle acerca das escolhas das jovens. Berta não pôde escolher as modalidades esportivas que gostaria de praticar, por se tratarem de “coisas de menino”. Ela escolhe a via da compensação: *meus filhos vão conhecer o mundo todo. Praticar todos os esportes. Vou dar de tudo.*

Uma espécie de “aridez” pela inundação. O “cuidado” em excesso é contrário ao que preconiza Winnicott acerca da apresentação dos objetos da realidade ao bebê (Winnicott, 1962b/2022). Suficiente é o que deixa espaço para o criar. Penso, então, que a proteção parental excessiva inunda o *self* da criança, de modo a não sobrar lugar para o seu existir.

Berta cresceu com o sentimento de ter sido indesejada por sua mãe, de nunca ter tido um lugar real no olhar da mãe. Uma relação marcada pela escassez afetiva e o sentimento de inadequação, de não corresponder ao ideal materno. *Nada nunca parecia ser suficiente para ela.* A imagem da própria mãe se converteu, em negativo, no modelo de mãe que Berta ambiciona para si mesma: a decepção com a maternidade significaria uma derrota definitiva.

Quem quis ser mãe somos nós. Aconteça o que acontecer, a gente tem que aguentar e superar as dificuldades. Isso não pode, de forma alguma, afetar nossos filhos.

Quando escuto Berta dizer — *não consigo imaginar que um dia eu atinja um estado de satisfação que me faça parar* — me pergunto se a inquietude e o desassossego podem um dia, cessar.

A insatisfação pode dizer sobre a busca contínua do olhar e do amor materno? Como se ela corresse atrás de um espelho que não reflete o que procura. Um sentido para a existência. Seriam os filhos, os depositários do reflexo da aceitação? Uma vida que vale a pena ser vivida se inicia a partir do olhar da mãe/cuidador que se faz suporte para a criança (Winnicott, 1953/2019b). Ao olhar no espelho que construiu para si mesma, o que Berta vê? A mãe que é hoje para os filhos ou a esposa que tem sido para Angela? Talvez o comodismo de Angela, do qual se queixa, incomode mais pela ideia de que a esposa teve suas necessidades básicas satisfeitas do que pela passividade de Angela. Passividade ou sentimento de segurança?

Notei que minhas impressões sobre o casal foram se modificando à medida que as entrevistas evoluíam. Na primeira entrevista, me pareceu que o casal se completava em termos de seus excessos e faltas. Que possuíam um ideal de mãe comum que as colocaria lado a lado. Parecia haver um esforço no sentido de uma “harmonia complementar” — uma mãe excessiva que não dá espaço para que a criança sinta a falta, e outra, mais atenta para o espaço necessário às escolhas e à autonomia. Ao final das entrevistas, no entanto, percebo que os conflitos parentais escalaram de um modo que culminou na separação conjugal.

Volto a pensar na possibilidade de que Angela crie/encontre espaço na relação entre Berta e Rafael, de modo a dissolver a fusão mãe-filho, além de mediar a opressão exercida pelo cuidador onipotente, o *gatekeeper*. Berta se movimenta para se fundir ao filho e formar

com ele um par, um casal. Angela, de outro lado, precisaria fazer esse esforço de liberar o menino da mãe superprotetora. Rafael é fruto da união do óvulo de Angela com o espermatozóide do doador. Se pensarmos que o óvulo de Angela tem o valor simbólico do espermatozoide no imaginário do casal, é o pai-masculino que está sendo posto para fora da relação, novamente.

Seria Angela a cuidadora que poderia sustentar um viver mais autêntico/criativo do menino? Escuto a voz de Berta dizer ao filho: *mas você não queria a bolsa do Ben 10, ao invés da Barbie?* Com relação a identidade de gênero, caso o menino queira se expressar de modo “feminino”, ele será colocado no lugar cisnormativo? De novo, Berta: *ele tem que ser posto no lugar dele. Aqui são as mulheres que mandam!* O preconceito enrijece posicionamentos com relação a gênero, sexo e performatividade, mesmo em famílias de mulheres-mães lésbicas.

Será que ao não corresponder ao ideal de familiar cisheteropatriarcal essas mulheres-mães lésbicas sentem que ficam devendo algo para a sociedade? Seus filhos precisam ser “normais”, para provar que duas mulheres podem constituir uma “boa” família? Em minha pesquisa de mestrado, o campo de sentidos afetivo-emocionais denominado “*a gente dá conta*” sinaliza esse movimento reativo no exercício da parentalidade em famílias não-normativas. Quase uma militância que trabalha para liberar outras configurações familiares.

O ideal masculino patriarcal dominador e invulnerável retorna como parte do ideal que, tanto Berta como Angela, projetam no filho. Um menino, ao se aproximar de um objeto como a bolsa da Barbie, é tomado como vulnerável, fraco e submisso. Nessa família também existe o risco da repetição do ambiente preconceituoso e da introjeção do ideal de Eu cisheteropatriarcal.

O preconceito familiar que Berta sentiu, desde a infância, é responsável pela LGBTQIA+fobia que ela mesma sente em relação a um filho “afeminado”, ou o temor de que ele seja vitimado por uma sociedade preconceituosa está falando mais alto? Trata-se de um ciclo que se perpetua não apenas em função dos pactos inconscientes, mas também por algo que parece atravessar os cuidados infantis.

Onde foi parar Angela nesta narrativa? Angela gestou e pariu Luísa sem maiores dificuldades ou intercorrências. À época das entrevistas, a menina estava com um ano de idade, em processo de desmame, e Berta narra a seguinte cena. Às quatro da manhã, Angela está com a bebê no colo e Berta pede para a esposa ir dormir, que a filha não precisava mamar. *Comigo ela para de chorar rapidinho. Ela sabe com quem está lidando. Mas e Angela? Como se sentia a respeito?*

Ao longo das entrevistas, Angela se mostrou mais insatisfeita e menos temerosa com as ameaças de abandono que a esposa lhe fazia. Passou a se expressar de modo mais contundente a respeito dos momentos em que Berta “forçava” os filhos a experimentarem e conhecerem situações diversas, como no dia em que estavam na praia e o menino não queria colocar os pés na areia. Rafael estava incomodado e Angela, de modo sarcástico, diz — *Vamos lá, meu filho! Sessão tortura.* O filho não parava de chorar e nem Berta de insistir. Ele ainda nem entendia, mas era levado ao cinema, teatro, festivais, olimpíadas, em nome do quê e de quem?

O *script* da mãe-Berta parece colidir com o ritmo da apresentação de objetos da mãe-Angela. É fácil ser invasivo, quando uma mãe não consegue “dosar” (Winnicott, 1957/2020) as porções do mundo que se afinam com a capacidade da criança tolerar e dialogar com a realidade, bem como com o modo de ser da outra mãe. O que começou como uma diferença e

passou a se parecer cada vez mais como uma forma de silenciamento, se tornou desavença, distância e separação.

A maternagem se tornou um campo de batalha para o casal e Berta decidiu desafiar a esposa. Acabei sabendo que o casamento terminou de forma litigiosa, quando a filha caçula completou três anos de idade. A estratégia para lidar com os conflitos, em relação aos cuidados infantis, se resumiu a vencer o “mais fraco” e ocupar o lugar da mãe onipotente.

No último encontro chego na casa das participantes. Elas estão se alimentando e dando de comer a Rafael. Converso com o menino, uma criança aberta para o diálogo. É curioso que até aquele momento, enquanto estava no carro, é como se ele não estivesse lá. Nunca disse nada. E também nunca lhe dirigiram a palavra.

Falo com ele, por meio de um jogo de seu iPad. No jogo, precisávamos cuidar de um jardim e ele me ensina como plantar. *Tem que colocar embaixo da terra, regar! Você não sabe?* Não era um faz de conta, embora não estivéssemos num jardim de verdade. Estaríamos criando novas formas de conceber um jardim, uma família? Que mães Rafael vai ter depois do divórcio? Como serão os cuidados, mais respeitosos ou menos excludentes? Ao que parece, temos muito o que aprender.

Epílogo: eu também sumi com os homens

Percebo que o homem-doador foi excluído da história. Ele não aparece nas narrativas e o casal optou por não escolher um doador conhecido, mas um anônimo. A única figura masculina presente nas Narrativas Interativas é o menino Léo. E mesmo ele desaparece ao longo das cenas. As próprias participantes perceberam essa desapareição, bem como o estado de confusão que se forma a partir daí. *O Léo era filho biológico de uma das mães, ou das duas? De onde ele veio? Para onde ele vai?*

Essa desapareição existe na própria história das famílias das participantes. O doador tende a ser invisibilizado, a-historicizado. No entanto, como interpretar a minha própria recusa? Se antes eram as mulheres as excluídas, que desapareciam enquanto sujeitos falantes, agora será o doador quem ocupará esse não-lugar?

Alguém acaba sendo excluído, para que um novo pacto se forme. O que acaba por reeditar a exclusão. É como se o doador se tornasse um novo *homo sacer*. Não importa se ele sofreu um acidente e morreu, a vida dele não interessa. Em um mundo de amazonas, ele não precisa ter uma história, só precisa corresponder às características que escolhem para os filhos: cor dos olhos, altura, hobbies, profissão, etc.

3.2 Entre tetas e beijos...

Passeio pelas ruas de Campinas, enquanto escrevo. Digo, narro. Para o gravador do meu celular. Talvez para a Ayla também, minha cachorra. *Bora, bora, vamos filha.* Ela me puxa pela coleira até que a solto e com ela, a narrativa. Livres. Na rua e no texto seguimos, duas vezes ao dia. A cachorra cor de caramelo é cheia de vontades e teimosias, assim como as minhas notas. Rabiscando e brincando, em movimento.

Horas antes de sair de casa, escutava minhas anotações na voz metálica do celular. No gravador, registro agora os ecos da minha escuta. As peripécias de Regina, Carmen e Cora surgem e me transportam. Num carro de *Uber*, três anos atrás, a motorista Regina pensa que, em breve, se tornará mãe. *Cá, que nome daremos a nossa filha?* Os devaneios são refúgios. Assim como a conversa rápida com os passageiros no banco de trás.

Escuto repetidas vezes os dilemas familiares e da cidade violenta onde vivem. O movimento protege Regina, ela não está passiva. E parece segura, ao falar da própria vida para desconhecidos. Por que faz isso? Narrar é preciso? Havia mesmo alguém ali, escutando?

Regina se surpreende por Carmen ter se interessado amorosamente por ela. No show de maracatú, do palco, não procurava por ninguém na platéia, em especial. Ainda assim encontrou. *Não acredito que você realmente veio me ver tocar. Espero que minha aparência não te decepcione. Você é tão maravilhosa!* Catorze anos mais velha, Regina se pergunta: *o que posso oferecer a ela?* Uma vida, mais tarde descobriria.

Tanto me identifico quanto me afasto, e confiro se o gravador está ligado. Palavras saem soltas, cortadas por uma ideia improvável. Este texto seria outro, se eu estivesse sentada

em minha mesa digitando? O que espero da psicóloga-pesquisadora? Me permito falar, depois escrevo.

Penso na vida de Regina e Carmen, como se fosse um curta-metragem que elas mesmas dirigem e editam. Um filme trágico, em que são sobreviventes. Imagens em movimento contam uma história familiar. Mães e filhas com inimigos violentos. O preconceito atravessa o cotidiano e paira no ar, como uma ameaça permanente. Vejo um cão feroz avançar sobre Ayla, a minha filha. Elas nunca conseguem baixar a guarda completamente. A LGBTQIA+fobia pode surgir ao dobrarem qualquer esquina. O cuidado parental, desse modo, nunca se dá em repouso e tranquilidade. Questiono-me sobre a possibilidade de viverem uma vida autêntica em um cenário tão intrusivo (1960/2022b). A violência está sempre de tocaia. Que solução encontrarão? Superproteger a filha? Atacar os agressores? Quais fantasias e agonias as visitam?

Uma noite, apanharam na rua quando voltavam para casa. *Carmen tinha metade do tamanho dos rapazes, mas bateu neles para me proteger.* Violentadas por serem lésbicas, por serem quem são. Regina enfatiza que esse episódio não é nada comparado a uma outra situação.

— *A Carmen, na verdade, foi espancada a vida toda por sua mãe.*

— *Ela tinha que bater em alguém, porque tinha muita raiva!*

Eu, pesquisadora, fui arrastada. Não deu tempo de processar a informação. Carmen se fazia saco de pancada. A mãe só parou de bater, ao ver que a filha batia em si própria. Tinha 12 anos de idade. *Com o meu irmão foi assim também, mas ele apanhava menos porque batia a própria cabeça na parede.* Insistentemente. Ela diz que o irmão é autista, mas nunca foi diagnosticado.

Duas semanas após o primeiro encontro, foram morar juntas. A chegada de Regina trouxe descanso e aconchego, além de um contraponto. *Não era normal aceitar tanta violência, assim quieta.* As batidas, os tapas sem limite. Tenho a sensação de que a vida delas começou quando se uniram, naquele dia após o show de Maracatú. Na noite em que dormem juntas, uma reconhece e materna a outra. Olhares de respeito mútuo as sustentam.

Uma semana antes de se conhecerem, Carmen tentou o suicídio. É difícil identificar um único motivo. Tomou todos os remédios que tinha e foi parar no hospital. Quando se conheceram, ela ainda estava medicada, em recuperação.

Carmen justifica a conduta da mãe dizendo: *ela sofreu muito quando era criança. Aos nove anos, o pai dela se separou da minha avó e foi morar com outra mulher. Depois disso, passou a culpar as mulheres, por tudo.*

Nessa altura da escrita percebo que o relato está atropelado, como se eu presenciasse uma cena de violência doméstica. Sinto como se tivesse que juntar “cacos”, para conseguir pensar. Me organizar. Chego em casa e deito na rede. Ayla está plena após o passeio, em segurança.

Carmen também sofreu preconceito por ser descendente de ciganos. *Sofri tanto bullying que saí da escola e fiz o colegial sozinha em casa.* Sofreu abuso por ser cigana, e por ser lésbica. A ideia de um “armário”²⁰, a que elas se referem, abarca ambos os aspectos. O “armário” como um ocultamento duplo.

²⁰ A expressão “saída do armário” usada por Regina diz respeito a assumir uma existência que, até então, era ocultada e disfarçada aos olhos da família e outros grupos sociais.

Nas palavras de Regina: *Como é que eu vou chegar para minha filha e falar que a homofobia é errada, se eu continuar no armário? Eu era armário para minha família, principalmente para o meu pai. Foi ele quem disse: você não vai ser mãe, vai ser madrasta, não vai sair da sua barriga.* Mais tarde, o avô se surpreendeu ao ver a neta abraçar e procurar o colo da própria filha.

Ben-Ari e Levni (2006) e Medeiros (2006) evidenciam que revelar a orientação sexual é uma condição necessária para o exercício da parentalidade por mulheres lésbicas, uma vez que seu ocultamento pode se constituir como mensagem para os filhos, de que há algo errado com a própria família.

No início do relacionamento, Regina ainda estava no “armário”. *Carmen era assumida, eu era armário, tanto é que hoje quando a minha filha quer me prender no closet, eu falo não. A mamãe já saiu do armário! Chega de armário – brinca, Regina.*

Regina e Carmen não querem que algo se repita. Em poucas palavras: homofobia, violência doméstica e dificuldades financeiras.

— *Eu não quero essa vida de andar de ônibus, nem para mim e nem para ela. E não queremos que precise se preocupar com dinheiro.*

— *Ao mesmo tempo, não queremos que ela deixe de se arriscar ou de fazer o que deseja por causa de preconceitos.*

Regina não queria ter filhos até que encontrou Carmen. *Não vou deixar de ficar com a Re só porque ela não quer ter filhos.* Ficam juntas, se defendem, se amam. Existem. E da união, nascerá uma filha: Cora. Coragem. Quando decidem, estão convictas. Nada as faria mudar de ideia, nem mesmo a família. *Vamos ficar juntas a qualquer custo. Cabe aos outros decidirem se ficarão na nossa vida, ou não.*

A decisão pela não-maternidade de Regina informa sobre a crença infundada de que o fato de ser lésbica impede a maternidade. Não que ela tivesse parado para pensar nisso. Simplesmente considerava que não teria como.²¹ A isso se acrescentava a vontade de se distanciar de crianças e o medo do preconceito social. Tal decisão, no entanto, foi aos poucos se modificando na medida em que encontrou em Carmen um lugar fértil e acolhedor. Um lugar para ser família. O desfecho da primeira Narrativa Interativa²² criada por Regina evidencia essa situação:

Eu acho uma porcaria de ideia, não gosto de criança de jeito nenhum. Bibíbi, bóbóbó... Quanto tempo depois?

Cinco anos. A maternidade foi concebida com a Fertilização *in Vitro* (FIV). De início, o óvulo seria de Regina, que tinha medo de não amar a filha se não tivesse uma parte sua, biologicamente falando. Ao final, optaram pelo óvulo de Carmen, que tinha idade para participar do programa de óvulo doação da clínica de reprodução assistida. Assim como Angela e Berta, Regina e Carmen tiveram dificuldade para encontrar clínicas de reprodução assistida que as tratasse com respeito. Ambas procuraram o estado de São Paulo para realizar o procedimento.

²¹ Ben-Ari e Levni (2006) atestam que a decisão pela maternidade lésbica é concebida, a partir de um imaginário social LGBTQIA+fóbico, como inadequado — uma vez que condenaria os filhos a pagarem um alto preço, por pertencerem a uma família que se distancia da hegemonia social cisheteropatriarcal. Achado que pudemos constatar em estudos de nosso grupo de pesquisa com Diniz (2020), Jurado (2013) e Ribeiro, L. J. (2018).

²² Vale comentar o uso que o casal fez das Narrativas Interativas. A cada início de encontro, Regina e Carmen se animavam para saber a história da NI do dia. *E aí, sobre o que vamos falar hoje?* Regina foi quem completou, oralmente, a maioria das NI. Ainda assim, considero que os desfechos criados pertencem a ambas. “Completar a história” não seria a forma mais apropriada para descrever o emprego das NI nas entrevistas. Havia uma expectativa pela história, que servia em todos os encontros, como ponto inicial para a conversa fluida e divertida que caracterizou os encontros com esse casal. Naturalmente, elas falavam sem se preocupar com certo ou errado, ou suficiente para a pesquisa. Por vezes, fiquei confusa com Regina e Carmen, sobre o desfecho estar concluído ou não. Mas logo percebia a vivacidade de um diálogo que me convocava ao encontro. E me distanciava do mero registro da NI.

Quanto à busca do doador, foi realizada no banco brasileiro de sêmen. *Foi a compra mais bizarra que fizemos pela internet*, diz Regina. Como principal critério de escolha, ausência de doenças genéticas.

Estamos de volta à primeira entrevista. Na parede da sala, uma placa de rua com o nome de Marielle Franco. A militância, a luta e a resistência dizem quem elas são. Ao menos, em parte. Pela câmera do celular delas, ando pelos cômodos e me sinto lá também. Elas me colocam dentro dos cuidados que dispensam à filha. Cora está muito agitada ou entediada, não sabemos. Não se preocupam em fazer “sala para mim” e não parecem sentir que precisam. Cuidam enquanto falam sobre cuidar.

Elas me colocam — e eu certamente colaboro — porque parece que tudo é suficientemente bom entre nós. Sei hoje que estava identificada, de alguma forma. O apartamento dá voltas e andamos juntas. Me recordo da casa de meu bisavô, as pessoas chegando para a reza, a benção, a cura... o que era aquilo? Não sei, mas tem algo de parecido com o que Regina e Carmen fazem com Cora. Felicidade e cuidados infantis possuem uma ligação misteriosa com a saúde e a cura.

Elas me mostram o quarto. Me recordo de um lugar branco, todo branco. Agora parece que era rosa e azul, ou sou eu aqui colorindo as lembranças. Elas trazem as cores de uma paleta vívida e segura de si. Trazem uma história de inveja. Não, a inveja é minha. Mas, poxa, que gostoso ser vista como a Cora é.

Vejo o quarto e é noite. Carmen e Regina se revezam. Exceto na hora de amamentar. Elas são um casal divertido e eu rio, me embalo junto. Até que começo a questionar. Era para ser tão divertido? Era para eu rir com elas?

Elas não colocam limites ao amor que sentem pela filha. E nem se importam quando dizem que poderá ficar mimada. *Vivem falando que se você perde a mão, a criança já vira teimosa e indomável. Quase como se fosse um monstrinho mesmo, né?* Banham Cora de beijos, tetas e ensinamentos. A mim, também. Me sentia dentro, misturada, colada. Até ler o Registro Associativo Inicial (RAI) e me deparar com a seguinte frase: “chupetando o seio da Carmen”. Envergonho-me disso. Eu realmente falei essa palavra na entrevista? “Chupetando”? Na hora, eu percebi. Aprendi, na verdade. Elas puderam tolerar o meu erro e afirmaram: *chupetando não! Isso se chama livre demanda.*²³

Ao me perceber como psicóloga-pesquisadora incluída numa espécie de “brincadeira”, relembro do que Figueiredo (2021) discute a respeito da *mente do analista*, em especial, sobre as oscilações entre a diferenciação e a indiferenciação que permitem “devaneios condicionados pelo material do analisando (...) capaz[es] de garantir ao analista a liberdade para sentir, experimentar e pensar — ‘como se fosse um sonho’, ‘como se fosse uma brincadeira’” (p. 106).

É como o balançar da rede aqui do fundo de casa. Vai e vem. Um movimento ritmado que cria/encontra sentidos. Estou com os pés na cadeira de praia enquanto pego impulso para balançar. Não estou com os pés no chão. Sonho com elas. Em minha frente tem uma piscina, um céu estrelado. Pouco estrelado, mas tem estrela. Tem abelha também, e eu as respeito. Deixo-as quietas. Espero que elas me deixem também. Acho que é de respeito que estou falando.

Andamos atrás de Cora, que não para quieta e nem calada. Regina e Carmen falam das dificuldades enfrentadas no dia-a-dia pós-pandemia. A área de lazer do condomínio é um

²³ Amamentação em livre demanda se caracteriza pela ausência de restrições de horários e tempo de permanência na mama. O pediatra espanhol Carlos González (2015), conhecido pelo incentivo aos pais para recorrerem a modos de cuidado menos enrijecidos, encoraja a amamentação em livre demanda, dentre outras práticas, uma vez que segue o ritmo do recém-nascido de mamar com frequência sem regularidade de horário.

lugar de diversão e de risadas, mas também de temor. De fronteiras e preconceitos. Associação que traz à tona a história do nascimento da filha.

Cora teve Paralisia Cerebral (PC) e, em decorrência, microencefalia. Elas me contam e fico surpresa. Eu não havia percebido. *Ela não teve tanto comprometimento. A médica disse que é um caso de sucesso, que nunca teve uma paciente com um prognóstico tão bom. Que não tinha praticamente nada.* Estariam negando algo? E eu, também?

No hospital, sofreram preconceito a ponto de não saberem se foi caso de negligência, homofobia, ou ambos. Quando a filha tremeu, disseram: *é só frio, não se preocupa.* A criança foi vista, de fato? Para os profissionais, é como se o quarto das mães-lésbicas não tivesse existido. Regina se culpa ao lembrar do momento em que removeu a placa, na porta, onde deveriam constar os nomes dos pais. *Somos duas mães! Por que uma placa com “mãe” e “pai”?* Ela estava no seu direito? Ou se tratava de resistência, rebeldia? *Poxa, era só uma placa!*

O sentimento de desamparo parecia convocar Regina e Carmen a “darem conta sozinhas” (Gomes, 2019) dos desafios próprios de uma maternidade não-normativa, em um ambiente cisheteropatriarcal. O medo que antecipavam de não serem cuidadas, ou de que algo poderia dar errado, pareceu se traduzir na decisão por fazerem dois convênios médicos para Carmen. Mas em razão do preconceito, segundo as participantes, o cuidado em excesso não foi suficiente.

Não sentiam que os médicos as respeitavam, que estavam sendo cuidadas. Regina se culpa por não ter percebido, imediatamente, que faltava oxigênio para a filha. *Foi erro médico, só não sabemos se também foi homofobia.* Um peso do qual elas não conseguem se livrar. *Tinha tanta coisa ali acontecendo, era muito difícil perceber que tinha algo errado. Até*

que ela começou a ficar roxinha e ter convulsão, na primeira noite. A filha ficou internada por 21 dias.

Cora teve complicações no momento do parto — foi um bebê gemente, com Apgar 7. *Não era pra ter dado alta. Foi erro médico.* Devido à hipóxia, nenhuma das duas mães pode segurá-la nos braços, logo após o parto. Os momentos e dias seguintes levantam a suspeita de haverem sofrido LGBTQIA+fobia, dentro do próprio hospital.

Ela foi entubada e ficou em coma induzido. Fomos chamadas pela psicóloga. As mães narram o pavor que sentiram ao acharem que tinham perdido a filha. A psicóloga veio cabisbaixa, não contava o que estava acontecendo com a Cora, ficava enrolando e nos perguntava: quem de vocês duas é a mãe? Estavam desesperadas. A filha estava bem? Estava viva? Sim, ela está viva. Depois disso, tudo o que ela falou nós não conseguimos entender.

De minha parte, nesse caso, associo a homofobia ao silêncio e à invisibilidade. Ao levar em consideração o relato, ninguém as via ou ouvia. *Parece que nosso quarto (do hospital) nem existia,* escuto na voz de Regina. Trata-se de uma experiência profunda de desamparo que resulta de um pacto narcísico (Bento, 2022) e/ou perverso cisheteropatriarcal.

O medo do colapso (Winnicott, 1963/1984) está sempre à espreita, em um ambiente desumanizador. Em adição, de acordo com Granato e Aiello-Vaisberg (2009), a própria experiência da maternidade mobiliza ansiedades primitivas. Vale acrescentar que Regina e Carmen já haviam sofrido o trauma de um aborto espontâneo. De acordo com Silva e Tachibana (2022), a maternagem de crianças que nascem após um aborto — os bebês arco-íris²⁴ — é vivida com uma culpa traumática e maníaco-reparadora, seja decorrente da perda gestacional ou por terem um outro filho.

²⁴ “Bebê arco-íris” é o termo empregado por Regina e Carmen durante as entrevistas. Silva e Tachibana (2022) evidenciam que a expressão “bebê arco-íris” tem sido utilizada para designar o bebê que nasce depois de uma perda gestacional/neonatal, uma vez que ele simboliza algo que vem após uma “tempestade”.

A Cora está viva? Eu estraguei tudo! A culpa é minha. De novo, deu tudo errado.

Nesse cenário que invade e desacolhe, reproduzindo experiências traumáticas anteriores, reflito se o preconceito pode ter potencializado a desorganização de Regina e Carmen diante de um parto com complicações respiratórias graves. Silva e Tachibana (2022) ressaltam que um bebê arco-íris que venha a nascer com *diversidade funcional*²⁵, a exemplo do que ocorreu com Cora, pode mobilizar nas mães a fantasia de que elas são incapazes de gerar um criança saudável: uma fantasia de incapacidade reprodutiva.

Com Tachibana, Follador-Ambrósio, Beaune e Aiello-Vaisberg (2014) destacamos que a culpa sentida pela mãe é fomentada por profissionais de saúde que atribuam a morte à mãe, a qual supostamente manteria desejos secretos pela interrupção da gestação.

Regina e Carmen ficaram inseguras, ao pensar em deixar a maternidade. *E se ela tiver outra convulsão? As vezes tenho dúvida, porque eu queria ter tido um parto perfeito. Um parto que desse certo, porque o da Cora deu tudo errado.* As complicações existentes no quadro de Cora, em especial pela incerteza a respeito das causas da paralisia cerebral — erro médico e/ou fantasias de incapacidade reprodutiva — fez com que o casal tivesse dificuldade de encontrar uma via de elaboração capaz de fazer frente à ideia de repetição da experiência. Ou seja, apenas por meio de uma nova gravidez e um novo parto “perfeitos”, a dúvida poderia ser esclarecida.²⁶

Em meio ao desamparo e o preconceito social, Regina e Carmen não encontraram nas famílias de origem uma rede de apoio sustentadora. Ao menos, a princípio. Seja pela distância física da irmã de Regina, ou pela discriminação que as afastou dos pais. A reaproximação, no

²⁵ Termo utilizado para substituir a noção ultrapassada de “deficiência”, que remetia a “defeito” e “erro” (Palácios & Romañach, 2006).

²⁶ Tal evidência é corroborada pelos achados de minha pesquisa de mestrado, na qual uma das participantes não se perdoava diante do “fracasso do parto ideal”. Experiência que alterou em muito o cuidado com a filha, sobretudo nas primeiras semanas de vida.

entanto, chegou a acontecer de fato ao longo do tempo (e da desconstrução do preconceito). *Meu pai que não falava comigo há cinco anos, voltou aos poucos.* Carmen se recorda das palavras trocadas na época.

— *Eu não sei se eu vou ser avô.*

— *Pai, você é quem decide. Eu vou ser mãe.*

Para Regina, a aceitação do pai chegou após presenciar, no aniversário de um ano da neta, um meio isento de preconceito social. Com o tempo, os avós se aproximaram cada vez mais da neta, a ponto de despertar nas mães a necessidade de criar um limite para poderem cuidar da filha, à sua própria maneira. *Se eu não me posicionar, eles levam a Cora embora. Eu falei para minha sogra: a Cora não está precisando de nenhuma outra mãe.*

A chegada de Cora trouxe à tona a rejeição vivenciada no início do relacionamento. *Eu sou catorze anos mais velha que a Cá. Não foi fácil. Eu tive que ouvir do pai dela que eu era pedófila!* Com a mãe de Carmen, não foi muito diferente. Regina precisou se afirmar como uma figura capaz de impor limites às violências da sogra contra sua esposa.

Diante de intrusões decorrentes da homofobia social e da família abusiva, Regina e Carmen sonham para a filha uma vida de possibilidades e realizações. A quinta Narrativa Interativa mostra, sob a forma de diálogo, o que pensam e sentem a respeito do futuro da filha. Enquanto discutiam o desfecho que dariam, me percebi apressada para registrar o que narravam. Quando retornaram o olhar, deixei o lápis e o papel de lado.

— *Queremos que Cora seja uma adulta bem resolvida.*

— *E como vamos fazer isso, Re?*

— Não dá para ter ideia, porque ela não é um padrão. Quero que ela seja feliz, não importa fazendo o quê. Para isso vou dar o exemplo de quem eu sou. Como eu lido com a vida.

— Entendi. Queremos dar a oportunidade para que ela possa explorar os próprios potenciais. Mostrar ao máximo o mundo, dar muito amor. Ela vai saber que aqui tem um porto seguro. Sempre terá suas mães.

Trazem com o desfecho da NI o que almejam para a filha, e também como pretendem fazê-lo para concretizar. Percebo a inevitabilidade de que a neurodivergência de Cora tenha guiado o modo como cuidam, e o significado do que é ser mãe para elas. Escuto a posição afirmativa, quando dizem: *nós somos mães atípicas*.²⁷ Elas são contra máscaras e disfarces, o que as favorece em termos de veracidade e coerência.

A pesquisa de Zavaglia (2020), que investiga a maternagem de mães de crianças autistas, evidenciou crença/fantasia de que cuidar de um filho autista produz nas mães *sentimentos de gratificação*. Quando escuto Carmen, tenho a impressão de que a presença de Cora traz muita alegria e gratificação às vidas de Carmen e Regina. O avanço e o desenvolvimento da filha vale mais do que qualquer esforço. Elas enfatizam, diversas vezes, que não exigem e que não possuem expectativas sobre um padrão para o desenvolvimento da filha.

A PC da Cora me permitiu olhar para ela e ver que não é uma criança ideal, que precisaria se desenvolver de um jeito específico. Aprender a respeitar seus limites também nos ensinaram a respeitar o dos demais e, inclusive, o nosso.

²⁷ O termo *maternidade atípica* vem sendo utilizado oficialmente como modo de promover políticas públicas que garantam e protejam a maternidade de crianças com diversidade funcional (Soares et al., 2018).

A rotina dos cuidados de Cora, mesmo com relação à alimentação e higiene, acontece por meio de estimulações psicomotoras. *A todo momento estamos estimulando. Quem fica mais responsável por esse papel sou eu e não a Re. É exaustivo, mas vale a pena.* Carmen — educadora, doutoranda, mãe atípica — ficou sobrecarregada, ainda mais, em decorrência da pandemia. Algo parecido acontecia com Regina, que manteve dois empregos para dar conta das despesas financeiras.

Mães atípicas costumam relatar a necessidade de se adaptarem aos marcos do desenvolvimento fora do tempo esperado. E de se despedirem do filho idealizado, para receber o “filho real” (Batista, 2021). Não foi diferente com Regina e Carmen. A escolha de brinquedos, roupas e sapatos é sempre pensada com a perspectiva da psicomotricidade.

Com relação à desconstrução do ideal de filha, a experiência da parentalidade precisou incluir a noção de uma criança “diferente”, o que acrescenta uma camada a mais aos marcadores sociais. Mulher, etnia cigana, lésbica, família não-normativa, reprodução assistida, neurodivergência, mães atípicas — como cuidar de Cora? A impressão é que a filha precisará não apenas vencer barreiras e discriminações, mas também poder contar com “algo a mais” em termos de cuidados parentais.

Sabemos que o mundo não é tudo maravilha, que lá fora pode ser difícil, mas estaremos lá para ajudar. Queremos que ela seja empoderada, a ponto de precisarmos segurá-la para não exagerar demais. Queremos que ela vá para onde ela quiser.

A criação da filha também revela surpresas, no que tange à personalidade nascente e vitalizada de Cora. Como exemplo, as mães narram com orgulho o dia em que a filha arrastou o carrinho para alcançar a chave de casa, que estava pendurada na parede, abriu a porta, pegou sozinha o elevador e andou até o estacionamento acompanhada de Tom, o cachorro. Estava com dois anos de idade.

Presencio a vivacidade de Cora durante os encontros, ela se presentifica a todo momento. Em uma ocasião, aumentou bem alto o volume da TV. Ela está lá. Em outra, subiu de joelhos sobre um pufe próximo da porta da sala e começou a acender e apagar a luz, repetidamente. Regina e Carmen pediram à filha que deixasse a luz acesa. Quando a menina assim o fez, as mães bateram palmas e comemoraram: *Êêêêê, isso filha!* A seguir, Carmen foi de joelhos ao encontro de Cora e a pegou no colo, como se fosse uma brincadeira, e a trouxe para perto de si. *Alá, tá vendo, é assim o tempo todo, não é tão difícil, é só a gente dar atenção e distraí-la.* Lembro agora que as mães sempre realizaram as entrevistas sentadas no chão, o lugar mais próximo do alcance da filha.

Ao presenciar o cuidado de Cora, em ação, fica evidente o posicionamento das mães de não frustrarem a filha. Nas associações realizadas na segunda e na quarta Narrativa Interativa, contam sobre as ideias e “teorias” que as norteiam.

A gente é criação com apego. Que se dane, se está fazendo xixi e cocô na cozinha.

(desfecho da segunda NI)

uma criação compatível. uma criação neurocompatível. Minha mãe deu uma criação que foi possível na época, agora é diferente. (desfecho da quarta NI)

Regina e Carmen comentam e defendem as ideias da *criação neurocompatível*²⁸, uma proposta que circula via mídias sociais e é caracterizada como uma educação que respeita a criança conforme a “idade neuronal” e o desenvolvimento cerebral. Penso se as mães não estariam buscando compensar a PC de Cora por meio de algo que seja “neurocompatível”.

²⁸ A noção de “criação neurocompatível” trazida pelo casal ao longo dos encontros não possui referencial bibliográfico em periódicos acadêmicos. É possível encontrar opiniões divergentes a respeito do tema, inclusive relacionadas a *fake news*.

Entram em cena também os históricos de violência doméstica sofrida por ambas, para a noção de uma criação “afetiva”, isto é, sem agressões. *Eu achava que educar era bater, mas eu sabia que não ia, então você* (apontando para Carmen) *é quem teria que bater. Depois, mudamos tudo.*

Elas defendem a criação neurocompatível, por meio de falas do tipo: *por que eu vou deixar uma criança sozinha chorando no quarto, se eu estou aqui? Sou adulta e tenho condições. Vão dizer que eu não posso porque vai mimar, vai acostumar. Que se acostume, então! Que ela vai ter colo quando precisar. Que aprenda na vida, porque comigo é que não vai ser. Não precisa sofrer, não aqui.*

O pediatra espanhol Carlos González (2015), autor de *“Bésame mucho: como criar seus filhos com amor”*, propõe uma noção de cuidado infantil que valoriza a independência e os modos particulares de cada cuidador. A partir de uma crítica dos manuais de educação infantil, a exemplo do Dr. Spock, o autor argumenta que esses “ensinamentos” culminam no distanciamento dos cuidadores em relação aos seus filhos. Proposições, tais como: reduzir o contato físico entre mães e filhos, não atender imediatamente o bebê quando chora, não dormir com a criança no colo, estabelecer um horário fixo para as mamadas etc. fariam com que as mães perdessem “a melhor parte da maternidade”. Gomes (2019), Diniz (2020) e Bonfatti (2022) concordam que os cuidados técnicos e um modo enrijecido de cuidar culminam em distanciamento afetivo do cuidador para com o bebê.

A proposta de González (2015) vai ao encontro do que preconiza Winnicott (1945/2021, 1962b/2022) sobre adaptação do cuidador às necessidades do bebê — que não significa a provisão excessiva e intrusiva e nem a ausência de limites. Pergunto-me se o cuidado e o amor irrestrito e o que denominam de “neurocompatível” não representa uma

idealização do tipo *mulher-maravilha*, alguém capaz de feitos sobre-humanos e que se distancia em muito do que receberam dos pais. *É fácil saber o que fazer quando temos alguma dúvida: é só fazer o contrário de nossas mães.*

Em teoria, ao não deixar espaço para a falha e as frustrações, a idealização dificulta tanto a desadaptação parental gradual, a qual caminha ao lado da tolerância à frustração da criança, quanto o gesto espontâneo da criança em busca da criação/encontro da realidade objetiva. *Lá fora é perigoso. Se será tão difícil, por que eu vou adiantar? Não precisa sofrer, não aqui.*

Mães que, em tese, tendem a não aceitar as próprias falhas na maternagem estarão presentes no lugar onde poderia existir um espaço potencial e objetos transicionais. Cora “chupetando” o seio de Carmen está criando/encontrando o seio e impossibilitando que a chupeta surja? Ou se trata de uma disponibilidade ampliada para dar conta de necessidades específicas (Granato & Aiello-Vaisberg, 2002)? Sinto que preciso ampliar minha escuta para além do que a psicologia e a psicanálise me permitiram.

Ao mesmo tempo que sabem da inevitabilidade do preconceito e da violência, será que elas, por vezes, acreditam que seja possível evitar a entrada de Cora no mundo? Contam que a terapeuta ocupacional de Cora imagina que ela poderia ter avançado em seu desenvolvimento, se estivesse na escola. Elas mesmas afirmam que estão adiando a escolarização da filha. À época, Cora estava com dois anos e meio e a abertura pós-pandemia já havia chegado às escolas. Elas têm receio de expor a filha à realidade cruel que encontraram.

Apresentar um mundo violento e agressivo, portanto, pode não ser fácil, ao pensar no quanto Regina e Carmen foram agredidas e, ainda podem ser, haja vista as manchetes de LGBTQIA+fobia. A superproteção é um recurso que utilizam para defender a filha. Protegem Cora até que ela “ganhe força” para enfrentar determinados contextos sozinha. O quanto

manterão a filha protegida excessivamente e/ou por muito tempo, ou se deixarão a filha explorar o mundo é um problema a ser descoberto no futuro. Diante de múltiplas vulnerabilidades, me parece um recurso natural.

Trata-se de um profundo desamparo, de mulheres que se amam e fazem frente a um pacto cisheteropatriarcal, dispostas a lidarem com as consequências. *Depois da primeira noite já estávamos juntas.* Mas até que ponto elas são capazes de conhecer as “consequências”? Ao que parece, caberá a cada família — homoparental ou não — se haver com cada etapa do desenvolvimento e os desafios próprios a elas.

Regina e Carmen conseguem tomar as decisões em conjunto, evidenciam amor e cumplicidade, apresentam um ambiente o melhor possível para Cora, admitem sentir raiva e sabem que não são perfeitas, ainda assim, feridas aguardam por elaboração psíquica e menos discriminação social. *Nós não somos mães perfeitas. A gente grita também. Eu cresci sem amor físico, a Carmen foi espancada.*

Abraçar e beijar muito a filha, dar a ela o cuidado ético (Fulgêncio, 2011) que não receberam e que fez falta. A cada encontro, ao final, *chuvas de beijinhos!!* Penso agora no sonho da roseira de Carmen e na vitalidade presente nesse tipo de chuva. *Sonhei com uma porção de rosas. Uma roseira que era tão alta que chegava até o nosso apartamento. Ela cresceu demais e demais. Engraçado, né? No começo achamos que nós iríamos te ajudar com a sua pesquisa, mas no fim nós é que tivemos um ganho enorme, em nossa família. Isso para mim, é uma terapia.*

3.3 “Mãe é mais que uma palavra”

Esta foi a família com quem realizei as primeiras entrevistas na modalidade on-line. Devaneava, enquanto regava as plantinhas pela manhã. Estava ansiosa, desde o início de 2020, na ocasião da pandemia de Covid-19, ao serem postergados por um ano, todos os encontros. Uma nova forma de se relacionar precisava ser inventada. À época, eu não sabia da intensidade de sofrimento decorrente do preconceito social que seria narrado, assim como a luta pela vida. Presencio a combatividade de mães em processos de múltiplas adoções. E, em certa medida, me fortaleço com elas.

O receio de que a conexão com a internet pudesse ser instável se concretizou. A lente estava embaçada. Eu as via. Ouvia. Mas a qualidade da imagem era ruim. Eram apenas partes, recortes da casa e pedaços de rostos cobertos por máscaras descartáveis. Imaginava rostos, enquanto falavam. Embaçados pelo sofrimento e preconceito, eu completava as palavras que diziam em minha cabeça. Sentidos e gestos entrecortados. Por diversas vezes, pedi que repetissem o que haviam dito. E penso nos prejuízos que podem ter ocorrido. Não há nada menos acolhedor, do que pedir que uma história de sofrimento seja repetida. Uma, duas vezes. Quando a conexão caía, as narrativas escorriam num vazio. Notava o esforço e a disponibilidade de Cleusa e Helena, para sustentarem nossos encontros. Entre buracos de comunicação e (re)conexões.

Elas fizeram questão de mostrar, pela janela, a praia e a linha do horizonte. Um clima tranquilo. Como o ritmo das ondas da maré, ora calmas, ora turbulentas, elas me contaram histórias de acolhimentos adotivos e rejeições sociais. “Peles negras e máscaras brancas” de Franz Fanon (1952/2020) transbordam na existência daquela família.

Eu, assim como a conexão, precisava religar o raciocínio também por um acontecimento pessoal. Eu passava por um momento sem-fim. Alguns dias após o contato inicial com as participantes, meu tio-padrinho havia sido internado por complicações da Covid-19. Em nosso quarto encontro, ele já havia morrido. Desmarcamos algumas vezes. Seja a meu pedido, ou delas. Perderam uma amiga próxima. Foi um período delicado. Era como se eu perdesse as palavras. Ficava muda. A conexão instável da internet e de meus pensamentos deram o tom aos nossos encontros. Elas aguardavam e me ajudavam a completar meu próprio pensamento. *Eu entendi o que você quis dizer, Leticia. Se nós vivíamos preconceito na família...* Me acolhiam e me seguravam ali, com elas.

No processo de reescrita das versões desta narrativa, percebi uma certa resistência a retornar a esta família. Quase como se soubesse que algo estava faltando. Quando o fiz, notei que havia apenas a Narrativa Transferencial de quatro encontros. A princípio, neguei. Deve estar em outro lugar. Será que anotei apenas no papel? Será que perdi o arquivo? Não. De fato eu as encontrei apenas quatro vezes. De pronto, queria marcar um novo encontro, mas relutei por questões metodológicas. Isso seria um erro? Mas não se tratava de método ou rigor, mas sim de uma experiência que foi interrompida. Nem eu, nem elas percebemos. No último encontro, fizemos o fechamento e tudo mais. Eu com um tio-padrinho ausente, e elas enlutadas por uma amiga próxima.

Em um ato de coragem, entrei em contato com elas no início de 2023. *Estávamos falando de você semana passada!* Cleusa me recebe no *WhatsApp*, de prontidão. Agendamos o encontro para o sábado da semana seguinte. Cleusa e Helena estavam radiantes ao me atualizar sobre os acontecimentos recentes.

Helena, aos 51 anos de idade, auxiliar de serviços em escola municipal, tem seis irmãos. *O mais novo do que eu, era minha alma gêmea. Ele faleceu aos 21 anos de idade.* Ela é a segunda filha, ele era o terceiro. Desconheço o motivo da morte. Do irmão mais velho, fala com distanciamento. *Ele representa o contrário do que sou e acredito. É um troglodita, bolsonarista e tudo mais.* O pai faleceu aos 59 anos, a mãe aos 51. Exatamente a idade de Helena, no momento das entrevistas. Fala pouco da família, não são muito próximos. Ainda assim, Helena e a irmã compartilhavam o mesmo terreno, em moradias vizinhas até pouco tempo.

Cleusa não se sente aceita pela família da esposa. Em especial, com relação às irmãs, com as quais nunca manteve uma conversa sequer. Quando vivos, a mãe e o pai de Helena não demonstraram resistência explícita à orientação sexual da filha, muito embora nenhuma palavra tenha sido dita a respeito.

Aos 52 anos, Cleusa é professora da Educação de Jovens e Adultos (EJA). E, com relação à família de origem, traz uma fala ambivalente. A distância afetiva da mãe se contrapõe à proximidade do pai e à parceria com as irmãs. *Ele fez o papel de uma mãe para mim. Até hoje eu não sei fazer café, meu pai fazia e levava na minha cama. Hoje quem faz isso é a Helena.* A relação com o pai, no entanto, se esgarçou a partir do adoecimento materno. *Meu pai se transformou em outra pessoa. Parece que ficou meio biruta. Ao invés de esquecer coisas, ele inventa, fica nos colocando uma contra a outra. Você que é psicóloga deve saber.*

A fé e a religião foram presentes na formação de Cleusa e das irmãs. Ainda hoje, frequenta missas da Igreja Católica. Uma das irmãs, inclusive, é freira. A orientação sexual de Cleusa foi bem aceita pela família de origem. Mantêm um diálogo próximo e são unidos. *Não foi uma surpresa. Acho que já esperavam que eu fosse lésbica.* Os valores dogmáticos da

igreja são deixados de lado, e a irmã-freira recebe Cleusa e a família não-normativa de modo caloroso e protetivo.

Unidas há 16 anos, Cleusa e Helena apresentam uma sintonia notável. Uma respeita os limites e as dificuldades da outra. Durante as entrevistas, percebia que Cleusa era a porta-voz de Helena. *Ela está falando comigo?* Era quase como se Cleusa traduzisse a interação. Aos poucos, foi se tornando mais falante. Com o posicionamento firme demonstra um envolvimento vívido nos encontros. *Vamos filosofar, então. Vai anotando todas as suas perguntas aí, Leticia!* Helena percebia meu espanto e indignação diante de histórias de violências.

O processo de adoção é uma história à parte. Foi um choro só. Essa é a história da adoção de Luis, André, Margarida e Lúcia. Mas somente três delas se concretizariam. Uma história de luta.

Luis, o primogênito de 11 anos de idade, chegou à família aos oito meses de vida. Ele não foi abrigado, veio direto do hospital. A chegada de André se deu após cinco anos. No momento da entrevista, ele estava com oito anos. Luis e André são irmãos biológicos, por parte da genitora. Os meninos foram muito desejados e aguardados por Cleusa e Helena. Duas gestações fora do corpo. Diversas experiências de violência e preconceito foram vividas até que conseguissem trazer os filhos para casa. Mas as adversidades não acabariam por aí. Lutaram juntos.

Cleusa e Helena foram notificadas pela instituição quando André foi abrigado. Na ocasião ele tinha oito dias de vida, e a psicóloga e a assistente social enfatizaram que a criança “tinha um probleminha”. Se perguntavam sobre o que poderia ser, se dariam conta. Pensaram em Síndrome de Down. *Ficamos três meses nesse pensamento.* Até que se decidiram pela

adoção. O desfecho da primeira Narrativa Interativa apresenta tanto uma hesitação inicial, quanto a decisão afirmativa:

Bem, o que você acha dessa ideia meu amor? você quer ter um filho? vamos ter então. Sonhar é possível. Basta acreditar e para tudo se concretizar nós temos que lutar. Porque uma criança muda totalmente a vida do casal, de uma família. Muda uma história, muda a vida totalmente.

Estavam decididas. A adoção era uma alternativa única. *Ué, um pedacinho do Luis tá por aí perdido. A gente precisa trazer!* O que pensam, propriamente, quando falam de um “pedaço” do Luis? Tomam a fraternidade como uma unidade coesa que se fragmentou.

A adoção de André foi mais um episódio de preconceito na vida da família. *Foram muitas desfeitas e choros.* Conheceram o filho aos cinco meses de vida. E aguardaram outros três meses para levá-lo à casa. Falas LGBTQIA+fóbicas foram ditas pela assistente social do abrigo. Dentre os absurdos vivenciados nesse processo, contam que a profissional perguntou quem era o “homem” e a “mulher” na relação, quem era o “positivo” e quem era o “negativo”.

Ela é homofóbica. Fez a gente chorar muitas vezes, barrou a gente na porta. Queria um papel com informações desnecessárias, mesmo que o juiz já tivesse autorizado. Se é hoje, ia ser caso de polícia. Ela era bruxa, Leticia!

O estudo de Tombolato, Maia e Santos (2019) já referia o sofrimento vivenciado por Cleusa e Helena ao colher relatos de mulheres lésbicas sobre experiências de violência e discriminação por parte dos profissionais responsáveis pelo abrigo ao questionarem sua capacidade parental. O preconceito dos profissionais e a conduta excludente e discriminatória levou um casal do estudo mencionado a cogitar recorrer a FIV como estratégia para

concretizar a maternidade, após receberem muitos “nãos”. No entanto, o alto custo financeiro as impossibilitou de seguir adiante.

Antes mesmo de saber qual era o “probleminha” de André, Cleusa e Helena viveram uma história de violência e discriminação ao conhecê-lo no abrigo. *No fim, sabe qual era a “doença” dele? A pele. A cor da pele que era muito mais escura que a de Luis.* No momento inicial, Cleusa não entendeu. Achou que se tratava de outra criança, ou de alguma confusão. A assistente social enfatizava que a criança era igualzinha ao Luis, que é mais branquinho. *Acho que falava isso pra gente não desistir. Quando fomos conhecê-lo, eu procurava uma criança igual ao Luis.* Helena se dá conta da situação e cochicha no ouvido da esposa: *fica quieta, ele tem os olhos e o sorriso do Luis.*

Mas tinha a pele igual a minha. Será que eles não viram que eu sou preta? Cuspiram na cara da gente e tivemos que ficar quietas, ou a adoção não iria sair. Trata-se dos efeitos de mascaramento do pacto da branquitude (Bento, 2022; Fanon, 1952/2020). Existe a ideia de que criança abrigada e filho adotivo é *de segunda linha, com defeito, estragado. As pessoas acham estranho termos filhos tão bonitos.*

A assistente social e a psicóloga do abrigo negaram a negritude de Cleusa até o último instante. *Luis era mais clarinho. Está ficando escuro de tanta praia. Mas André já era negro.* Quando falam da cor da pele, dizem com tranquilidade e sem o peso do racismo. Cleusa não entende porque a cor da pele de André seria um “probleminha” e complementa: *Pensa em uma criança inteligente! Ele que ajuda nas questões tecnológicas, para as minhas vídeo-aulas.* Fico com a questão se o destaque dado à inteligência, surge como algum tipo de compensação à cor da pele subalternizada (Kilomba, 2021).

Mais uma história de preconceito. Dessa vez, de gênero, no catecismo de André. Ao perceber que o menino tinha duas mães, a professora da igreja quis saber por que o nome não correspondia à certidão. Uma vez que o processo não estava concluído, no documento lia-se o nome anterior à adoção. *A informação está aqui no documento. Leia e interprete.* Cleusa se sentiu ofendida, ainda mais ao imaginar o que os filhos ainda irão passar. *Pelos meninos, a gente faz qualquer coisa. Até comprar briga com o bispo.* Quando dizem a elas que é preciso relevar o preconceito, escuto na voz de Cleusa: *relevar como, gente? Não é preconceito. É discurso de ódio.*

Penso em como o controle tirânico da sexualidade persegue e pune famílias não-normativas, desde a formação do pacto cisheteropatriarcal. Ainda que o movimento LGBTQIA+ e o *pink money*²⁹ tenham aumentado a visibilidade e a aceitação da homossexualidade, para segmentos da sociedade como os religiosos conservadores, a formação de famílias homoparentais ainda se aproxima de um tabu (Moschkovich, 2023; Mondaca, Lay-Lisboa & Rentería, 2022). Algo como: “podem se amar, desde que seja longe de mim, mas ter filhos já é demais”

Palavras de ódio são cotidianas na vida da família de Cleusa e Helena. O que faz do existir, uma questão de sobrevivência. *Eu sempre procurei tomar partido de meus alunos. Quando percebia que um aluno negro tinha vergonha de seu cabelo, eu dizia: nossa, como o seu cabelo é lindo!* Com relação a questões de gênero e orientação sexual, procedia do mesmo modo. No dia em que uma aluna transgênero teve receio de frequentar as oficinas da escola, a incentivou a ir até a fila da maquiagem. *Isso sou eu, não é militância. Mas questão de respeito.*

²⁹ A expressão “*pink money*” se refere ao poder econômico das pessoas LGBTQIA+ que as torna um nicho de mercado interessante que acena para novas possibilidades de consumo dentro de uma lógica capitalista.

No tempo da segunda adoção tiveram que devolver o filho, por causa de uma pendência burocrática. André voltou ao abrigo por um mês e ficou sem se alimentar direito, do primeiro ao último dia. *Para nós, foi uma tortura ter que devolver o André. Ele se sentiu abandonado e nós também. De colo vazio.* Quando contam, a partir da segunda Narrativa Interativa, (...) *por fim percebemos que era a falta da chupeta e o carinho de mãe,* questiono se não falavam a esse respeito.

Retorno as minhas Narrativas Transferenciais e reencontro a confusão. A violência embaralha o pensamento. O que elas disseram mesmo? Nem elas sabiam, ao certo. As lembranças do impacto emocional dificultam a lembrança da cena. Penso na agonia de desumanização/despersonalização e de como o luto pelo meu tio-padrinho também me traz imagens enevoadas. Me vem à mente como Cleusa saiu desnorteada, após o encontro com o padre para reivindicar respeito para seus filhos que foram discriminados pela professora de catecismo em decorrência de terem duas mães. Talvez, meus registros careçam de um norte. Em meio a tanta violência, para onde vai a lógica?

Com o retorno de André ao abrigo, a psicóloga da instituição emitiu um parecer no qual “elas não eram uma família”. *Ela disse que o Luis não reconhecia Helena como mãe, mas a perícia era sobre o André. E isso, após quatro anos que o Luis já estava com a gente. Não é um absurdo?* No final, André retornou para as mães antes do período acordado inicialmente. Ele sentia muita falta delas.

A par do histórico familiar de Luis e André, Cleusa e Helena sabiam da existência de uma irmã biológica dos meninos. Isso porque, quando descobriram que o Luis tinha traços de anemia falciforme, entraram em contato com a família biológica para avisá-la. A irmã mais velha dos meninos também poderia ter a alteração sanguínea de caráter hereditário. Mas me pergunto se as mães pensavam, ainda que inconscientemente, em adotar a menina.

A princípio, tiveram receio do contato por medo de que a família de origem fosse pedir Luis “de volta”. A avó, para alívio das mães, por sua vez, ficou com medo de que elas quisessem cancelar a adoção — quatro outros netos estavam a cuidado da avó. Sua filha, a mãe-genitora ou “da barriga”, se encontrava presa. O medo de “perder” os filhos adotivos ao entrarem em contato com a família biológica, também foi identificado no estudo de Silva e Miura (2022).

Desde o início, Cleusa e Helena contaram aos filhos sobre a adoção. Contaram também a respeito da irmã biológica mais velha, Carina. *Eles tinham o direito de conhecer a irmã. Ainda mais, por terem duas mães.*

A terceira tentativa de adoção não se concretizou. Margarida é a irmã biológica mais nova de Luis e André. Logo ao serem notificadas de seu abrigamento, Cleusa e Helena não hesitaram pela adoção. A impossibilidade de trazê-la para casa foi narrada como um aborto gestacional, por Cleusa. *É como perder uma filha. Ela faz parte. O aniversário dela é a senha da Netflix aqui de casa. É como se eu tivesse tido três filhos e perdido um. Como um aborto, sabe?* A seu lado, Helena balança a cabeça de modo afirmativo enquanto olha para o chão, indignada. Até que esbraveja: *desculpe a palavra, mas aquela mulher é uma maldita!*

Me contam sobre o processo de adoção da menina. Margarida estava abrigada no mesmo local que André, enquanto Luis vinha de outra instituição. A psicóloga responsável por Margarida foi a mesma que emitiu um parecer desaconselhando a adoção de André. Fato que se repetiu, quando Cleusa e Helena receberam o indeferimento da adoção da menina. Dois anos depois, por efeito do trabalho da advogada, é que vieram a saber do relatório desfavorável da psicóloga. *Vai saber quantas famílias ela já separou? Até mesmo a mãe-genitora disse que preferia que a Margarida ficasse com a gente.* Recordaram de frases ditas

pela psicóloga: *esse menino vai dar trabalho, quando crescer. Tá no gene dele ser dependente químico.*

O tempo de espera sem-fim da chegada da irmã biológica deixou marcas nos meninos. *Uma família tomou a Margarida da gente. Os irmãos, por lei, têm o direito de conhecer a caçula e esse movimento é apoiado pelas mães adotivas. No momento que eles falarem que querem conhecê-la, eu vou atrás na mesma hora.*

A experiência da “perda” de Margarida não permitiu a conclusão do processo de luto do começo ao fim. Não a conheceram, mas Margarida se presentificou na casa, a partir das lembranças dos momentos que contavam com sua chegada. Faziam seu enxoval. *Até hoje têm coisas da pequena. A girafinha, o cobertorzinho rosa. Tá tudo guardado. A gente não conseguiu se desfazer de nada ainda... faz cinco anos.* Elas acabam por desistir da adoção, porque não querem prejudicar a menina. Margarida foi adotada por outra família. E sabem que se continuassem a insistir na petição, algo viria à tona. *Não queremos que ela volte para o abrigo. Quem mais ia sofrer, seria ela.*

Finalizamos os encontros em 2021. Cleusa e Helena, mães de dois meninos e enlutadas de uma filha. Até que ponto os lutos em andamento, o delas e o meu, não foram responsáveis por manter, de alguma forma, o projeto dos encontros em suspenso? Em 2023, ao me dar conta da ausência do quinto encontro, tive dúvidas a princípio. Mas, os nossos encontros mereciam um desfecho.

Ao abrir da câmera, vejo Cleusa e Helena radiantes. Luis e André, também. Deslumbrados com a irmã. A menininha tão aguardada havia chegado há cinco dias. Mas quem era ela? Margarida, afinal? Fico sem saber. Talvez, o luto ainda precise de tempo para desembaraçar a irmã biológica da nova irmã adotiva dos meninos. Ela se chama Lúcia. E foi

adotada por entrega voluntária ao abrigo. Por isso, o processo foi mais rápido. *Agora sim. O quinto encontro demorou, Leticia, porque antes a Lúcia não estava aqui com a gente.*

A chegada de Lúcia marca o momento de realização de um projeto conjunto, das mães e dos meninos. A tão aguardada Margarida não chegou, mas outra menina poderá ter um lugar na família. *A gente recebeu a ligação, e fomos na hora, os quatro, para conhecê-la no abrigo. Quando falaram que o nome dela era Lúcia, nós ficamos nos entreolhando por alguns segundos. Ah, tá! Lúcia.* Luis foi o primeiro a se acostumar.

Da quinta entrevista, participaram os cinco. Os meninos ajudavam a cuidar da caçula. É Luis quem chega com a irmã no colo, para me mostrar. Que papel ele assume? Eles se revezavam diante da câmera. Cleusa se senta e diz: *esse menino é fogo. Eu sinto até vergonha quando chega visita e ele tira a menina do colo da pessoa.* Helena chama o filho para “se explicar”. Conversamos sobre os cuidados com Lúcia. *Não tem nada de ciúmes, mãe. É diferente. O que eu tenho é cuidado. Porque as pessoas podem derrubar. A gente cuida melhor. E a gente brinca também.*

Lúcia sorri para mim o encontro todo. Eu, que não ligo muito para crianças, penso: que criança linda. E que gracinha de menino. Uma nova chegada em meio a tantas perdas. Quanto ao preconceito, não tivemos que esperar demais. A violência logo voltou, dessa vez, contra os meninos. Como uma invasão, caótica. Imagino a cena e me sinto quebrada por dentro. A fala, o olhar e o testemunho de André, ao ter sido humilhado, me angustiam. Nas palavras de André, o relato:

— *Eu sabia que ia acontecer. Eu vi ele vindo. A gente tava lá olhando os filmes e o segurança chegou. Eu disse que a gente tava só olhando, já íamos embora. Apontei para mesa das minhas mães, e ele foi saindo fora.*

— *Levantei na hora, Leticia. E a Helena também. Imagina se a gente não tivesse visto, e o segurança fizesse algo? Ainda que André é vaidoso. Mas nesse dia ele tava só de chinelo.*

Percebo um “branco” em meu pensamento. Um “homem” branco? Meus dedos insistem em apertar botões do teclado a esmo, quando me angustio. Às vezes, funciona. Naquele dia, não. Fico sem lembranças. Apagada. Do colo de sua mãe, André olha diretamente nos meus olhos, ao narrar o preconceito. A carinha dele me dizendo: *eu já estou acostumado, fico esperando.* Seguro o choro, meus olhos aguam.

Depois disso, nunca mais eu vou deixar eles saírem soltos assim, pelo shopping. E olha que eu tava ali do lado, na mesa. “Dar um branco” me parece adequado, em termos de pacto da branquitude (Bento, 2022), se penso no apagamento/ocultamento da opressão. Outra vez, André foi comprar uma peruca na loja. *Para você, só black power, menino.*

André se deu conta da violência. Aguarda o movimento da mãe. *Isso é racismo né, mamãe?* A vendedora nega. *Sabe como é, Leticia, dependendo do humor a gente lida de um jeito ou de outro.*

Volto a olhar para Lúcia. O processo de adoção foi mais tranquilo com a caçula, muito embora tenham vivenciado preconceito na família e com amigos próximos. *Acham estranho termos filhos tão bonitos. Existe a ideia de que criança abrigada e filho adotivo é de segunda linha, vem com defeito, estragado.* Cleusa percebe, no silêncio e olhar das pessoas, a ideia de que, por serem lésbicas, teriam que ficar com os “rejeitados”. *As pessoas têm inveja.* Na pesquisa de mestrado, pude constatar o mesmo imaginário preconceituoso na totalidade das famílias entrevistadas — a adoção ocorreria de modo mais rápido e fácil, pois casais homoafetivos seriam menos exigentes quanto ao perfil das crianças (Ribeiro, L. J., 2018).

Dentre as falas LGBTQIA+fóbicas, citam: *mas como que você conseguiu? A mãe era drogada? Qual o problema dela? Por que ela abandonou a bebê? Qual a história da mãe? Mas a criança não está estranhando? Mas você tem filhos seus mesmo?*

É como se as mães lésbicas não entrassem no circuito da empatia, do acolhimento. *As pessoas não chegam e perguntam como estamos indo. É como se ficassem presas nisso. As pessoas pensam que maternidade é só no útero.*

Com Cleusa e Helena, penso a respeito do que é ser mãe. *Mãe é apenas uma palavra! Não significa nada da relação que temos.* No começo, os meninos chamavam as duas de mãe. O que gerou confusão. *Não você, é a outra.* E, com o tempo, tiveram de criar outra nomeação. *Então eles mesmo mudaram. Me chamam de mãe e a Helena de Le.* Para as pessoas, *eles dizem que têm duas mães.* O que fez os meninos nomearem Cleusa como mãe, e não Helena? Onde está a diferença e o que ela provoca no casal? Essa pergunta de fato tem relevância?

Helena comenta que na escola dos meninos existem famílias heteronormativas de pais separados, e que namorados diferentes vão buscar os filhos das mães divorciadas. *A cada hora é um novo namorado. Eu não acho certo dizer que é o pai. Não tem que confundir a criança. Já no nosso caso, eles têm duas mães. Não tem por que mentir.* Cleusa completa: *não é faz de conta!*

Cleusa e Helena sabem que “nem tudo são rosas” na criação dos filhos. *Têm dias que você quer jogar na parede, e têm outros que eles são uns santos. São um presente de Deus em nossa vida. Passaria tudo de novo para tê-los com a gente.*

Penso nas falas que mostram as dificuldades e alegrias da família. Por exemplo, quando Cleusa se lembra de não ter dado café da manhã para o filho. *Eu não comia nada de manhã, Leticia. E acabei me esquecendo de fazer para ele.* Ou quando Helena conta como lidam com as questões de gênero. *André teve uma fase de usar vestido. Agora tem o cabelo*

azul. Gosta de cabelo comprido e colorido. André pergunta para as mães sobre as roupas e costumes que marcam a “feminilidade”. Mãe, por que você não coloca um vestido para sair? Por que não passa maquiagem? Por que você tem cabelo curto? Cleusa responde: porque eu gosto, ué! Você acha que mulher só pode ter cabelo comprido? Se fosse assim, você teria que cortar o seu.

André sofreu preconceito na escola, por usar o cabelo comprido e tingido de rosa. Para a professora do filho, Cleusa fala em tom de deboche: *ué, mas são as crianças que precisam ser repreendidas e não eu ter de cortar o cabelo do André? Isso é bullying!*

As mães reivindicam um lugar para os filhos e para a própria família. Retomo o desfecho da terceira Narrativa Interativa.

...quando Olívia percebeu que estava sem as botas. Ela fugiu porque queria dançar com as botas de quadrilhas, no estilo country. Mas Leo convenceu que ela estava muito lindinha, de tênis. Eles voltaram para terminar a dança. Ela achou que estava diferente sem as botas, mas Leo a convenceu que com o tênis daria do mesmo jeito.

Com o ensejo da NI, me contam sobre experiências desafiadoras de exclusão e discriminação. *Ela não podia ficar sem dançar, ficar de fora.* Helena demonstra não haver outro caminho que não o de “entrar em cena”, mesmo que seja difícil. Sabem do lugar delas no mundo. Tenho a sensação de que elas não têm dúvidas ou receios sobre a realidade do preconceito. Isso me lembra de Cida Bento (2022) e de outros nomes do feminismo negro, como Lelia Gonzales (2020) que incluíam as lutas e a resistência dos oprimidos no estudo do preconceito. Nesse âmbito, as ideias estão a serviço da transformação social.

Helena e Cleusa se conheceram numa manifestação política e vivem as próprias vidas como um ato de militância. Existir é resistir, em uma luta diária. Pergunto-me se os filhos irão conseguir se colocar e se afirmar no mundo, do mesmo modo. Ou se a excessiva reatividade os impedirá de viver uma vida autêntica e espontânea (Winnicott, 1971/2019). *O André saca tudo* [sinais de preconceito]. *Ele não relaxa. Já o Luis é mais desligado.*

O “modo desligado” de Luis informa sobre sua capacidade de brincar e ser criança, por conceber o mundo como um lugar mais tranquilo, talvez. *O Luis que é mais branquinho até já foi abordado por questões da cor da pele, mas o André foi muito mais.* Por que Luis precisa se manter atento, enquanto passeia, vê filmes, brinca? *Porque eu já sabia que isso iria acontecer,* escuto na voz de André, à espreita. Pronto para reagir, assim como suas mães, na retaguarda protegendo-os (Winnicott, 1960/2022a).

Apesar de viverem em um contexto intrusivo — LGBTQIA+fóbico e racista —, André desafia um suposto destino de assujeitamento e comprometimento de seu gesto espontâneo (Winnicott, 1960/2022b). Pude presenciar vivacidade e entusiasmo em André. As mães contam que ele se tranca no quarto, para fazer vídeos de *TikTok*. *Ele se arruma todo. Coloca peruca, dança. Você precisa ver!* André me mostra nos vídeos-criações, seu corpo livre em movimento. Dança e gesticula de modo espontâneo. Expressão do verdadeiro *self* (Winnicott, 1971/2019).

De volta à terceira Narrativa Interativa, os personagens-irmãos Léo e Olívia também dançam e se ajudam. Diante de um sentimento de frustração — a falta das botas —, resolvem juntos que podem seguir adiante. Mesmo com a marca da diferença. Chama a atenção que Cleusa e Helena foram as únicas participantes que colocaram as crianças como protagonistas da história. Capazes de solucionar, por si mesmas, a questão. Tudo bem estar de tênis. Ser diferente e fazer a diferença. Ao incluírem as crianças na NI, penso sobre a autonomia

conferida a elas. Elas as incluem na vida, permitindo que resolvam os próprios conflitos de modo criativo e afetivo. Desde que não exista risco de assédio moral e de violência física. Para esses casos, elas se mostram atentas e presentes.

A maternagem de Cleusa e Helena parece estar sempre sob a mira do ideal cisheteropatriarcal: na interseccionalidade do racismo, da misoginia, da discriminação por serem mães adotivas e da LGBTQIA+fobia. A todo momento, convocadas a se normatizar, a se mascarar para esconder a diversidade, a não existir. Impedidas de se tornarem sujeitos falantes (Kilomba, 2021; Souza, 1983/2021). No entanto, elas não se identificam com o ideal normativo e conhecem os próprios direitos. *A igreja pode ter suas regras, mas Lei Civil tem que ser respeitada, em todo lugar.* Elas também percebem que mudanças estão ocorrendo. *Depois da situação de discriminação vivenciada na igreja o padre até incluiu famílias homoafetivas na missa.*

Na quarta Narrativa Interativa, Cleusa e Helena trazem contribuições relevantes acerca dos limites que organizam as relações intersubjetivas e as possibilidades de integração do ser.

Regras e limites. Regras que estejam de acordo com o contexto em que se vive e limites que vão nortear o dia-a-dia e guiar a interação na escola, igreja, família e todos os outros espaços sociais (desfecho dado por Cleusa).

Cada casal e família é uma história! O vizinho, o parente, a fulana... cada um pensa uma coisa. Para uns, o filho fala demais ou de menos, come demais ou de menos. É mais quieto ou mais acelerado. Cada um enxerga de um jeito. A gente sempre faz o melhor para os filhos! As pessoas julgam, porque não sabem como é dentro de casa (desfecho dado por Helena).

Me vejo diante de uma família combativa. Cleusa e Helena pedem reconhecimento da diferença. Querem ser reconhecidas, mas sem colocar em xeque a própria dignidade da família. Elas já se reconhecem e isso lhes dá força e coragem. Pedem para que a violência não se perpetue, mas não dependem de uma transformação social, para viverem e cuidarem dos filhos. Sabem que cada história é única, que existe singularidade e, logo, quem não se abre a alteridades, terá dificuldade para se “descolar”, desidentificar e desconstruir o ideal cisheteropatriarcal.

Para o futuro, Cleusa e Helena pensam se os valores e o respeito que transmitem aos filhos, permanecerão. No desfecho da quinta Narrativa Interativa, Cleusa se questiona: *Será que nossos ensinamentos de um mundo com respeito e amor ao próximo vão ficar realmente fixados? Eles vão viver desse modo? Mesmo depois de nossa partida?*

Relembrando os dias de professora do Ensino fundamental, Cleusa nos fala a respeito de comportamentos preconceituosos que percebia em seus alunos. *As crianças são fogo! Desde cedo eles se dividem e deixam de lado os que são diferentes.* Para Helena, o modo de agir e de tratar os demais reflete o que “se vê” dentro de casa. O que fica explícito em sua quinta Narrativa Interativa:

É uma construção que vem lá de trás, da família. Mesmo após a morte, o que a gente passou vai ficar dentro deles. Isso é feito por coisas do dia-a-dia, nos hábitos. A gente se reconhece em muitas coisas nas crianças. E eles vão pegar pelo exemplo, coisas boas ou não. O filho repete, porque ouviu na família. É com o exemplo, que os filhos vão pegando os valores.

Dentro e fora da escola, sabem a importância de alinhar ideias e ações, com professores e coordenadores. Muito embora percebam que, em sua experiência, a

discriminação se sobrepõe. *Toda reunião estamos lá, se não sou eu é a Helena*. Mas a presença contínua e o diálogo aberto não são suficientes. É como se as professoras e a comunidade de pais realizassem uma espécie de conluio, um pacto cisheteropatriarcal que exclui existências não-normativas.

Até que ponto um ambiente preconceituoso pode produzir a reaparição de agonias impensáveis (Winnicott, 1963/1994), nas mulheres-mães lésbicas? Com Grada Kilomba (2021) podemos pensar que é possível a revivência de agonias de desumanização/despersonalização à medida que, cotidianamente, vive-se a (re)lembração de uma cultura preconceituosa e fóbica, ainda que de forma velada. A autora fala do racismo cotidiano, para tratar de uma vivência repetida que interliga o passado, as transmissões inconscientes e o presente.

Mesmo diante de “um padrão contínuo de abuso” (Kilomba, 2021, p. 80), com Cleusa e Helena, o que mais se destaca é uma posição de enfrentamento, de reconhecer a importância da diferença e de não se assujeitar ao ideal normativo. De onde vem essa “força”, afinal? De um reconhecimento, talvez? Ao mesmo tempo, ambas se mantêm criativas e demonstram viver uma vida que vale a pena ser vivida (Winnicott, 1960b/2022).

Em adição ao que apontaram na quinta Narrativa Interativa, a respeito de regras e limites e do modo como suas personalidades determinam os ensinamentos que passam aos filhos, penso que a condição de sujeitos falantes pode também ser transmitido nos cuidados com os filhos.

Nesse ponto, concordam com o que diz Kilomba (p. 230, grifo nosso): “*como o racismo cotidiano é invasivo, é o estabelecimento de limites que leva à própria descolonização, não a explicação*”. Por serem suficientemente boas e, ao sustentarem a própria diversidade, a conscientização se faz de forma mais integradora, do que uma posição

de ensinamentos didáticos. Quanto mais emancipatórias forem as identificações, maiores as chances dos ideais de Eu normativos não se tornarem intrusivos. E, ao mesmo tempo, menores serão as chances da agonia de desumanização/despersonalização ser vivida no cotidiano.

3.4 “As dívidas da mãe são pagas pela filha”

Encontro Lurdes e Marlene na aconchegante sala de estar da casa da família. Uma casa acolhedora. Imagino plantinhas do lado de fora. Uma grade baixa, típica de cidade do interior. *Na hora que a gente viu o convite, pensamos em participar. É muito importante que mais e mais pessoas entendam famílias como a nossa.* Percebo Lurdes empolgada para participar da pesquisa. Em contribuir com a própria história. Fazer sua voz alcançar outras.

Lurdes, aos 33 anos é advogada. *Eu sou filha de pais separados.* São as primeiras palavras que ela usa para se apresentar. Seus pais são divorciados há mais de 20 anos. Penso o quanto a experiência de ter os pais divorciados é um marco na vida de uma pessoa. Torna-se uma questão da identidade. Não só dos pais, mas também dos filhos (Mesquita & Granato, 2022).

Lurdes é a segunda filha de mais quatro irmãos. *Eu sempre me virei sozinha desde os 16 anos.* A relação com os irmãos é profundamente valorizada e a existência deles foi essencial para ela. Apoio mútuo. Se uniram diante de experiências traumáticas, mudanças de cidade, separação dos pais, etc. À época da entrevista, Diva, sua irmã mais nova, de 18 anos, morava com o casal. *Desde o último atentado de minha mãe, a Diva não quis nem ouvir falar o nome dela.* Atentado? Trauma? A mãe é praticamente ausente na narrativa de Lurdes. Quando aparece, interrompe. Invade. Aos poucos, vou entendendo as marcas que essa “experiência” deixa em sua maternagem.

Marlene, aos 47 anos, é professora universitária. *Comigo é o extremo oposto. Só para você ter ideia, até os 21 anos minha mãe me acompanhava nos médicos. Educação de galinha que queria os filhos debaixo das asas.* Fala de seu pai com afeto e carinho. Quanto aos irmãos, ao mesmo tempo que fala de uma relação amistosa, se surpreende ao contar que

nunca houve muito diálogo com a família. *Acho que a gente não se uniu tanto como você e seus irmãos, porque estava tudo bem.* Em casa, Marlene aprende que as palavras não são necessárias. A fala, como o barulho do conflito para Marlene. Sente dificuldade para se comunicar com a filha e a esposa. *Eu cresci assim. É muito difícil mudar. Mas estou me esforçando bastante.*

Durante a faculdade, aos 18 anos, Marlene conta que se *entendeu* enquanto lésbica. *Tive outros namorados antes, mas não era aquela coisa... não sei. Quando eu fiquei com uma menina eu vi... ah, então é isso!* Da família, teve uma aceitação que mascarou. Só recentemente, a mãe descobriu. A irmã ficou sem falar com Marlene por um período. *Só não conta para a mãe, ela nunca vai aceitar isso.* O não-reconhecimento de sua existência parece distanciá-la ainda mais de uma vida de possibilidades (Fanon, 1952/2020). Fazer-se outra. Ser outra. Não havia problema? Se não é dito, não existe.

Estou balançando na rede. Tentando encontrar sentido nas inúmeras notas tomadas depois das entrevistas, enquanto me mexo. Arrumo coisas da casa. Balanço. Acho que Lurdes e Marlene me contam de um cuidado vivido na relação conjugal diferente do que tiveram em casa. Limite. Silêncio. Palavra. Contorno. Reconhecimento.

A palavra “porto” fica em minha mente, entre o balançar da rede e as palavras que aqui tomam forma e contam a vida delas. Penso em porto e em mar. Quando tento (re)criar esse encontro em palavras ditas para mim e ditadas para o meu celular, não me preocupo muito com o que pode sair. Vejo, em imagem, o tom de minha voz. Surgindo em palavras escritas. Como o ritmo cardíaco na frequência da batida do coração. Presente ou ausente. Se eu falo, se mexe. “Funciona”. Se fico em silêncio, uma linha que denuncia a morte. A

inexistência. Será que não é dessa não-vida que Lurdes fica agoniada quando a esposa se cala, ou “some” dentro de casa? Quando fica quieta, na dela. É como se ela deixasse de respirar.

Embora me lembre de Gaia, percebo que com Marlene e Lurdes os conflitos me parecem ser resolvidos de uma forma mais madura. Falso *self*? Não, vejo respeito, carinho. Ao mesmo tempo essa reivindicação de espaço. Lurdes pede colo de mãe para Marlene. Ao mesmo tempo quer a esposa. Por vezes, pode ficar um pouco confuso. Como Marlene vai saber que é uma coisa e outra? É como se a Lurdes e a Rosa fossem filhas da Marlene. Lurdes, a filha adolescente.

Falam de uma maternagem complementar. Uma põe limites, embora não seja sem afeto. Conta para a filha onde ela está, com quem ela vai, para onde vai. Lurdes se assegura de prover um contorno e previsibilidade à filha (Winnicott, 1971/2019). Os mesmos que lhe faltaram. Respeita a privacidade. Sabe da importância do espaço. Busca a dose certa de realidade (Winnicott, 1957/2020).

Marlene, é a “*mãe da manha*”. Corta a fruta. Tira a semente. Até que percebe que, no mundo, a filha lidará sozinha com as sementes, cascas e pedaços grandes. Marlene também é mais rígida. Cuidado que sufoca, de acordo com Lurdes. Ela quer tudo muito previsível, nada pode sair do lugar, fica preocupada com a roupa que a filha vai usar no dia seguinte. Se Lurdes tenta cozinhar uma receita de “outra maneira”, Marlene se incomoda. *Eu vejo que ela até se controla. Mas fica desesperada.*

A Rosa é uma comigo, e outra com a Marlene. Ambas consideram importante que a filha possa ter essas duas versões.

Percebo que eu própria tive essa diversidade: mãe mais mole, mais coração. Limites frouxos, que acolhe no abraço. Pai distante, no trabalho, principalmente na infância. Mas que depois se torna melhor amigo. Voltou como era antes, no início. Era eu e ele, todas as noites.

Minha mãe ficava comigo de dia e ele à noite. Chorava de desespero por não saber o que fazer. Como me acalmar. Então, ele chorava junto. Fazia companhia.

Quando procuro a palavra “porto” no dicionário, completo o desenho (Herrmann, 2017) do pensamento associativo. “*Local onde alguém pode descansar e se sentir seguro; refúgio, abrigo. (...) lugar de repouso*” (Terra, 2011, p. 828)

Rosa, na cadeirinha do banco de trás do carro, se diverte observando as expressões de alegria da mãe Lu e mãe Le, enquanto conversam e riem. Aquilo a acalma. Som de felicidade. Clima de acolhimento.

Lurdes e Marlene cuidam juntas. Não deixam cair o suporte. Ou cai um pouco. Escorrega. Pinta a parede da escola. *Aqui, em casa, o papel. Como ela [Rosa] vai saber afinal, onde pintar, se a gente não falar? Se a gente não der limite? Como saber tão pequena o que tem que fazer?* Lurdes não sabia.

Nem ela, nem os irmãos, enquanto eram deixados a sós, pela mãe que sumia. Desaparecia. Como as palavras ausentes e os vazios imprevisíveis da esposa. *Lá em casa não tinha limite. Tudo era de todo mundo. A gente cuidava um do outro. Agora cansei. Vamos para cama comigo?* Juntas há 13 anos.

Marlene sabe da importância de um ambiente seguro e confiável, enquanto Lurdes não teve isso na infância. O que alimenta *Marlene* ao fazer tudo isso? Ela materna, calmamente. *Quando a Lu engravidou, eu parei de beber também. Por companheirismo mesmo.* Marlene dá contorno à existência de Lurdes.

Por sua vez, Lurdes a ensina a soltar as amarras da mãe. Do excesso. Percebo o antagonismo. A presença suficientemente segura de Marlene pode ter relaxado — ao menos um pouco — as defesas de Lurdes? Nas palavras de Pereira (2018) do livro “Emocionário: diga o que você sente”, trazido na entrevista por Lurdes, a definição do sentimento de alívio

se refere a “quando nos livramos de um peso, quando deixamos de nos sentir ameaçados (...). significa que uma sensação ou situação desagradável ficou para trás. (...) costuma vir acompanhado de um relaxamento” (p. 20). Juntas, constroem um ambiente de *holding*. E na presença humana, uma da outra, experimentam o cuidado, a continuidade e a possibilidade de *vir-a-ser*.

Na primeira entrevista, Marlene “desaparece” por alguns poucos minutos, para cuidar da filha. *Era para ela estar dormindo nesse horário*, explica Lurdes. Percebo Lurdes agoniada na ausência da esposa. Após alguns segundos sugere que podemos ler a NI. *É uma história? É pra completar? Precisa ser em diálogo? Precisa ter um final? É fictícia, né? Que difícil!* Lurdes anseia por criar uma história perfeita. Uma história que seja exatamente como “deveria ser”. A espontaneidade dá lugar a um enquadramento mais firme. Para não perder. Para não se perder. Escorregar na vida-porão. Quando a “tarefa” acabava, era outra história.

Me pergunto se o desenho da pesquisa não a pegou de surpresa. Imagino que Lurdes esperasse algo mais rígido e formal, tal como um questionário com perguntas objetivas. O convite para o brincar parece tê-la assustado. Já Marlene, aceita o convite para a espontaneidade (Winnicott, 1971/2019). Lurdes corta. *Não é para falar da gente, mas sim das personagens. Não é sobre a nossa vida*. Me dou conta que Lurdes está apavorada.

Nessa confusão de quem é a mãe, quem é a filha. De quem cuida. Me vejo no sofá de casa. Levanto às pressas. Ayla, minha cachorra, requisita o lugar. O cantinho dela. Assim indica que na nossa relação, eu sou a adulta e ela a criança.

Marlene chega à sala após cuidar da filha. Lurdes a convoca. *Olha, agora você vai fazer o final, toma!* — entregando o celular para a esposa. Marlene ensaia algumas opções, Lurdes ajuda, mas em determinado momento interrompe: *dá aqui que eu escrevo*. Ao ler a história que Lurdes havia começado, Marlene estranha. *Eu tinha pensado em nossa história*,

mas você inventou outra! Estaria Lurdes buscando atender rigorosamente meu pedido, imaginando que não poderia ousar, ou pretendia desviar minha atenção para retomar o controle da situação?

Sinto que é mais Lurdes quem decide. Marlene é mais quieta e leva um tempo para participar da interação. Nas entrevistas posteriores, a dinâmica se repete. Marlene fala pouco e nas poucas vezes que fala é interrompida pela companheira. Lurdes se impõe e ocupa a narrativa.

— Nossa, eu nunca havia pensado nesta possibilidade. Na realidade nunca foi um sonho meu gerar um bebê.

Julia então fica pensativa e diz que também não tinha pensado sobre o assunto, mas, como o sonho era recorrente, achava que poderiam passar a cogitar a ideia.

— Eu também nunca tive o desejo de gestar um bebê, mas agora gostaria de saber das possibilidades. Podemos procurar uma clínica especializada para sabermos das possibilidades e como funciona o processo? — pergunta Julia.

Ana responde que sim, mas com certo receio.

Então, foram a uma clínica de reprodução e iniciaram o processo, pois, após a consulta, Ana acabou se empolgando.

Após algumas tentativas de fertilização *in vitro*, Julia finalmente engravidou e gestou o filho do casal, ao qual deram o nome de Vicente.

A decisão pela maternidade rompe a máscara de silenciamento de suas identidades. *Sempre soubemos que queríamos ter filhos.* Estavam juntas há dez anos, quando se decidiram pela FIV, mas amigos e familiares não sabiam que eram um casal de mulheres lésbicas. Casaram-se após o anúncio da gravidez de Lurdes.

Elas se surpreendem com a dissimulação da mãe de Marlene, embora nunca tenham posto às claras o tipo de relacionamento que mantinham. *Acho que na cabeça da minha mãe éramos apenas amigas que moravam juntas... não é como dividir um apartamento na faculdade.* O silêncio é mantido pelo casal e seu entorno, prolongando os benefícios da ignorância e adiando o enfrentamento do preconceito.

Quando falam da aceitação e discriminação no seio da família, sinto a naturalização do preconceito. A narrativa assujeitada ao outro. Dão a entender que está tudo bem. *Foi algo apenas passageiro.* O quanto isso impactou quem elas são, enquanto pessoas? Enquanto mulheres? Mães? Quão opressiva foi a vida de Marlene para deixá-la tão aquém da indignação, do sentimento de injustiça, de uma percepção mais objetiva da realidade ou luta pelos seus direitos, desejos e necessidades?

Em busca de um espaço para existir, anunciam a gestação às famílias. Para a mãe de Marlene, as palavras *estou no forninho* foram escritas dentro de um doce *estilo bem-casado*. Falas violentas da mãe de Marlene são “ignoradas”: *vocês são malucas! De onde vai vir essa criança?* À ocasião, Rosa já estava germinando na barriga de Lurdes. Veio do amor e união do casal. A fala da mãe de Marlene é acompanhada de uma outra, equivocada, de que apenas um casal heterossexual pode ter filhos. Também pressupõe a naturalização da maternidade biológica. A mesma que levou à ideia equivocada de instinto materno (Badinter, 1980; Chorodow, 1978/2002) e, quem sabe, de função materna.

Parece que todo o preconceito, discriminação e resistência se esvaem com a proximidade da chegada da neta. Parece-nos que quando nasce uma criança, ou se esta é adotada, o casal homoafetivo se torna uma família e, nessa condição opera, sem o perceber, sua inclusão familiar e, quiçá, social. Afinal, a família é uma das instituições mais fortes de nossa sociedade (Diniz, 2020; Ribeiro & Granato, 2021).

Já para o pai de Lurdes foi diferente. Pedem para o pai ouvir um som... o som do coração de Rosa, sua futura neta, ainda na barriga da filha. *Ele chorou muito*. Ao descobrir que seria avô, *foi só comemoração*. Seria avô pela segunda vez.

À medida que a mãe de Marlene conta a seus conhecidos a novidade, ou mostra a foto de sua neta, recebe comentários de que eles conhecem alguém que é lésbica — uma irmã, uma prima, uma vizinha. E se os outros aceitam, ela aceita também. O olhar do outro lhe devolve acolhimento onde havia estranhamento e aversão. Apesar do pacto excludente, tem quem aceite os “diferentes”. Vão se desmontando as defesas e o preconceito suaviza. Claro que o fato de um padre ter respondido a ela que hoje isso é normal, quando foi consultá-lo sobre a situação “bizarra” de sua filha, foi determinante. Com a benção da Igreja não lhe restava outra saída, além de baixar o volume de sua voz e de sua intolerância. *Sorte a nossa que ela falou com um padre mais cabeça aberta*.

Reconhecimento de sua existência. Retirada das máscaras? Em geral, os estudos antirracistas trazem a importância da racialização do branco (letramento racial). Processo de desconstrução de que “branco não tem cor”. Que é transparente. Produzir uma nova percepção da orientação sexual significa desconstruir a ideia de que a heterossexualidade é neutra. Mascaramento das diferenças pelo não reconhecimento dos saberes da diversidade.

Mascarar para passar sem chamar a atenção, nem despertar o preconceito. Mas ninguém passa despercebido de si próprio, das angústias e agonias. A família de Cleusa e Helena falam de combatividade. Mostram possibilidades de romper. De falar. De se tornar um sujeito que é merecedor de cuidado e reconhecimento (Fanon, 1952/2020). Vejo uma impossibilidade: como se tornar sujeito, sem o reconhecimento e o cuidado?

Hoje a mãe da Marlene é louca pela Rosa... toda a família é. E a família de Lurdes?
Em minha família não foi um problema.

Diferente de Marlene, foi a primeira vez que Lurdes ficou com uma mulher. *Foi natural, foi acontecendo, eu não estava pensando que nossa relação estava caminhando para o que temos hoje. Todos diziam: e você e a Marlene, hein? Principalmente uma amiga que é lésbica. Eu decidi não contar a ninguém, se a pessoa viesse perguntar, daí eu falava.* Fazer de conta. Desviar o olhar. Ganhar tempo até chegar um momento em que seria possível ser. Assim também foi com sua família. Mas quando contou a seu pai, a reação foi “*tranquilaça*”.

A gente não saía contando a todos a todo momento, espontaneamente. Uma sobrinha de Lurdes, com seis anos de idade, foi quem rompeu a máscara do silêncio. *A tia Lu e a tia Le são um casal?* A pequena achava que aquele quarto era de Lurdes, mas que ela saía para que Marlene pudesse dormir. Estaria a menina construindo uma teoria possível (permitida) para uma cena impossível (proibida), no contexto de uma sociedade cisheteropatriarcal? É dessa forma insidiosa que o pacto narcísico (Bento, 2022) vai sendo internalizado, dia após dia? No silêncio. No não dito.

Embora tratassem bem Lurdes, a sogra a apresentava como uma amiga de Marlene. A negação que nasce da LGBTQIA+fobia e visa deslegitimar a relação conjugal da filha é um exemplo do ambiente estéril que compromete o viver criativo (Winnicott, 1960/2022b). Já para o pai de Lurdes, *Marlene era querida e chamada de norinha pra cá, norinha pra lá... sempre cheio de amores.*

Aos poucos, vão descobrindo como ser um casal sem máscaras, que não teme o olhar do outro. Ser quem se é. Sentadas na mesa de almoço aos domingos, livres para chamar a companheira de *meu amor*.

Com o casamento e a chegada de Rosa, Lurdes passa a ser chamada de cunhada, de nora. Embora sua sogra se mostre ainda distante e pouco afetiva. No cotidiano, elas não se detêm diante do preconceito, ainda que o mal-estar continue a existir. *Sempre há uma pessoa*

ou outra que estranha e fica com uma cara de ué. No parquinho tem algumas situações: você é a mãe dela? Nós duas somos. E pronto, a interação acaba ali.

A decisão pela escola da filha, assim como para os casais Angela e Berta e Regina e Carmen, foi baseada na possibilidade de inclusão à diversidade. *Escolhemos uma escola que adoramos. Quando a dona soube que a Rosa é filha de duas mães, ela adorou. Pois é assim que ela quer que a sua escola seja: com crianças de configurações familiares distintas, crianças autistas, Síndrome de Down.* Fico preocupada com uma possível “vitrine da diversidade”, com crianças expostas conforme a “raridade”. Uma situação pouco crítica que pode estar a serviço de interesses mercadológicos e não inclusivos, como querem fazer parecer.

Lurdes enfatiza o próprio esforço para ensinar à filha que existem diferentes configurações familiares. *A gente mostra desenhos em que há diferentes famílias, como a do Leo e as baleias. Léo tem somente um pai... não tem mãe.* Lurdes também ilustra como tem trabalhado a questão da filiação: *A Rosa tem pai? Não!! O que ela tem? Mãe Lu e Mãe Le.*

Quando mostram alguma história em que tem um pai e uma mãe, Rosa olha para o personagem da história que está fazendo o “papel da mãe” e diz: *mãe Lu*. E quando mostram o pai ela diz: *mãe Le*. Por que ela associa Marlene ao cuidador “secundário”, quase como uma figura estereotipada do pai? Quando aparece o pai do Jojo (personagem infantil), ela fala *Mãe Le*, quando aparece a mãe, *Mãe Lu*. *O pai do Jojo conserta as coisas e a mãe faz bolo com ele. Ela não reconhece gênero, ela faz uma associação pelas atitudes. A Marlene conserta os brinquedos. Eu faço bolo. É o que é para ela, no dia a dia.* Não podemos deixar de notar, no entanto, que a figura que associa como materna é a mãe que gestou. Mas também a que dá mais limites. Estariam conseguindo dissociar o gênero da função? Mas então, por que discriminar entre cuidado materno e cuidado paterno?

Por falar de gestação, Marlene e Lurdes optaram pela FIV. Na primeira tentativa deu certo. Marlene nunca quis gestar. *Eu achava que para ser mãe eu iria adotar, o que facilitou a decisão de Lurdes gestar. O óvulo também foi dela, até por conta da minha idade.* Optaram por um banco de sêmen internacional. Utilizaram somente um embrião e deu certo. A escolha pelo banco de sêmen internacional se deu pelo fato de conter mais informações sobre o doador, inclusive seu histórico médico e o de seus antecedentes (miopia, doença cardíaca, motivo da morte dos avós etc.).

Dentre os critérios de inclusão para a escolha do doador, procuraram alguém com características fenotípicas próximas às de Marlene, já que Lurdes contribuiria com os óvulos que seriam germinados. Pensaram em cabelo, cor do olho. *Aí deu super certo, né!* Risos. O tipo sanguíneo? Ficaram em dúvida entre dois. O mesmo de Marlene? *No fim, ficou com nenhum dos dois. Nem com o meu (Lurdes), nem com o dela, nem com nada. Misturou com o dele (doador).*

A escolha de características físicas não me parece puramente estética, mas fala da necessidade de reconhecimento. Como cuidar de um filho que não reconhecemos como filho? Afinal, o que conta mais para que a maternagem ocorra, o fenótipo ou o genótipo? Ou nenhum dos dois? O filho nasce das entranhas do corpo, ou das entranhas da mente? Penso em Winnicott (1949/2020) e na união psicossomática que reúne corpo e mente na psique saudável. Mas e o caso das crianças adotadas? O próprio Winnicott (1956/2021) se deparou com essa questão, respondendo que era possível, mas ainda tendendo à vinculação biológica. Mal sabia ele quanto o trabalho do social opera sobre as mentes e os corpos.

O perfil do doador que escolheram se encaixava com o que gostam e valorizam. Muito educado, simpático, sorridente e gentil. Preocupado com o meio-ambiente, natureza e animais. Pratica esporte. *Qualidades que a gente se importa.* Complementam informações que

contempla nesse banco de dados do doador: como quebra-cabeça que monta peça por peça, tem fotos de semelhanças do doador. Como, por exemplo, tipo de sobrancelha, formato de nariz, boca etc.

Da tentativa de controle ao dosar as “porções” do doador que contribuiria para a criação/encontro da filha ideal, voltamos ao imprevisível da vida de Lurdes, durante a infância.

Não deu tempo de criar raízes profundas. Acompanhada de sua mãe e irmãos, mudou-se para diversas casas, em inúmeras cidades. Mal sabia para onde ia, ou quando sua mãe voltaria para casa. *Em casa tudo era de todo mundo. Eu nunca gostei que mexessem nas minhas coisas. Eu deixava meu docinho guardado e quando ia comer não tinha. Me sentia invadida. Desrespeitada. Era usual que ela [sua mãe] deixasse dinheiro em cima da geladeira, pra que nos cuidássemos enquanto ia pra São Paulo. Não sabíamos se ela voltaria em um ou dois dias, uma semana, ou um mês.* Morou a maior parte do tempo com a avó, mas o período que esteve com sua mãe, deixou cicatrizes do desamparo.

A mãe de Lurdes fazia uso abusivo de álcool e outras substâncias ilícitas. Quando Lurdes saiu de casa, só restou a irmã mais nova. Após o *último atentado* de sua mãe, seu irmão se prontificou a socorrer a irmã. A levou para morar com ele. À ocasião, Lurdes morava em outra cidade. A mãe foi flagrada comprando drogas com Diva, a irmã caçula. A mãe bateu o carro e alegou não ter qualquer contato que pudesse ligar, para ficar com a filha. Diva foi parar no abrigo, onde passou a noite. A notícia chegou à família no dia seguinte. Seu irmão foi às pressas, em busca da irmã. Desde então, a mãe perdeu a guarda da filha e foi gradualmente se distanciando ainda mais dos filhos.

Há dois anos, Diva vive com Lurdes, Marlene e Rosa. Aguardavam a chegada de Rosa, ainda na barriga e se depararam com a chegada das duas. Nas palavras de Marlene: *a Diva é como uma filha mesmo. É uma querida.*

Viviam a expectativa do desenvolvimento da filha, ainda dentro da barriga. Passavam pelo processo de gestação da criança idealizada dentro delas, assim como a mãe que seriam logo adiante. Nesse exercício se veem mãe de Diva, uma adolescente que já veio criada. Mas carente de afeto, amor, e de um ambiente suportivo que ofertam, com certa naturalidade. Com devoção no olhar, narram que a jovem mudou e evoluiu muito, nos últimos dois anos. Elas puderam reconhecer a existência e a importância de Diva. *Ela é uma menina muito responsável. Mudou totalmente desde que está com a gente. Ela ajuda nas tarefas da casa, nos passeios com o cachorro. O que foi difícil mesmo foi a alimentação. Diva comia miojo e alimentos enlatados. Aos poucos, ampliou sua dieta. Percebo que poderia ser um problema, caso não tivesse se adaptado. Se adequado aos valores de Lurdes e Marlene. E quanto as dificuldades? Têm aquelas coisas típica de adolescente. Nada que prejudique a convivência.* Lurdes conclui que, apesar dos traumas vividos com a mãe. Diva é tranquila, o que atribuem ao processo de terapia em que é acompanhada.

Diva não percebe que eu fico mal com as atitudes da mãe, porque não estou chorando, ou demonstrando raiva. Mas eu também sinto. Também me machuca, mas aprendi que não dá mais. Lurdes enfatiza a necessidade de se perceber e de respeitar o próprio ritmo, mas também a necessidade de reconhecimento do outro. Sobre a mãe: *se ela precisar atacar a Rosa para me machucar, ela vai. Já tentei de tudo... chega! Já coloquei ela para morar a dois quartos de minha casa. Ela fez de nossa vida um inferno.*

Ao mesmo tempo que cuidam de Diva, ela passou a constituir parte da rede de apoio com a chegada de Rosa. Como Marlene leciona em faculdade, tirou seis meses de licença-

maternidade. Lurdes voltou a trabalhar após três meses de licença parcial (meio período), única forma que encontrou para sua condição de profissional autônoma. Na realidade, Marlene ficou “sozinha” de novembro até meados de março, quando tem início a pandemia de Covid-19 no Brasil e a necessidade de isolamento social se impõe como medida sanitária. De todo modo, o escritório de Lurdes fica a meio quarteirão de sua casa.

Como desfecho da quarta Narrativa Interativa, podemos pensar a respeito dos prejuízos envolvidos em casais de dupla-carreira que optam pela parentalidade (Campana & Gomes, 2019) e a questão do compartilhamento do cuidado, envolvida:

...Dentro da realidade que vivemos hoje, eu acho importante o convívio das crianças com os pais/mães justamente para que nossos vínculos sejam intensificados e não acredito que isso seja possível quando existe a terceirização do cuidado. Mas, realmente, não temos como julgar, porque somos privilegiadas em poder estar mais tempo com nossos filhos.

Lurdes e Marlene estão cientes das dificuldades próprias ao exercício da maternagem. Se adaptam as dificuldades que surgem. Dão tempo ao tempo. No desfecho da segunda Narrativa Interativa, falam a esse respeito:

... Também passamos por algumas dificuldades, não tem nada de errado. Vocês precisam entender que tudo passa e aproveitar cada fase, porque ela será única.

Julia se tranquilizou naquele instante. Alberta continuou lhe dizendo que logo Olívia não iria querer dormir com as mães e elas, por sua vez, sentiriam muita falta disso.

Na educação, momentos de criação da filha, compartilham um sentimento misturado: segurança, insegurança, coragem, medo. *Tudo se torna um aprendizado. Com certeza ficaria*

mais fácil com um segundo filho. Não tem regra. Cada criança é uma criança. Não importa a idade que ele tenha.

Minha percepção de que Lurdes é mais controladora que Marlene esbarra com a afirmação de que não tem como ter regra na maternidade. Quando falamos sobre as dificuldades vividas, Lurdes percebe — e sua esposa confirma — que mudam ao longo do tempo acompanhando o desenvolvimento da criança, mas que dificuldades sempre existirão. *Primeiro tem a amamentação, depois o sono, os dentes que nascem. Depois a introdução alimentar. O primeiro resfriado, o primeiro antibiótico que vai tomar.* A certeza de que as dificuldades terão um fim alivia a angústia que acompanha as vivências. Nesse sentido, acreditam que com um segundo filho seria mais fácil, já que antes eram muito “neuras”: *Marlene tinha um caderno em que a gente anotava que horas a Rosa tinha dormido, era muita regra.*

A questão da liberdade é algo que enfatizam e/ou que ressoa em minha escuta. Lurdes educa a filha e a esposa. Liberta Marlene ao não prender Rosa. Para ser quem ela é. O que chamam de liberdade, poderíamos pensar no sentido da experiência de um verdadeiro self (Winnicott, 1960/2022b) que pode se integrar e se expressar em um ambiente facilitador do desenvolvimento emocional. E isso vale para crianças e adultos. Nesse sentido, descrevem ganhos e conquistas no dia a dia da criação da filha. *Rosa dorme sozinha desde os três meses. Foi resultado de um trabalho árduo, sobretudo para a Lurdes.*

O relato de Lurdes sobre sua história de vida ilumina os ideais que nutre em relação à nova família. *É que na minha cabeça eu sempre quis ter uma filha independente.* Isso traz o seu sentido de cuidado, de dosar o contato da filha com a realidade (Winnicott, 1964/2020) que respeita o ritmo da criança ao mesmo tempo que estimula o desenvolvimento emocional. *Me incomoda algumas coisas que Marlene faz pra facilitar a vida da filha!* Para Lurdes,

certas comodidades tiram a autonomia da criança. *E se não estivermos aqui amanhã? E aí? E quando ela tiver 10 anos, você vai estar lá? Acho importante que ela saiba que está com sono. Isso é importante para ela mesma conseguir se acalmar.* Hoje, Marlene conta com orgulho da esposa o quanto tudo isso foi importante para Rosa. *Ela aprendeu. Fala quando tá com sono, quando quer ir dormir. Até as professoras da escola se impressionam.* Marlene se reconhece como a “mãe da manha”.

Interessante como Lurdes e Marlene articulam a maternagem em torno de dois opostos. De Marlene, foi difícil soltar a corda. Deixar que a filha saia *de baixo da asa da galinha-mãe protetora*. Isso não significou, no entanto, que ela reconheceu a filha como lésbica. Superproteção não significa reconhecimento. Ou melhor, superproteção significa falta de reconhecimento do outro, enquanto outro que tem seus próprios recursos.

A linha guia que alinhava esse materno possível tem uma mesma base: *o amor, o caráter, o afeto. A Rosa é o fruto dessas duas educações distintas.* Uma fala de Marlene se repete em minha mente, enquanto escrevo: *só sabe amar quem pôde ser amado.* Começa a se insinuar uma distinção entre cuidado e reconhecimento. Nem sempre uma menina bem cuidada pelos pais será aceita pelos pais, quando assumir sua orientação sexual. Embora Winnicott (1965/2023) estructure a teoria do cuidado ao redor da família nuclear, tendo a mãe como cuidadora primária, não deixa de considerar que os círculos maiores, que vão se acrescentando (família extensa, escola, comunidade, sociedade etc.) garantem a sustentação que as famílias precisam para seguir cuidando de suas crianças. Também vale lembrar que Winnicott pensa o cuidado de forma abrangente, como tarefa complexa, não como conjunto de técnicas, que bem conduzidas, levam a um resultado único. Não à toa, Winnicott (1953/2019b) fala em função de espelho da mãe, ao pensar na possibilidade do bebê reconhecer-se no rosto da mãe, ou no *holding*, referindo-se aos braços que sustentam o corpo

e a psique do bebê ou do toque (*handling*), que dá contorno ao eu, enquanto percorre a superfície de um corpo tão vulnerável, ou nos filtros protetores que os cuidadores usam para mediar a relação da criança com a realidade.

Logo, percebo que é com essa premissa de cuidado que Marlene pensa o cuidado vivido por Lurdes, enquanto filha, apesar das inadequações de sua mãe. *Lurdes foi praticamente criada pela avó materna. Ela era apaixonada pela avó. Então, ela teve essa base, que eu também tive com os meus pais. Eu sempre fui muito apegada a meu pai.*

De acordo com Marlene, o maternar é um aprendizado proporcionado pela filha. Algo gostoso e que tem podido fazê-la crescer enquanto pessoa. Assim como tem ensinado à filha a perceber, sentir e falar de seus sentimentos, tem podido perceber os próprios. Alguns pela primeira vez. Muito apegada a seu pai em meio a grandes conflitos familiares, Marlene conta que sua família não tinha o costume de conversar. De sentar-se à mesa juntos. *Sabe quando tudo está bem e não tinha motivos para nos unirmos? — Pensa alto quando ouve Lurdes falando sobre a união que se fez necessária entre Lurdes e seus irmãos, durante a vida toda.*

Ambas mantêm-se alertas para não entrarem no modo automático, que as levaria a um caminho que não querem para a filha: o próprio. *Me vejo fazendo coisas que meus pais faziam para mim e que não é bom.* Lurdes dá como exemplo o costume de Marlene tirar a pele da mexerica ou as sementes da melancia para a filha comer, até que viu uma foto da filha na escola com um pedaço enorme da fruta em sua pequena mãozinha. E com todas as sementes. *Meu Deus, olha como ela tá comendo essa melancia! Nosso maior ponto de dificuldades é achar esse equilíbrio.*

Voltando à questão da expressão de suas emoções, ilustram como, às vezes, a filha não sabe exatamente do que se trata.

— *Medo!* – diz a menina apontando para o leão em seu livrinho.

— *Ah, você ficou com medo do quê, filha?*

— *Do leão!*

— *A mamãe tá aqui, não precisa ficar com medo.*

Lurdes me mostra o livro, já citado anteriormente (Pereira, 2018). Pretende mostrar para a filha quando crescer, para ajudá-la a entender seus sentimentos. Foi por meio da terapia que ambas conseguiram ser reconhecidas. Marlene diz que essa criação que hoje conseguem dar é resultado de *muita terapia*. Lurdes bate na porta do quarto da filha, antes de entrar. Marlene se adapta. *Eu não fazia isso, mas estou fazendo agora. Se eu entro direto ela fala: assustou!*

Mas nem sempre adaptações do modo de cuidar de uma, e da outra, são simples. Os desfechos da terceira Narrativa Interativa traz uma oposição entre Lurdes e Marlene. Durante a leitura da NI, pareciam estar se divertindo. *Agora a gente continua? Ai que difícil, vamos ver...*

... encontra chorando.

Então Leo pergunta para a irmã o que a incomoda e ela responde que está com vergonha de dançar na frente de tantas pessoas.

Leo diz para a irmã que se ela não quiser dançar, tudo bem, ele não se importa, mas que seria muito divertido fazer par com a irmã, afinal os dois esperaram dias pela festa. *Olívia, então, enxugou as lágrimas e disse ao irmão que tentaria mais uma vez.*

Assim, os dois entraram na apresentação quando já estava na metade, mas deu tempo de dançar e Olívia percebeu que foi mais divertido do que ela imaginava.

Ouçó o que sussurram uma para a outra enquanto criam o desfecho: *O Léu foi atrás da irmã e ela estava brincando no pula-pula, chorando. Chorando?* Pergunta Lurdes, espantada.

É, porque ela não queria dançar. Percebo que Marlene não está convencida do desfecho que criaram, e entrega para que Lurdes finalize. Marlene repete o que já disse em encontros anteriores. Não sente que é criativa, só consegue imaginar exemplos da vida real, como algo que aconteceu com sua sobrinha no passado, ou outra situação que tenha vivenciado, por exemplo. Incentivo Marlene a dizer o que pensou. Como um desfecho alternativo — ou talvez mais pessoal, reformula: *Acho que Leo estava brincando no gira-gira e deixou de dançar por conta da irmã. Como ela era o par dele, os dois desistiram.*

Ai coitada.... que pressão! Se não quiser não dança, tudo bem. Lurdes reage a sugestão da esposa. O irmão não tem que pagar pelas escolhas/dificuldades de sua irmã, que não queria dançar. Fico imaginando o quanto Lurdes teve que pagar pelas escolhas de sua mãe.

As famílias de origem do casal reconhecem em Rosa uma criança mimada. Desde que era bebê, a menina não gosta de ir no colo de outras pessoas. As mães explicam que ela sempre sentiu muito calor. Pedem à família que respeitem o tempo da filha. *Vocês já conhecem a Rosa, mas a Rosa não conhece vocês. Ela precisa de um tempo e isso não é imposto por nós. A gente respeita. Ela não gosta de gente que chega gritando. Em setembro, tentamos contratar uma babá, mas ela gritava muito e Rosa ficava apavorada.* No parquinho, escutam a filha dizer para uma criança: *não precisa gritar.*

De novo, com Winnicott (1957/2020), penso em como dosar as experiências de satisfação de necessidades com as experiências de frustração? A pequena Rosa tem mostrado pouca tolerância para intensidades, sonoras ou de outra natureza. Seria intolerância à frustração ou uma necessidade ainda não compreendida? As mães e os avós de Rosa parecem divergir de opinião a esse respeito.

E seguem falando da sensibilidade da filha. *Rosa entende absolutamente tudo*. Contam que a filha sente quando Marlene “desaparece”, ou quando deixa de buscá-la na escola. Marlene fala menos, por exemplo enquanto a limpa, mas se compromete a melhorar sua comunicação, já que percebe que isso é muito importante. De que comunicação estamos falando? E a comunicação silenciosa que se dá entre o cuidador e seu bebê (Winnicott, 1963/2022)? Será que tudo precisa ser verbalizado?

O imaginado desaparecimento de Marlene me levou para além do medo de perder a mãe. Talvez o medo de perder a mãe atrás da máscara, de um falso self (Winnicott, 1960/2022b) que visa a aceitação, a inclusão ainda que sacrifique a espontaneidade. Pedem licença para a filha quando vão banhá-la. *Ela fala bumbum, vulva*. Lurdes consulta a literatura, bem como o *Instagram* de profissionais da área e afins para manter-se informada sobre as tendências do cuidado infantil. Marlene valoriza o gesto de Lurdes e segue seus ensinamentos.

Elogiam a capacidade de entendimento da filha, dando vários exemplos. Em um deles, contam que já com quatro dias de vida ela se fez entendida ao *berrar*, ficar vermelha até que elas tiraram a roupa e trocaram a fralda da filha. *Ela estava com calor. A bicha ficou irritadíssima com muita roupa*. Explicam que o calor provoca até tosse na menina. E concluem: *Ou seja, a Rosa sabe o que veio fazer na Terra*.

Marlene reconhece que a filha é “mais ressabiada” com o outro. Lembram da primeira vez que puderam sentar e conversar enquanto a filha brincava, tranquila. *Ela foi no parquinho pela primeira vez sem a gente com minha irmã. Foi numa boa e adorou. Até falou tchau*. Comemoram que na semana anterior ocorreram marcos importantes, em termos de autonomia mútua (mães e filha). Foram a um barzinho ver uma amiga cantar. *Fizemos todo um esquema*.

Ela chegou da escola, mamou, dormiu e ficou com a Diva. Foi a primeira vez em um ano e 9 meses que temos nosso vale night.

Lurdes e Marlene experimentam novos limites e possibilidades. Procuram fazer diferente, em relação as famílias de origem. *A gente explica e conversa. E não é só uma vez, né?* Para dar remédio à filha é a mesma coisa. *Se tem que dar tem que dar. Agora, ela está em uma fase de não querer tomar banho. Faz um show.* Em tom de brincadeira convidam a filha a fazer o que é preciso. *Quem que eu vou levar para tomar banho???* Rosa vai brincando. Lurdes conta que uma amiga falou muitos “nãos” para sua filha. O resultado? *Filha receosa.* Rosa é diferente, elas dizem. *Mexe com gatinho. Sobe e desce degraus. Pula nas coisas, se arrisca. Explora o mundo. Ela tem o 8 e 80. Acho isso importante.* Marlene lembra que tem certos limites, é claro. Tem a percepção de que o medo é dela e não da filha. Se segura até onde pode para *não passar seus medos para a filha.* Adoram quando alguém comenta: *a Rosa é corajosa, né?*

Lurdes explica que, ao escrever a quinta NI, tentaram trazer a história sobre o futuro dos filhos para a sua realidade. *Eu acredito que a melhor forma de ajudarmos a realizar seus sonhos, seja deixando-os livres para serem e fazerem o que desejarem.* Julia concorda e acrescenta que espera poder apoiá-los em suas escolhas e ser presente em todos os momentos.

É difícil não colocar a nossa expectativa para a criança. Lembra de uma postagem de um amigo no *Instagram.* O amigo questionava pessoas que dizem que ter filho autista é uma tragédia. *Se olharmos para ele esperando que ele se torne o que a gente quer que ele seja, pode ser uma tragédia. Mas se for para o que ele quiser ser, aí não.*

Percebo que se esforçam para separar o que é delas, de sua história pessoal e familiar e o que é de sua filha. Que na experiência materna descobrem seus conflitos, seus limites e

fragilidades, mas também sua potência. *Antes da Rosa, a gente não brigava. Agora é a hora de resolvermos também as nossas questões.*

E PARA ARREMATAR

Realizado o percurso das Narrativas Psicanalíticas, retornamos ao pensamento apresentado, ao longo do capítulo um para considerar o quanto a maternidade de mulheres-mães lésbicas se aproxima, em termos de preconceito e de agonia de desumanização/despersonalização, com o testemunho de mulheres, negros, pobres e demais LGBTQIA+.

Para arrematar, ao revisarmos as estratégias de parentalidade criadas/encontradas pelas participantes, nos demos conta da importância de destacar *epistemologias não hegemônicas*, de modo a evidenciar que se trata de *sujeitos falantes*, e não de pessoas assujeitadas (Kilomba, 2021).

Quando Angela diz *vamos lá meu filho, sessão tortura. É só chorar que ela para*, por exemplo, volto às teorizações de Silvia Federici (2017). Nas câmaras de tortura e nas fogueiras, foram forjados os ideais burgueses de feminilidade e domesticidade e com ele os primórdios do pacto cisheteropatriarcal. A repetição do “elemento tortura” atesta o que dissemos a respeito da introjeção dos ideais, pela via da violência transgeracional ocorrida por séculos. A mulher continua demonizando a própria condição, justamente por causa da identificação com o agressor. Como se a tortura precisasse fazer parte de seu cotidiano, na forma velada de uma espécie de “sacrifício”. Algo como: “ser mãe é padecer no Paraíso”. Retomando o pensamento de Marilena Chauí (2001) — a excessiva repressão da parentalidade (homoafetiva) destruirá primeiro a ética e, depois, a sociedade?

O ideal “*dedicada, terna e amorosa*” (Freud, 1908/2016, p. 388) retorna durante a política bolsonarista — na versão “bela, recatada e do lar” — como mais um indício de que o movimento reacionário busca renovar alianças conscientes e inconscientes, em torno do pacto e dos ideais cisheteropatriarcais. Ficou evidente o enfraquecimento de legislações que

preservam o direito civil às identidades não-normativas, em decorrência de concepções morais e religiosas conservadoras e, por vezes, desumizadoras/despersonalizadoras. No presente, o exercício político e a prática cotidiana produzirão um consenso social forte o suficiente para fazer valer a letra da Lei? Cleusa e Helena nos mostraram inúmeras situações de discriminação, ao longo dos processos de adoção dos filhos.

De volta às Narrativas Psicanalíticas, penso em como a dinâmica da relação mãe-filha busca um cuidado mais igualitário, em termos de gênero. Uma fala que se repetiu, ao longo das entrevistas, foi que apesar de serem “alvo de preconceito”, as famílias de mulheres-mães lésbicas são referências importantes para pensar modelos de cuidado e de respeito ético. Elas acreditam que seus filhos terão mais contato com a diversidade e a interseccionalidade, de modo geral, quando em comparação com os filhos de famílias cisheteronormativas.

Nesse sentido, Nancy Chodorow (1978/2002) advoga por cuidados primários realizados por ambos os gêneros, a fim de estabelecer relacionamentos menos assimétricos e, poderíamos dizer, homens e masculinidades com menores níveis de toxicidade, ou até mesmo “potáveis”. Por sua vez, a personalidade feminina estaria menos sujeita à onipotência materna, ao excesso da presença da mãe, à necessidade de “fugir” para se diferenciar da mesma, bem como do prolongamento temporal do auto-sacrifício. Vale refletir se não se trata de um sacrifício legítimo, caso a sociedade se torne mais igualitária.

A desconstrução do pacto cisheteropatriarcal não irá acontecer sem esforço, de todas as intersecções possíveis. A elaboração do trauma, da discriminação social e dos conteúdos transgeracionais aguarda por questões ainda pouco formuladas. O que é tornar-se mãe e bebê numa família homoparental? É uma questão que pode ser respondida de muitas formas, mas não sem antes problematizar ideias e ideais cisheteropatriarcais.

Com relação ao cuidado infantil em famílias de mulheres-mães lésbicas, ainda há muito por ser pensado e pesquisado. Uma vez que diminuam as situações de preconceito, como serão realizadas as práticas de cuidado por parte das diversas identidades de gênero existentes? Com a aceitação e a legitimidade dos saberes diversos, o que iremos (re)aprender em termos da parentalidade, também por parte das famílias normativas? Assim como o conhecimento antifascista vem produzindo um aumento das possibilidades de integração por parte da branquitude, as famílias LGBTQIA+ se convertem em ponto de inflexão para as famílias heterossexuais. Campo que aguarda por futuras teses e dissertações.

A alternativa pessimista nos levaria, provavelmente, a um aumento das situações de isolamento, formação reativa, alienação, desintegração, despersonalização, resultantes da falta de um ambiente suficientemente bom a *novos começos* do ser-diferente (Balint, 1932/1994). A voz da censura e da coerção que afirma “você não é normal”, produtora de exclusão e perseguição, como atestam participantes deste trabalho, pode ser silenciada.

Articulando teoricamente concepções winnicottianas sobre o cuidado com perspectivas decolonialista e interseccional, constatamos que os casais de mulheres-mães lésbicas entrevistados se apresentam lúcidos, conscientes e capazes de assumir posturas de enfrentamento e combatividade diante de ataques que visam desumanizar/despersonalizar aqueles que não se submetem às definições socialmente predominantes quanto aos papéis de gênero.

Famílias de mulheres-mães lésbicas buscam ativamente exercer a capacidade humana de acolher, cuidar e proteger filhos próprios, na medida em que criam/encontram condições para o exercício de uma parentalidade de modo criativo e autêntico. Movimento que indica a constituição de self na direção da saúde (Winnicott, 1971/2019) num ambiente social

estruturalmente racista, misógino e classista. Trata-se de um caminho integrador, onde a intolerância não é bem vinda. Trilhas de criatividade e de relaxamento das defesas.

REFERÊNCIAS

- Abram, J. (2000). *A linguagem de Winnicott. Dicionário das palavras e expressões utilizadas por Donald W. Winnicott*. Revinter.
- Aching, M. C. (2017). *A experiência de mães refugiadas na clínica winnicottiana da maternidade*. [Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/15747>
- Adichie, C. G. (2017). *Para educar crianças feministas: um manifesto*. Companhia das Letras.
- Agamben, G (2007). *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Editora UFMG.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (1999). Encontro com a loucura: transicionalidade e ensino de psicopatologia. [Tese de Livre Docência, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo]. <http://doi.org/10.11606/T.47.2006.tde-24022006-090139>
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2004). *Ser e Fazer: enquadres diferenciados na clínica winnicottiana*. Ideias & Letras.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2017). Estilo Clínico Ser e Fazer: resposta crítico-propositiva a despersonalização e sofrimento social. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 37(92), 41-62. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=94651818005>
- Aiello-Vaisberg, T. M. J., & Granato, T. M. M. (2006). *Ser e fazer na clínica winnicottiana da maternidade*. Editora Idéias & Letras.

- Aiello-Vaisberg, T. M. J., Machado, M. C. L., Ayouch, T., Caron, R., & Beaune, D. (2009). Les récits transférenciels comme presentation du vecú clinique: une proposition méthodologique. In D. Beaune (Ed.). *Psychanalyse, Philosophie, Art: Dialogues* (pp. 39-52). L'Hamattan.
- Akotirene, C. (2021). *Interseccionalidade*. Editora Pólen.
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Selo Sueli Carneiro. Editora Jandaíra.
- Almeida, A. P., & Naffah Neto, A. (2021). A teoria do desenvolvimento maturacional de Winnicott: novas perspectivas para a educação. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 24(3), 517-536. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n3p517-3>
- Arendt, H. (2012). *As origens do totalitarismo*. Companhia das Letras Editora.
- Arruzza, C., Bhattacharya, T., & Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99% um manifesto*. Editora Boitempo.
- Autuori, M. (2018). *Encontros e desencontros no processo de encaminhamento psicológico infantil*. [Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/15752>
- Badinter, E. (1980). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Nova Fronteira Editora.
- Badinter, E. (2011). *O conflito. A mulher e a mãe*. Editora Record.
- Balint, M. (1994). Character analysis and new beginning. In. M. Balint, *Primary love and psycho-analytic technique*. (pp. 159-173). Karnac Books. (Originalmente publicado em 1932).

- Batista, G. (2021). Diversamente mãe. In. A. Baracat, D. Bastos, G. Batista, L. Moreiras, M. Tiboni, & M. Camardelli. (Eds.), *Maternidades no plural: retratos de diferentes formas de maternar*. (pp. 151-217). Editora Fontanar.
- Beauvoir, S. (2016). *O segundo sexo: a experiência vivida. Volume II*. Editora Nova Fronteira. (Originalmente publicado em 1949).
- Ben-Ari, A., & Levni, T. (2006). Motherhood is not a given thing: experiences and constructed meanings of biological and non biological lesbian mothers. *Journal of GLBT family Studies*, 15(1), 42-57. <https://doi.org/10.1080/1550428X.2017.1413475>
- Bento, M. A. S. (2002). *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. [Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo USP, São Paulo]. <http://doi.org/10.11606/t.47.2019.TDE-18062019-181514>
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Editora Companhia das Letras.
- Bleger, J. (1984). *Psicologia da Conduta*. Editora Artes Médicas (Originalmente publicado em 1963).
- Bleger, J. (2019). *Temas de psicologia: entrevista e grupos*. Editora Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1980).
- Bonfatti, S. C. (2017). *Narrativas interativas de adolescentes institucionalizados sobre o (des)abrigo*. [Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16020>

- Bonfatti, S. C. (2022). *“A menina abrigada não tem ninguém”*: encontros narrativos sobre a violência intrafamiliar. [Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/16669>
- Bonfatti, S. C., & Granato, T. M. M. (2021). “É muito peso para uma pessoa só”: narrativas interativas de adolescentes sobre o (des)acolhimento institucional. *Revista Nesme - Vínculo*, 18(1), 32-41. <http://dx.doi.org/10.32467/issn.19982-1492v18nesp.p37-52>
- Braidotti, R. (2013). *The posthuman*. Polity Press.
- Bernardi, D. (2018). O adiamento do projeto parental na contemporaneidade. *Mudanças - Psicologia da Saúde*, 26(1), 59-64. <http://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v26n1p59-64>
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira Editora.
- Bydlowski, M., & Golse, B. (2001). De la transparence psychique à la préoccupation maternelle primaire. Une voie de l'objectalisation. *Le Carnet PSY*, 3(63), 30-33. <https://doi.org/10.3917/lcp.063.0030>
- Campana, N. T. C., & Gomes, I. C. (2019). A study about the characteristics of the contemporary parental exercise and care network. *Estudo de Psicologia*, 36, e190028. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275201936e190028>
- Carias, A. R. (2018). *Uma compreensão winnicottiana sobre o sofrimento de filhos de alcoolistas*. [Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em

- Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. <http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16033>
- Carias, A. R. (2022). *Imaginário coletivo de profissionais do CAPS AD sobre o cuidado a familiares de pessoas que fazem uso dependente de álcool*. [Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16726>
- Carias, A. R., Ribeiro, L. J., Bonfatti, S. C., Mozardo, M. L. S. G., Alves, R. G. S., Visintin, C. D. N., & Granato, T. M. M. (2021). Sofrimento de mulheres em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Psicoterapia*, 23(1), 209-222. <http://doi.org/10.5935/2318-0404.20210015>
- Carneiro, A. S. (2005). *A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. [Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo]. <https://repositorio.usp.br/item/001465832>
- Césaire, A. (2020). *Discurso sobre o colonialismo*. Editora Veneta. (Originalmente publicado em 1950).
- Chauí, M. (2001). *Convite à filosofia*. Editora Ática.
- Chodorow, N. (2002). *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Editora Rosa dos Tempos. (Originalmente publicado em 1978).
- Chodorow, N. J. (2021). Women mother daughters: the reproduction of mothering after forty years. In: P. Bueskens (Ed.). *Nancy Chodorow and The Reproduction of Mothering: Forty Years On*. (pp. 49-80). Publisher Palgrave Macmillan. http://doi.org/10.1007/978-3-030-55590-0_2

- Collins, P. H. (2022). *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. Editora Boitempo.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>
- Davis, M. & Wallbridge, D. (1982). *Limite e espaço: uma introdução à obra de D. W. Winnicott*. Imago Editora.
- Diniz, T. L. (2020). “Afiml o que é cuidar bem de uma criança”: percepções de pais e avós no contexto da homoparentalidade. [Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. <http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/15774>
- Endo, P. (2013). A ressurgência do tirano como inscrição denegada da constituição da fratria. In B. R. Fuks, A. Néstor, C. B. Brausteins (Eds.) *100 anos de Totem e Tabu* (pp. 233-252). Contra Capa Livraria.
- Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1952).
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Editora Elefante.
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Editora Elefante.
- Federici, S. (2021). *O patriarcado do salário. Volume I*. Editora Boitempo.
- Figueiredo, L. C. (2021). *A mente do analista*. Editora Escuta.

- Flick, U. (2014). *An introduction to qualitative research*. Sage.
- Freitas, L. R. T. (2022). A importância do reconhecimento social na construção da identidade sexual de mulheres não heterossexuais no sul da Bahia. *Cadernos Pagu*, (64), e226414. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449202200640014>
- Freud, S. (2016). A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno. In S. Freud. *O delírio e os sonhos de gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909): Vol. 8, Obras completas*. (pp. 359-389). Editora Companhia das Letras (Trabalho originalmente publicado em 1908).
- Freud, S. (2013). Observações sobre um caso de neurose obsessiva (“O homem dos ratos”). In F. Sigmund, *Observações sobre um caso de neurose obsessiva (“O homem dos ratos”), uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos (1909-1910): Vol. 9, Obras Completas*. (pp. 13-112). (Originalmente publicado em 1909).
- Freud, S. (2012). Totem e tabu. In S. Freud, *Totem e tabu, contribuições à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914): Vol. 11, Obras Completas*. (pp. 13-244). Editora Companhia das Letras (Trabalho originalmente publicado em 1913).
- Freud, S. (1996). Dois verbetes de enciclopédia. In S. Freud, *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Trabalho originalmente publicado em 1923).
- Freud, S. & Breuer, J. (2016). *Estudos sobre a histeria (1893-1985): Vol. 2, Obras Completas*. (Trabalho originalmente publicado em 1895).
- Fulgêncio, L. (2011). A ética do cuidado psicanalítico para Winnicott. *A peste*, 3 (2), 39-62. <https://doi.org/10.5546/peste.v3i2.22088>

- Gomes, M. B. C. (2019). *Encontros narrativos com mães, pais e bebês na transição para a parentalidade*. [Tese de Doutorado em Psicologia. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/15578>
- Gomes, R. B., Lopes, P. H., Gesser, M., & Toneli, M. J. F. (2018). Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. *Revista Estudos Feministas*, 27(1), e48155. <http://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n148155>
- Gonzalez, L. (2020). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In. Gonzalez, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. (pp. 75-93). Editora Zahar. (Originalmente publicado em 1980).
- González, C. (2015). *Bésame mucho. Como criar seus filhos com amor*. Editora Timo
- Gottlieb, A. (2004). *Tudo começa na outra vida. A cultura dos recém-nascidos no oeste da África*. Editora Fap-Unifesp.
- Gottlieb, A., & DeLoache, J. S. (2016). *A world of babies: imagined childcare guides for eight societies*. Cambridge University Press.
- Granato, T. M. M. (2000). *Encontros Terapêuticos com Gestantes à luz da Preocupação Materna Primária*. [Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo]. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-10112005-162658/publico/GranatoMestrado.pdf>
- Granato, T. M. M. (2002). *Tempo de gestar. Encontros terapêuticos com gestantes à luz da preocupação materna primária*. Editora Landmark.

- Granato, T. M. M. (2004). *Tecendo a clínica winnicottiana da maternidade*. [Tese de Doutorado em Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo] <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-13062006-152940/publico/GranatoDoutorado.pdf>
- Granato, T. M. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2002). A preocupação materna primária especial. *Psicologia Clínica*, 14, 87-92.
- Granato, T. M. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2009). Maternidade e colapso: consultas terapêuticas na gestação e pós-parto. *Revista Paideia*, 19(44), 395-401. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2009000300014>
- Granato, T. M. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Uso terapêutico de narrativas interativas com mães em situação de precariedade social. *Psico*, 42(4), 494-502. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/7122>
- Granato, T. M. M. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2013). Narrativas interativas sobre o cuidado materno e seus sentidos afetivo-emocionais. *Psicologia Clínica*, 25(1), 17-35. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652013000100002&lng=pt&tlng=pt
- Granato, T. M. M. & Aiello-Vaisberg (2016). Interactive narratives in the investigation of the collective imaginary about motherhood. *Estudos de Psicologia*, 33(1), 25-35. <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000100004>
- Granato, T. M. M., Corbett, E., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Narrativa interativa e psicanálise. *Psicologia em Estudo*, 16(1), 157-163. <http://doi.org/10.1590/S1413-73722011000100018>

- Granato, T. M. M., Russo, R. C. T., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2009). O uso de narrativas na pesquisa psicanalítica do imaginário de estudantes universitários sobre o cuidado materno. *Mudanças - Psicologia da Saúde*, 17(1), 43-48. <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v17n1p43-48>
- Grandin, T., & Panek, R. (2015). *O cérebro autista*. Editora Record.
- Graziuso, B. K. (2018). *Úteros e fronteiras: gestação de substituição no Brasil e nos Estados Unidos*. Editora Tirant Lo Blanch.
- hooks, b. (2020). *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Editora Elefante.
- Herrmann, F. (1979). *Andaimos do real. Livro primeiro: o método da psicanálise*. Editora Brasiliense.
- Herrmann, F. (2021). *O que é psicanálise: para iniciantes ou não...* Editora Blucher.
- Herrmann, F. (2017). *Sobre os fundamentos da Psicanálise: quatro cursos e um preâmbulo*. Editora Blucher.
- Herrmann, F. (2021). *O que é psicanálise: para iniciantes ou não*. Editora Blucher.
- Horney, K. (1967). *Psicologia feminina*. Editora Bertrand.
- Kilomba, G. (2021). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó.
- Jurado, T. (2013). *Produções imaginativas sobre a homoparentalidade por meio de narrativas interativas*. [Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. <http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/15905>
- Leites, E. (1987). *A consciência puritana e a sexualidade moderna*. Editora Brasiliense.

- Lira, A. N., Morais, N. A., & Boris, G. D. J. B. (2015). A homoparentalidade em cena: a vivência cotidiana de mulheres lésbicas com seus filhos. *Revista. SPAGESP*, 16(1), 74-91. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v16n1/v16n1a07.pdf>
- Lira, Morais & Boris (2016). (In)visibilidade da vivência homoparental feminina: entre preconceitos e superações. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 20-33. <http://doi.org/10.1590/1982-3703000152014>
- Lucas, R. A. (2022). *Narrativas de mães e filhos: vivências familiares na pandemia de Covid-19*. [Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16512>
- Lugones, M. (2020). Colonialidade e gênero. Editora Bazar do Tempo. In (Org) Heloisa Buarque de Hollanda. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. (pp. 52-83). Editora Bazar do Tempo.
- Lukács, G. (2018). *Para uma ontologia do ser social I*. Boitempo. (Originalmente publicado em 1984).
- Machedel, R. S., & Frizzo, G. B. (2021). “Trigêmos de idades diferentes”: a experiência da maternidade por meio da adoção de irmãos. *Contextos Clínicos*, 14(1), 49-72 <http://doi.org/10.4013/ctc.2021.141.03>
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. n-1 Edições.
- Medeiros, C. P. (2006). “Uma Família de Mulheres”: Ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. *Revista Estudos Feministas*, 14(2), 535-547. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200013>
- Medeiros, C., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2014). Reflexões sobre holding e sustentação como gestos psicoterapêuticos. *Psicologia Clínica*, 26(2), 49-62.

<https://www.scielo.br/j/pc/a/wLtHmFGfDBWy4vR5Mwdt9Nb/abstract/?lang=pt>

- Meletti, A. T., & Scorsolini-Comin, F. (2015). Conjugalidade e expectativas em relação à parentalidade em casais homossexuais. *Revista Psicologia: teoria e prática*, 7(1), 37-49. <http://dx.doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v17n1p37-49>
- Mesquita, M. A. M. M. (2021). *Infelizes para sempre: a experiência emocional decorrente do divórcio litigioso*. [Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16057>
- Mesquista, M. M., & Granato, T. M. M. (2022). Infelizes para sempre: divórcio litigioso e sofrimento emocional à luz da teoria winnicottiana. *Contextos Clínicos*, 15(1), 27-50. <https://doi.org/10.4013/ctc.2022.151.02>
- Mezan, R. (1998). *Escrever a clínica*. Editora Casa do Psicólogo.
- Miranda, M. L. A. (2016). *Narrativas Interativas de presidiários sobre a experiência de paternidade*. [Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/15921>
- Mondaca, C. A. A., Lay-Lisboa, S., & Rentería, L. I. C. (2022). Parentalidad desde la diversidad en Chile. *Revista Estudos Feministas*, 30(3), e77984. <http://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n377984>
- Moraes (2017). *Tornando-se pai: narrativas de casais grávidos sobre a transição para a paternidade*. [Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em

- Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. <http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/15758>
- Moschkovich, M. (2023). “Família” e a nova gramática dos Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro (2019-2021). *Mecila Working Paper Series*, 52. (The Maria Sibylla Merian Centre Conviviality Inequality in Latin America). <http://dx.doi.org/10.46877/moschkovich.2023.52>
- Mozardo, M. L. S. G. (2021). “Parto acompanhado: a experiência emocional de parturientes e acompanhantes”. [Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16076>
- Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. Editora Perspectiva.
- Palacios, A., & Romañach, J. (2006). *El modelo de la diversidad: la bioética y los derechos humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional*. Diversitas Ediciones.
- Pekny, V. M., & Granato, T. M. M. (2019). Tempo de espera: narrativas de casais que aguardam pelo primeiro filho adotivo. *Psicologia Clínica*, 31(3), 499-519. <http://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0031n03A05>
- Pereira, C. N. (2018). *Emocionário: diga o que você sente*, Editora Sextante.
- Politzer, G. (1998). *Críticas dos fundamentos da psicologia: a psicologia e a psicanálise*. Editora Unimep. (Originalmente publicado em 1928).
- Racamier, P. C., Sens, C. & Carretier, L. (1961). La mère et l’enfant dans les psychoses du post-partum. *L’évolution psychiatrique*, 26 (4), 525-557.

- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* Editora Companhia das Letras.
- Ribeiro, D. (2019). *Lugar de fala*. Selo Sueli Carneiro. Editora Jandaíra.
- Ribeiro, L. J. (2018). *A experiência parental de casais homoafetivos: uma abordagem psicanalítica*. [Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. <http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/15794>
- Ribeiro, L. J., & Granato, T. M. M. (2021). Preconceito e parentalidade? Experiências de casais homoafetivos. *Vínculo*, 18(2), 1-11. <https://dx.doi.org/10.32467/issn.19982-1492v18nesp.p228-245>
- Safra, G. (2021). *A face estética do self*. Editora Ideias & Letras.
- Santos, B. S. (2008). *Um discurso sobre as ciências*. Cortez Editora. (Originalmente publicado em 1985).
- Silva, A. F., & Miura, P. O. (2022). A história pregressa da criança e o processo de revelação da adoção, na perspectiva de pais adotivos. *Vínculo - Revista do NESME*, 19(1), 27-36. <https://doi.org/10.32467/issn.19982-1492v19n1a4>
- Silva, G. R. A., Barcelos, T. F., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2022). Lutando para existir: experiência vivida e sofrimento social de pessoas transgêneras. *Revista Subjetividades*, 22(2), e12240. <http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v22i2.e12240>
- Silva, M. E. L. (Coord). (1993). *Investigação e psicanálise*. Editora Papirus.

- Silva, M. C., & Tachibana M. (2022). Somewhere over the rainbow: narrativas de mães de crianças arco-íris. *Revista da SPAGESP*, 23(1), 44-58. <https://doi.org/10.32467/issn.2175-3628v23n1a5>
- Soares, P. S., Smega, L. N., Martins, J. S., Michaelsen, T. S., Abaid, J. L. W. (2018). Maternidade e paralisia cerebral: construção de um material psicoeducativo. *Revista Desafios*, 5(3), 114-124. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2359-3652.2018v5n3p114>
- Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Editora Zahar. (Originalmente publicado em 1983).
- Srinivasan, A. (2021). *O Direito ao sexo: feminismo no século vinte e um*. Editora Todavia.
- Stake, R. (2011). *Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Editora Penso.
- Tachibana, M. Follador-Ambrósio, F., Beaune, D., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2014). O imaginário coletivo da equipe de enfermagem sobre a interrupção da gestação. *Revista Ágora*, XVII(2), 285-297. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982014000200009>
- Teixeira, J. (2021). *Trabalho doméstico*. Selo Sueli Carneiro. Editora Jandaíra.
- Terra, E. (2011). *Minidicionário da língua portuguesa*. Editora Rideel.
- Truth, S., & Gilbert O. (2020). *E eu não sou uma mulher? A narrativa de Sojourner Truth contada a Olive Gilbert*. Ímã Editorial.
- Visintin, C. N. (2023). *Experiência emocional de mulheres com mutação genética associada ao câncer de mama: estudo interdisciplinar*. [Tese de Doutorado.

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/16759/ccv_ppgpsico_tese_visintin_cdn.pdf?sequence=1&isAllowed=y

- Visintin, C. N., Gallo-Belluzzo, S. G., Ambrosio, F. F., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2022). O cuidado infantil no pensamento winnicottiano à luz da psicologia psicanalítica concreta. *Vínculo - Revista do NESME*, 19(1), 4-13. <https://doi.org/10.32467/issn.19982-1492v19n1a2>
- Winnicott, D. W. (2021). A observação de bebês numa situação padronizada. In D. W. Winnicott, *Da Pediatria à Psicanálise* (pp. 145–171). Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1941).
- Winnicott, D. W. (2021). Desenvolvimento emocional primitivo. In D. W. Winnicott, *Da Pediatria à Psicanálise* (pp. 281-299). Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1945).
- Winnicott, D. W. (2020). A mãe dedicada comum. In D. W. Winnicott, *Bebês e suas mães*. (pp. 17-28). Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1949).
- Winnicott, D. W. (2021). Ansiedade associada a insegurança. In D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise* (pp. 212-217). Ubu Editora. (Trabalho originalmente publicado em 1952).
- Winnicott, D. W. (2019a). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade*. (pp. 13-51). Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1953).

- Winnicott, D. W. (2019b). O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In D. W. Winnicott. *O brincar e a realidade*. (pp. 69-90). Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1953).
- Winnicott, D. W. (2021). A preocupação materna primária. In D. W. Winnicott. *Da Pediatria à Psicanálise*. (pp. 493-501). Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1956).
- Winnicott, D. W. (2020). O mundo em pequenas doses In. D. W. Winnicot, *A criança e seu mundo*. (pp. 76-82). Editora LTC. (Originalmente publicado em 1957).
- Winnicott, D. W. (2020). *A criança e seu mundo*. Editora LTC. (Trabalho originalmente publicado em 1957).
- Winnicott, D. W. (2023). Fatores de integração e desintegração na vida familiar. In D. W. Winnicott, *Família e desenvolvimento individual* (pp. 76-94). Routledge. (Trabalho originalmente publicado em 1957).
- Winnicott, D. W. (2022a). A teoria do relacionamento pais-bebê. In D. W. Winnicott, *Processos de amadurecimento e ambiente facilitador: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 44–69). Ubu Editora. (Trabalho originalmente publicado em 1960).
- Winnicott, D. W. (2022b). Distorções do ego em termos de self verdadeiro e falso self. In D. W. Winnicott, *Processos de amadurecimento e ambiente facilitador: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 177–194). Ubu Editora. (Trabalho originalmente publicado em 1960).
- Winnicott, D. W. (1999). Segurança. In D. W. Winnicott, *Conversando com os pais*. (pp. 139-152). (Originalmente publicado em 1960).

- Winnicott, D. W. (2022a). A integração do ego no desenvolvimento da criança. In D. W. Winnicott, *Processos de amadurecimento e ambiente facilitador: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 70-78). Ubu Editora. (Trabalho originalmente publicado em 1962).
- Winnicott, D. W. (2022b). Provisão para a criança na saúde e na crise. In D. W. Winnicott, *Processos de de amadurecimento e ambiente facilitador: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (pp. 79-90). Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1962).
- Winnicott, D. W. (2022c). Os objetivos do tratamento analítico. In D. W. Winnicott, *Processos de amadurecimento e ambiente facilitador: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 212-218). Ubu Editora. (Trabalho originalmente publicado em 1962).
- Winnicott, D. W. (1994). O medo do colapso [Breakdown]. In D. W. Winnicott, *Explorações psicanalíticas*. (pp. 70-76). Artmed Editora. (Trabalho originalmente publicado em 1963).
- Winnicott, D. W. (2022b). Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos. In D. W. Winnicott, *Processos de de amadurecimento e ambiente facilitador: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (pp. 229-247). Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1963).
- Winnicott, D. W. (2023). *Família e desenvolvimento individual*. Routledge. (Trabalho originalmente publicado em 1965).
- Winnicott, D. W. (2021). O conceito de indivíduo saudável. In D. W. Winnicott, *Tudo começa em casa*. (pp. 21-42) Ubu Editora. (Trabalho originalmente publicado em 1967).

- Winnicott, D. W. (1994). O Jogo do Rabisco [*Squiggle Game*]. In D. W. Winnicott, *Explorações psicanalíticas*. (pp. 230-244). Editora Artmed. (Originalmente publicado em 1968).
- Winnicott, D. W. (1999). A construção da confiança. In D. W. Winnicott, *Conversando com os pais* (pp. 139-152). Martins Fontes. (Trabalho originalmente publicado em 1969).
- Winnicott, D. W. (2019). O uso de um objeto e a relação por meio de identificações. In D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade* (pp. 141-153). Martins Fontes. (Trabalho originalmente publicado em 1969).
- Winnicott, D. W. (1984). *Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil*. Imago Editora. (Originalmente publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (2019). O brincar: atividade criativa e a busca do self. In D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade*. (pp. 91-107). Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (1990). Integração. In D. W. Winnicott, *Natureza humana* (pp. 136-142). Imago Editora.
- Wittig, M. (2022). *O pensamento hétero e outros ensaios*. Editora Autêntica.
- Wheeler, E. E., Horne, S. G., Maroney, M., & Johnson, T. (2018). “Everything that we can do”: a content analysis of the protective strategies used by GLBTQ parents. *Journal of GLBT Family Studies*, 14(3), 196 – 212.
- Zavaglia, M. M. F. (2020). *A experiência vivida de mães de filhos diagnósticos como autistas e sofrimento social*. [Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/>

[123456789/16059/ccv_ppgpsico_me_Marina_MFZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y](#)

ANEXOS

Anexo I. Desfechos das Narrativas Interativas das participantes

i. Pelas ruas de Gaia...

Primeira Narrativa Interativa Berta e Angela

Eu tenho um pouco de medo. O mundo é um lugar violento, tenho medo da intolerância, de nosso filho sofrer.

— Vamos criá-lo para ele ser uma pessoa forte e saber lidar com os preconceitos, os problemas. Eu não tenho medo. Pode ficar tranquila.

— E como faríamos?

Segunda Narrativa Interativa Berta e Angela

A adaptação foi muito difícil. Leva um tempo até que a criança sinta-se segura. Esse processo é normal, logo as coisas vão se encaixando. Se você achar que está muito difícil, busque ajuda profissional.

Terceira Narrativa Interativa Berta e Angela

Quando Ana pega na mão de Leo e dança com ele, enquanto Júlia vai atrás de Olívia para entender o que aconteceu, Olívia estava com vergonha e não queria dançar. Assim, Júlia combinou com ela de apenas se sentarem para ver a apresentação de Leo dançando.

Quarta Narrativa Interativa Berta e Angela

É uma questão complexa. Cada criança é diferente e, portanto, com diferentes necessidades. Além disso, com o tempo a gente aprende a não julgar. Uma mesma abordagem com crianças diferentes pode ter resultados diferentes. É um processo de tentativa e erro, as coisas vão se ajeitando.

Quinta Narrativa Interativa Berta e Angela

Precisamos proporcionar o máximo de experiências, aprender a ouvi-los. Ajudá-los no caminho escolhido, ajudá-los a recomeçar, se for o caso. Deixar que eles saibam que estamos aqui para dar o suporte e que eles podem tentar, errar, e acertar ao longo da caminhada.

ii. Entre tetas e beijos...

Primeira Narrativa Interativa Regina e Carmen

Eu acho uma porcaria de ideia, não gosto de criança de jeito nenhum. Bibibí, bóbóbó Quanto tempo depois?

Segunda Narrativa Interativa Regina e Carmen

A gente é criação com apego. Que se dane, se está fazendo xixi e cocô na cozinha.

Quarta Narrativa Interativa Regina e Carmen

Uma criação compatível. Uma criação neurocompatível. Minha mãe deu uma criação que foi possível na época, agora é diferente.

Quinta Narrativa Interativa Regina e Carmen

— Queremos que Cora seja uma adulta bem resolvida.

— E como vamos fazer isso, Re?

— Não dá para ter ideia, porque ela não é um padrão. Quero que ela seja feliz, não importa fazendo o quê. Para isso vou dar o exemplo de quem eu sou. Como eu lido com a vida.

— Entendi. Queremos dar a oportunidade para que ela possa explorar os próprios potenciais. Mostrar ao máximo o mundo, dar muito amor. Ela vai saber que aqui tem um porto seguro. Sempre terá suas mães.

iii. “Mãe é mais que uma palavra”

Primeira Narrativa Interativa Cleusa e Helena

Bem, o que você acha dessa ideia meu amor? Você quer ter um filho? Vamos ter então. Sonhar é possível. Basta acreditar e para tudo se concretizar nós temos que lutar. Porque uma criança muda totalmente a vida do casal, de uma família. Muda uma história, muda a vida totalmente.

Segunda Narrativa Interativa Cleusa e Helena

Ele passou por dificuldades semelhantes. Tinha dificuldades para dormir e chorava muito como se pedisse alguma coisa, como se estivesse lhe faltando algo.

A gente ficava preocupada. O que será que está acontecendo? Será que está doendo? Meu Deus, por fim percebemos que era a falta da chupeta e o carinho de mãe.

Terceira Narrativa Interativa Cleusa e Helena

...quando Olívia percebeu que estava sem as botas. Ela fugiu porque queria dançar com as botas de quadrilhas, no estilo country. Mas Leo convenceu que ela estava muito lindinha, de tênis.

Eles voltaram para terminar a dança. Ela achou que estava diferente sem as botas, mas Leo a convenceu que com o tênis daria do mesmo jeito.

Quarta Narrativa Interativa Cleusa e Helena

Regras e limites. Regras que estejam de acordo com o contexto em que se vive e limites que vão nortear o dia-a-dia e guiar a interação na escola, igreja, família e todos os outros espaços sociais (desfecho Cleusa).

Cada casal e família é uma história! O vizinho, o parente, a fulana... cada um pensa uma coisa. Para uns, o filho fala de mais ou de menos, come de mais ou de menos. É mais quieto ou mais acelerado. Cada um enxerga de um jeito. A gente sempre faz o melhor para os filhos! As pessoas julgam, porque não sabem como é dentro de casa (desfecho Helena).

Quinta Narrativa Interativa Cleusa e Helena

... pensam que daqui uns anos o Leo e a Olívia vão levar os netos e mostrar a mesma coisa que a mãe Ana e Julia mostrou para eles. Será que nossos ensinamentos de um mundo com respeito e amor ao próximo vão ficar realmente fixados? Eles vão viver desse modo? Mesmo depois de nossa partida? (desfecho Cleusa)

É uma construção que vem lá de trás, a família. Mesmo após a morte, o que a gente passou, vai ficar dentro deles. Esse é o maior resultado e isso é feito por coisas do dia-a-dia, nos hábitos. A gente se reconhece em muitas coisas nas crianças. E eles vão pegar pelo exemplo, coisa boas ou não. O filho repete, porque ouviu na família. É com o exemplo que os filhos vão pegando os valores (desfecho Helena).

iv. Vamos dormir juntas?

Primeira Narrativa Interativa Lurdes e Marlene

— Nossa, eu nunca havia pensado nesta possibilidade. Na realidade nunca foi um sonho meu gerar um bebê.

Julia então fica pensativa e diz que também não tinha pensado sobre o assunto, mas, como o sonho era recorrente, achava que poderiam passar a cogitar a ideia.

— Eu também nunca tive o desejo de gestar um bebê, mas agora gostaria de saber das possibilidades. Podemos procurar uma clínica especializada para sabermos das possibilidades e como funciona o processo? — pergunta Julia.

Ana responde que sim, mas com certo receio.

Então, foram a uma clínica de reprodução e iniciaram o processo, pois, após a consulta, Ana acabou se empolgando.

Após algumas tentativas de fertilização *in vitro*, Julia finalmente engravidou e gestou o filho do casal, ao qual deram o nome de Vicente.

Segunda Narrativa Interativa Lurdes e Marlene

Também passamos por algumas dificuldades, não tem nada de errado. Vocês precisam entender que tudo passa e aproveitar cada fase, porque ela será única.

Julia se tranquilizou naquele instante. Alberta continuou lhe dizendo que logo Olívia não iria querer dormir com as mães e elas, por sua vez, sentiriam muita falta disso.

Terceira Narrativa Interativa Lurdes e Marlene

...a encontra chorando.

Então Leo pergunta para a irmã o que a incomoda e ela responde que está com vergonha de dançar na frente de tantas pessoas.

Leo diz para a irmã que se ela não quiser dançar, tudo bem, ele não se importa, mas que seria muito divertido fazer par com a irmã, afinal os dois esperaram dias pela festa. Olívia então, enxugou as lágrimas e disse ao irmão que tentaria mais uma vez.

Assim, os dois entraram na apresentação quando já estava na metade, mas deu tempo de dançar e Olívia percebeu que foi mais divertido do que ela imaginava (Desfecho Lurdes).

Acho que Leo estava brincando no gira gira e deixou de dançar por conta da irmã. Como ela era o par dele, ambos desistiram (Desfecho Marlene).

Quarta Narrativa Interativa Lurdes e Marlene

Ana responde:

— Dentro da realidade que vivemos hoje, eu acho importante o convívio das crianças com os pais/mães justamente para que nossos vínculos sejam intensificados e não acredito que isso seja possível quando existe a terceirização do cuidado. Mas, realmente, não temos como julgar, porque somos privilegiadas em poder estar mais tempo com nossos filhos.

Quinta Narrativa Interativa Lurdes e Marlene

Quando então Ana diz à Julia: eu acredito que a melhor forma de ajudarmos a realizar seus sonhos, seja deixando-os livres para serem e fazerem o que desejarem.

Julia concorda e acrescenta que espera poder apoiá-los em suas escolhas e ser presente em todos os momentos.